Universidade Estadual de Londrina

PEDRO PAULO DE SOUZA CONTE

ESTRUTURA DE REDE E OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE:

ESTUDO EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DE LONDRINA-PR

Londrina
2017

PEDRO PAULO DE SOUZA CONTE

ESTRUTURA DE REDE E OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE:

ESTUDO EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DE LONDRINA-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr.Ivan de Souza Dutra.

Londrina
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Conte, Pedro Paulo de Souza.
Estrutura de rede e objetivos de sustentabildiade : estudo em organizações sem fins lucrativos de Londrina-PR / Pedro Paulo de Souza Conte. - Londrina, 2017.
128 f.

Orientador: Dr. Ivan de Souza Dutra.
Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, , 2017.
Inclui bibliografia.

1. Análise de Redes Sociais - Tese. 2. Organizações sem Fins Lucrativos - Tese. 3. Sustentabilidade - Tese. I. Dutra, Dr. Ivan de Souza. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. . III. Título.

PEDRO PAULO DE SOUZA CONTE

ESTRUTURA DE REDE E OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE:
ESTUDO EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DE LONDRINA-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador: Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra
Universidade Estadual de Londrina - UEL

_____
Prof. Dra. Thais Accioly Baccaro
Universidade Estadual de Londrina - UEL

_____
Prof. Dr. Marcos de Castro
Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro

Londrina, 31 de agosto de 2017.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**. Por tudo! Que consigamos aplicar todos os conhecimentos e experiências que nos são proporcionadas para tornar melhor, de alguma forma, a vida nesse planeta.

A **Marcella** e **Miguel**, as duas maiores dádivas que eu já recebi e pelas quais jamais poderei agradecer de forma suficiente. Obrigado por estarem ao meu lado, torcendo e incentivando com tanto amor e compreensão.

Aos meus pais, **Cesar** e **Fatima**, e meu irmão, **André**, minhas referências de cuidado, carinho, respeito, dedicação e amor. Sou cada dia mais apaixonado pela vida que vocês me proporcionaram.

Aos meus sogros **Pedro** e **Dalva**, por todo o cuidado, carinho e suporte.

Ao meu orientador, **Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra**, por ter me acolhido com muita abertura e paciência. Obrigado também pela amizade e por me apresentar ao mundo das redes sociais, esse tema que tanto me cativou.

Aos professores da banca avaliadora, **Dra. Thais Accioly Baccaro**, **Dr. Marcos de Castro**, **Dr. Saulo Fabiano Amâncio Vieira** e **Dr. Ernesto Michelangelo Giglio**, que atenderam o meu convite desde a qualificação e que tantas contribuições aportaram a essa pesquisa.

Aos demais professores e funcionários do PPGA-UEL, por todo empenho que tiveram com a minha formação.

Aos meus colegas de turma, em especial **Eduardo**, **Everton**, **Jessica**, **Lilian** e **Nicole**, pelo ambiente de camaradagem e pareceria que me proporcionaram. Vocês são inspirações constantes para mim.

Aos colegas do **REOS**, pela amizade, pelas semanas de debates e pelas contribuições para esse trabalho.

Às **organizanizações sem fins lucrativos**, pelo tempo que dedicaram para a ajudar nessa pesquisa.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, pelo suporte financeiro em parte do curso.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho.

CONTE, Pedro Paulo de Souza. **Estrutura de rede e objetivos de sustentabilidade:** estudo em organizações sem fins lucrativos de Londrina-PR. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, 2017.

RESUMO

Fortes laços sociais são indicativos de sociedades que conseguem orientar seus objetivos a fins comuns, sejam eles econômicos ou não. Assim, a estrutura das relações sociais se apresenta como um fator importante para o estudo de objetivos de sustentabilidade. Esta dissertação analisou as características de relacionamento em rede social existentes entre as organizações sem fins lucrativos (OSFL) de Londrina- PR com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos. Para a análise de redes sociais, empregaram-se definições de relações de troca e medidas de análise de rede social como distâncias geodésicas, *degrees*, densidade e medidas de centralidade (*closeness*, *betweness* e *eigenvector*). Já as definições de sustentabilidade têm por base a acepção de que não há nem deve haver um conceito único de sustentabilidade, uma vez que essa é uma dinâmica construção social que acontece em contextos variados. Para articulação do conceito pelos participantes, utilizaram-se as propostas de dimensões da sustentabilidade elaboradas por Ignacy Sachs. O estudo é quantitativo, descritivo e transversal. Apresenta objetivos de sustentabilidade das OSFLs identificadas, mapeia as relações entre as OSFLs identificadas e analisa a) as características dos atores e dos relacionamentos existentes entre as OSFLs e b) suas relações com os objetivos de sustentabilidade apresentados. Como resultado, identificou-se que apenas 27% das organizações pesquisadas não recebe nenhum tipo de ajuda financeira do governo ou de organizações privadas e que 58,1% das relações apresentadas eram do tipo troca de informação. Encontrou-se uma rede de organizações com densidade de 0,018 e características semelhantes às redes aleatórias geradas com a mesma densidade. Observou-se que a existência de objetivos em comum, em todas as dimensões analisadas, influencia na distância geodésica média entre os participantes, sendo essa a principal característica de relacionamento em rede social encontrada entre as organizações sem fins lucrativos (OSFL) de Londrina-PR com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos. Relações entre as organizações com objetivos de sustentabilidade similares apresentaram distâncias 38,7% menores, em média, com relação aos atores do clique principal e 62,4% menores, em média, se comparadas com a rede completa.

Palavras-chave: Análise de Redes Sociais. Organizações sem Fins Lucrativos. Sustentabilidade.

CONTE, Pedro Paulo de Souza. **Network structure and sustainability objectives:** a study with non-profit organizations in Londrina-PR. 128 p. Dissertation (Master's Degree in Administration) – Universidade Estadual de Londrina, 2017.

ABSTRACT

Strong social ties are indicatives of societies that are able to direct their objectives towards common ends, wether they are economic objectives or not. Thus, the structure of social relations presents itself as an important factor for the study of sustainability objectives. This dissertation analyzed the social network relationship characteristics among non-profit organizations (NPOs) in Londrina-PR that have common or similar sustainability objectives. Social network analysis employed the definitions of exchange relationships and concepts of geodesic distances, degrees, density and centrality measures (closeness, betweness and eigenvector). The definitions of sustainability are based on the notion that there isn't and there shouldn't exist a single concept of sustainability, since this is a dynamic social construction that happens in diverse contexts. For the articulation of the concept by the participants, researcher applied the dimensions of sustainability elaborated by Ignacy Sachs. This study is quantitative, descriptive and cross-sectional. It presents sustainability objectives for the identified NPOs, maps relationships between the identified NPOs and analyzes a) the characteristics of actors and associations between NPOs and b) their relationship to the existing sustainability objectives. Results show that only 27% of the organizations do not receive any kind of financial help from the government or from private organizations and that 58,1% of the relationships presented were information exchanges. Research revealed a network of density 0,018 with similar characteristics to the random networks generated with the same density. It was observed that the existence of common objectives, in all dimensions analyzed, influences the average geodesic distance between the participants, being this the main social network relationship characteristic among non-profit organizations (NPOs) in Londrina-PR that have common or similar sustainability objectives. Relationships between organizations with similar sustainability objectives showed 38,7% lower distances, on average, in relation to the main click actors and 62.4% lower, on average, when compared to the complete network.

Keywords: Social Network Analysis. Non-Profit Organizations. Sustainability

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anos para aumentar em 1 bilhão a população global 46
Figura 2 – Idade das organizações 65
Figura 3 – Número de participantes 66
Figura 4 – Organizações que recebem ajuda financeira de organização privada 67
Figura 5 – Organizações que recebem ajuda financeira do governo 67
Figura 6 – Área de atuação 68
Figura 7 – Redes de organizações pesquisadas 71
Figura 8 – Exemplo de rede aleatória com densidade 0,018 73
Figura 9 – Clique principal 74
Figura 10 – *Closeness* no clique principal 76
Figura 11 – *Betweeness* no clique principal 78
Figura 12 – *Degrees* no clique principal 80
Figura 13 – *Eigenvector* no clique principal 82
Figura 14 – Objetivos relacionados à sustentabilidade social no clique principal 84
Figura 15 – Objetivos relacionados à sustentabilidade cultural no clique principal 85
Figura 16 – Objetivos relacionados à sustentabilidade ecológica no clique principal 87
Figura 17 – Objetivos relacionados à sustentabilidade ambiental no clique principal 88
Figura 18 – Objetivos relacionados à sustentabilidade territorial no clique principal 90
Figura 19 – Objetivos relacionados à sustentabilidade econômica no clique principal 91
Figura 20 – Objetivos relacionados à sustentabilidade política no clique principal 93
Figura 21 – Comparativo de distâncias geodésicas 96
Figura 22 – Comparativo de densidades 98

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Principais áreas de estudos das redes sociais.....20
Quadro 2 – Medidas sociométricas.....26
Quadro 3 – Comparações entre a economia clássica e a sociologia econômica 33
Quadro 4 – Tipos de classificação de organizações sem fins lucrativos.....41
Quadro 5 – Organizações sem fins lucrativos segundo área de atuação 41
Quadro 6 – Aproximações conceituais em propostas para a sustentabilidade 51
Quadro 7 – Critérios de Sustentabilidade 54
Quadro 8 – Síntese estratégica da Pesquisa.....58
Quadro 9 – Objetivos de Sustentabilidade das OSFLs pesquisadas.....69
Quadro 10 – Distâncias geodésicas na rede completa.....72
Quadro 11 – Indicadores da dimensão social 84
Quadro 12 – Indicadores da dimensão cultural.....86
Quadro 13 – Indicadores da dimensão ecológica 87
Quadro 14 – Indicadores da dimensão ambiental.....89
Quadro 15 – Indicadores da dimensão territorial 90
Quadro 16 – Indicadores da dimensão econômica.....92
Quadro 17 – Indicadores da dimensão política 93
Quadro 18 – Comparativo de resultados por dimensão da sustentabilidade.....95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABORDA	Associação Brasileira de Redução de Danos
ACIL	Associação Comercial e Industrial de Londrina
ADEFIL	Associação dos Deficientes Físicos de Londrina
AFML	Associação dos Funcionários Municipais de Londrina
ALPEM	Associação Londrinense dos Portadores de Esclerose Múltipla
AMPAS	Associação de Mães e Pais Conjunto Aquiles Stenghel
AMUSIA	Associação de Mulheres Solidárias do Jardim Interlagos e Adjacências
AREL	Associação Recreativa e Esportiva Londrinense
ARS	Análise de Redes Sociais
CEI	Centro de Educação Infantil
CEPAS	Centro Esperança Por Amor Social
FAMEP	Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná
FAPEAGRO	Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FILO	Festival Internacional de Londrina
FML	Festival de Música de Londrina
IAPAR	Instituto Agronômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITEDES	Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social
JCI	Junior Chamber International
NSE	Nova Sociologia Econômica
ONG	Organização Não Governamental
OSFL	Organização sem Fins Lucrativos
PIB	Produto Interno Bruto
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SE	Sociologia Econômica
SESC	Serviço Social do Comércio
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
1.1 OBJETIVO GERAL 13
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 13
1.3 HIPÓTESES 14
1.2 JUSTIFICATIVA 14

2 ORIGENS E USOS DA TEORIA DE REDES 17
2.1 EXISTÊNCIA E USO DE TEORIAS DE REDE 18
2.2 O CONCEITO DE REDE SOCIAL E MEDIDAS SOCIOMÉTRICAS 25

3 ORGANIZAÇÕES COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS 32
3.1 CAPITALISMO E ORGANIZAÇÕES 32
3.2 ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 40

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE 44
4.1 A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 44
4.2 O RELATÓRIO DE BRUNDTLAND E AS CONSTRUÇÕES POSTERIORES 48

5 PERCURSO METODOLÓGICO 56
5.1 LIMITAÇÕES 63

6 RESULTADOS E ANÁLISE 65
6.1 CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS PESQUISADAS 65
6.2 RELAÇÕES ENTRE AS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS PESQUISADAS E CARACTERÍSTICAS DA REDE 69
6.3 OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE 83
6.4 INTERAÇÃO SUBJETIVA COM O OBJETO DE PESQUISA 99

7 CONCLUSÃO 105

REFERÊNCIAS 110

APÊNDICES 119
APÊNDICE A – Questionário.....120
APÊNDICE B – Lista de Organizações Respondentes e Citadas 123
APÊNDICE C – Densidade da rede completa 124
APÊNDICE D – Distâncias geodésicas da rede completa.....125
APÊNDICE E – Medidas de centralidade 126
APÊNDICE F – Distâncias geodésicas do clique principal.....128

1 INTRODUÇÃO

Há alguns anos, principalmente desde a década de 1960, a Sociologia Econômica e os estudos de Redes Sociais passaram a demonstrar, com crescente complexidade, que as relações econômicas estão situadas dentro da esfera das relações sociais. Isso representou uma mudança de orientação, um afastamento das propostas da Economia Clássica que havia deixado as relações sociais em segundo plano. Para esta Sociologia Econômica, a alocação de recursos não depende única e exclusivamente das motivações econômicas, mas sim de uma série de princípios variados, todos mais ou menos influenciados pelas relações sociais.

No âmbito das relações sociais, a Análise de Redes Sociais pode complementar a compreensão que temos dos processos econômicos em três momentos distintos. Em um primeiro momento, os estudos de redes sociais ajudam no entendimento de mecanismos e dinâmicas que influenciam as ações individuais e coletivas de pessoas e organizações. Em segundo lugar, as relações sociais nos ajudam a integrar teorias estruturais e racionalistas, por explicarem dois estágios diferentes do processo de participação individual. E, finalmente, descrever como as redes sociais podem contribuir para integrar significados e culturas às ações individuais (PASSY, 2002).

Assim, entende-se que a Análise de Redes Sociais tem potencial para explicar as ações econômicas, mas também outros tipos de ações coletivas de nossa sociedade. Uma vez que fortes laços sociais são indicativos de sociedades que conseguem orientar seus objetivos a fins comuns (DOBBIN, 2005), sejam eles econômicos ou não, a estrutura das relações sociais se apresenta como um fator importante no estudo de um objetivo em comum de uma sociedade. Esse é um caminho que tem sido utilizado para explicar ações sociais e também movimentos sociais e formas híbridas de organização, como as Organizações sem Fins Lucrativos (OSFLs).

A sustentabilidade pode ser considerada um objetivo em comum de uma sociedade. Portanto, formas híbridas ou alternativas de estruturas organizacionais são importantes para abordar problemas que não podem ser facilmente respondidos apenas com o uso da razão econômica. Verifica-se que ONGs (Organizações Não Governamentais), OSFLs, movimentos sociais e outros podem passar a atuar de forma mais próxima e, por vezes, conjunta, por motivos que não estão relacionados à

produtividade. E, em muitos momentos, eles atuam em redes, criando ações coletivas que propiciam diferentes formas de resolver seus problemas (GOHN, 2011). “Tem se observado um crescimento expressivo de redes de ONGs e associações, de fóruns e de redes de redes” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111). Essas associações acontecem, por exemplo, entre as organizações e pessoas envolvidas com causas sociais, culturais e do cotidiano (SCHERER-WARREN, 2006).

O conceito que cada pessoa tem da sustentabilidade é subjetivo e dinâmico. Embora o discurso do desenvolvimento sustentável (WCED, 1987) seja uma das propostas mais presentes em nossa sociedade moderna ocidental, qualquer conceito de sustentabilidade está sempre conectado ao contexto de quem o produz ou reproduz (ANDION, 2003; SEGHEZZO, 2009). Ainda que adote o modelo do *Triple Bottom Line* (ELKINGTON, 2012), por exemplo, o entendimento que cada pessoa, organização ou sociedade tem de sustentabilidade ambiental, social ou econômica tende a variar.

Por meio da subjetividade dos membros das OSFLs, é possível que os objetivos almejados pelas OSFLs sejam descritos com base nas propostas de sustentabilidade de Ignacy Sachs (2002), uma das mais amplas possibilidades existentes de análise da sustentabilidade. Por meio da divisão que Sachs faz das dimensões da sustentabilidade, é plausível que problemas urbanos como a educação, a saúde e o meio ambiente sejam relacionados às sustentabilidades social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política.

Essa dissertação adota a cidade de Londrina-PR como um exemplo de sociedade ocidental moderna. Esse espaço urbano nasceu com um projeto bem definido, por conta de sua ocupação inicial ter sido liderada pela Companhia de Terras do Norte do Paraná. No entanto, com o passar dos anos, seu desenvolvimento foi tomando proporções inesperadas e o crescimento deixou de ser contemplado por aquele cenário inicial.[1]

E, como a maior parte das cidades, Londrina enfrenta uma série de problemas urbanos. Dentre os principais desafios de desenvolvimento da cidade, encontram-se o trânsito, a violência e a relação da população com a produção de resíduos. São

[1] Um dos primeiros planejamentos da cidade previu que Londrina chegaria aos 100 anos com 70 mil habitantes. Hoje, 80 anos depois, os habitantes são mais de 500 mil (PREFEITURA DE LONDRINA, 2015).

justamente estes temas os impulsionadores de alguns dos principais movimentos e organizações que se dedicam a pensar o desenvolvimento urbano na cidade.

Importante destacar que o autor não tem nas OSFLs um ideal de organização, pois o modelo das OSFLs também apresenta uma série de contradições, como será exposto ao longo do trabalho. Contudo, as OSFLs representam atores relevantes para a sociedade londrinense. Estima-se que esse setor movimente meio bilhão de reais por ano e empregue 16 mil pessoas na cidade, atualmente (IBGE, 2010), em valores atualizados. E, embora a atuação dessas organizações seja influenciada pelas ações econômicas, os seus principais objetivos não se concentram nesse fim. As OSFLs tendem a buscar objetivos que estão atrelados à saúde, à educação, ao meio ambiente, à qualidade de vida, entre outros.

Decorre daí a pergunta de pesquisa dessa dissertação: no contexto apresentado, **quais as características de relacionamento em rede social existentes entre as organizações sem fins lucrativos (OSFL) de Londrina-PR com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos?**

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as características de relacionamento em rede social existentes entre as organizações sem fins lucrativos (OSFL) de Londrina-PR com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Identificar as OSFLs de Londrina-PR presentes no cadastro da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP, 2013)
b) Descrever objetivos de sustentabilidade das OSFLs identificadas com base em Sachs (2002);
c) Mapear as relações sociais entre as OSFLs identificadas;
d) Analisar as características dos atores e dos laços existentes entre as OSFLs e sua relação com os objetivos de sustentabilidade identificados.

1.3 HIPÓTESES

A adoção de hipóteses nessa pesquisa tem como objetivo direcionar a análise de dados, embora não deva ser interpretada como uma hipótese estatística. São, portanto, apenas hipóteses de pesquisa destinadas a facilitar a interpretação dos dados coletados para esse trabalho.

H1 – As OSFLs de Londrina-PR com objetivos de sustentabilidade em comum apresentam laços mais próximos entre si.
H2 – As OSFLs de Londrina-PR com objetivos de sustentabilidade em comum apresentam laços mais fortes entre si.
H3 – Objetivos de sustentabilidade diferentes apresentam influência variada sobre a estrutura da rede social entre as OSFLs de Londrina-PR
H4 – Atores de organização diferentes das OSFLs influenciam na estrutura da rede de relações sociais de Londrina-PR.
H5 – A densidade da rede composta por relações sociais é similar à densidade da rede composta por objetivos de sustentabilidade.

1.4 JUSTIFICATIVA

Do ponto de vista acadêmico, como será demonstrado neste trabalho, os estudos em torno das organizações burocráticas pouco têm contribuído para o debate da sustentabilidade. Faz-se necessário estudar novas formas de organização, como as organizações sem fins lucrativos e as redes sociais.

Nessa linha, Kates *et al*. (2001) recomendam que os estudos sobre a sustentabilidade adotem, como uma de suas principais questões-problema, a necessidade de compreender que sistemas e estruturas podem melhorar a capacidade social de guiar interações entre a natureza e a sociedade. Essa dissertação pode contribuir teoricamente neste sentido, ao estudar como as OSFLs se movimentam no campo organizacional. Para Wiek, Withycombe e Redman (2011, p. 212), ao falarmos de sustentabilidade, fala-se “de um problema que não poderá ser respondido única e exclusivamente pelos modelos tradicionais de organização”.

Do ponto de vista teórico, portanto, essa pesquisa se justifica por possibilitar formas de coordenação entre os atores interessados em promover a sustentabilidade; e pela inovadora metodologia proposta, que ajuda a compreender como organizações sem fins lucrativos (e possivelmente outros tipos de organização) se movimentam no campo organizacional dentro do contexto da sustentabilidade.

Na prática, essa pesquisa pode também colaborar para a atuação das OSFLs de Londrina-PR. Analisar as relações entre essas organizações, suas motivações e objetivos permite que os atores dessas OSFLs reflitam sobre suas práticas e, talvez, encontrem outras organizações que atuam com objetivos em comum. Londrina é um espaço urbano transformador, onde ocorrem inúmeras ações de movimentos sociais, como as estudadas por Gonçalves (2012), Massaro (2015) e Romagnolo (2016).

Tais dissertações exemplificam a evolução das pesquisas feitas pelo REOS (Grupo de Estudos em Redes Organizacionais, Sociais e Sustentabilidade) e estão no contexto do Programa de Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, um dos primeiros do país a incluir a sustentabilidade em sua área de concentração.

Em um estudo recente, elaborado em conjunto com outros dois pesquisadores do REOS (TAKANO; CONTE; FERNANDES, 2016), verificou-se que 24% dos periódicos com Qualis A1 na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências e Turismo apresentam estudos recentes que combinam sustentabilidade e redes sociais. Foram encontrados 64 artigos que, na maior parte das vezes, restringiram seus estudos às cadeias produtivas pesquisadas – apenas uma das possíveis relações entre redes e sustentabilidades.

Shwom (2009) também aponta que os estudos que tratam da sustentabilidade dentro da Administração, privilegiam as questões puramente ambientais, uma das dimensões da sustentabilidade. Esses exemplos demonstram que muitos dos estudos sobre sustentabilidade que acontecem na Administração abordam o fenômeno a partir de uma perspectiva diferente da que será adotada nessa pesquisa (a proposta integrativa de Ignacy Sachs).

Historicamente, o estado e as organizações privadas não têm conseguido bons resultados na luta por problemas socioambientais como a pobreza, a degradação ambiental e violação de direitos (TRIVEDI, 2010). Daí a importância de se trabalhar com outras formas de organização, como as organizações sem fins lucrativos. Há que

se ressaltar, contudo, que as OSFLs são mais uma peça deste complexo quebra-cabeças e não resolverão, necessariamente, todos os conflitos da sustentabilidade.

Finalmente, embora este não seja o enfoque deste trabalho, destaca-se que o setor das organizações sem fins lucrativos representa um importante setor econômico da sociedade moderna, empregando mais de 16 mil pessoas em Londrina – mais de 5% do total empregado na cidade (PERFIL DE LONDRINA, 2016) – e movimentando cerca de 500 milhões de reais em salários a cada ano.

2 ORIGENS E USOS DA TEORIA DE REDES

A proposta deste capítulo é compreender algumas das teorias que orientam a análise das redes sociais, buscar a integração da sociologia econômica com a teoria de redes e trabalhar as medidas de análise de redes que serão utilizadas para a análise dos dados coletados durante a pesquisa.

Esta dissertação parte do princípio de que a realidade é intersubjetiva. O trabalho adota uma interação entre duas ontologias aparentemente opostas, ou seja, duas formas de entender o mundo: a realista e a idealista. Entre a ontologia que pressupõe a existência de um mundo concreto e real, alheio às percepções que as pessoas possam ter deste mundo (a ontologia realista), e a outra que parte da ideia de que as coisas só existem a partir do momento em que são percebidas por um observador (ontologia idealista), o autor adota um caminho intermediário. Trata-se da proposta de interação sujeito-objeto que

> não considera a existência de uma realidade totalmente objetiva, nem totalmente subjetiva, mas que há uma interação entre as características de um determinado objeto e a compreensão que os seres humanos criam a respeito desse objeto, socialmente, por meio da intersubjetividade (SACCOL, 2009, p. 268).

A ideia de interação implica em, ao analisar um objeto ou fenômeno, considerar tanto suas características concretas quanto as percepções dos indivíduos em relação a este objeto. Este é o conceito de “construção social” que aparece em diversos momentos do texto[2].

Como se verá ao longo do trabalho, os conceitos de redes, organização e sustentabilidade, temas-chave para a elaboração desta pesquisa, ganham versões diferentes ao serem avaliados desde esse ponto de vista. São versões conceituais complementares ao debate da sustentabilidade.

O campo de estudos sobre redes, por exemplo, encontra-se fragmentado em duas abordagens. A primeira delas está calcada na sociologia e na teoria das organizações e tem como proposta entender os laços interorganizacionais. Já a segunda entende as redes como parte da lógica organizacional e como uma maneira de atuar na governança de relações entre atores econômicos (PUFFAL; PUFFAL,

[2] Trata-se, portanto, de um contexto diferente do empregado pela sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (2004)

2014). Ambas as abordagens podem ser consideradas “plenas”, caso o pesquisador entenda que o termo “pleno” está relacionado com capacidade de explicação de um fenômeno. E ambas podem também ser consideradas incompletas, com base no mesmo critério. É este tipo de lacuna que a interação sujeito-objeto pode ajudar a preencher.

Da mesma forma, a construção teórica que servirá de base para a pesquisa atravessará campos e autores supostamente contraditórios, mas que, na visão do autor dessa pesquisa, apresentam dimensões complementares de um mesmo fenômeno.

2.1 EXISTÊNCIA E USO DE TEORIAS DE REDE

O estudo das redes sociais é resultado do desenvolvimento do interesse pelas estruturas informais das sociedades, dos processos sociais e das organizações. Existem várias afirmativas sobre redes sociais nos mais diversos campos de estudo, muitas vezes contraditórias cada uma com sua origem e diferencial. Contudo, algumas semelhanças podem ser identificadas – e este será objetivo dos próximos parágrafos.

Não é possível precisar o que levou esse campo a se desenvolver recentemente, mas McEvily, Soda e Tortoriello (2014) indicam três principais influências. Segundo os autores, uma destas influências foi o trabalho de Granovetter sobre a imersão social das atividades econômicas. O segundo fator importante foi a evolução dos formatos organizacionais para formas pós-burocráticas mais flexíveis e descentralizadas. E, em terceiro lugar, os autores citam também a melhora nas ferramentas de redes sociais.

As origens da Análise de Redes Sociais remontam a uma diversidade de áreas de conhecimento. Contudo, a) a análise sociométrica (que possibilitou uma série de avanços técnicos), b) os pesquisadores de Harvard de 1930 (que exploraram padrões de relações interpessoais), e c) os antropólogos de Manchester, podem ser consideradas três áreas de influência para a ARS (SCOTT, 2000).

O grupo dos antropólogos de Manchester tem em Radclif-Brown e na sua teoria dos sistemas sociais uma de suas inspirações. Foi Radcliffe-Brown quem estabeleceu a analogia entre a sociedade e os organismos, possibilitando a metáfora da sociedade

como redes de relações entre estrutura sociais e suas funções (BURREL; MORGAN, 1979).

Segundo Burrell e Morgan (1979), os teóricos dos sistemas sociais partem do princípio de que a sociedade industrial (a sociedade em que viviam quando a teoria dos sistemas foi elaborada) representava o auge da sociedade humana e que, portanto, as estruturas e funções tenderiam sempre a ordem. Afinal, se a sociedade já atingiu o seu estágio máximo, as estruturas, assim como os organismos, tenderiam sempre à estabilidade.

Este modelo não leva em conta os conflitos sociais e as possíveis mudanças. Tal abordagem, embora representasse um avanço à época, traz poucas ferramentas para explicar o surgimento de estruturas totalmente diferentes, como novos sistemas de produção, redes sociais, movimentos sociais ou organizações não-governamentais.

Já a análise sociométrica teve em Moreno (1934) um de seus principais expoentes. Foi ele o responsável por tornar tangíveis os impactos das estruturas sociais que haviam sido previstos por Comte e Durkheim algumas décadas antes. Em um estudo que analisou a fuga de algumas meninas em unidades da *Hudson School for Girls*, o psiquiatra Jacob Moreno conseguiu demonstrar que as fugas estavam mais relacionadas com a posição (ou papel) das alunas na rede social da escola que com as suas características pessoais. A força das explicações visuais e estruturais de Moreno (1934), naquele momento, foi um extraordinário passo para que a análise sociométrica continuasse até hoje sendo um dos campos mais relevantes do estudo de redes sociais – um campo que tem recebido contribuições cada vez mais importantes de áreas como a matemática e a estatística[3].

Conforme exposto, além da sociometria e dos antropólogos de Manchester, os estudos que aconteceram em Harvard, na década de 1930, também foram influências para a Análise de Redes Sociais. Esta linha de estudos é bem conhecida no campo da administração e foi liderada por W. Lloyd Warner e Elton Mayo, que focaram suas pesquisas no estudo das estruturas sociais (FURHT, 2010).

Estas (e outras) influências levaram ao surgimento de uma área de conhecimento diversificada e complexa. Na tentativa de entender este variado cenário, Oliver e Ebers (1998) publicaram um relevante trabalho para o campo das

[3] Cita-se os trabalhos de Freeman (1979) e Bonacich (1987) como exemplo.

redes organizacionais. Eles mapearam os estudos acerca do tema em importantes revistas do campo de estudos organizacionais e selecionaram uma série de variáveis para analisar estas publicações. Os autores separaram 158 artigos publicados entre 1980 e 1996 nas revistas *American Sociological Review*, *Administrative Science Quarterly*, *Academy of Management Journal* e *Organization Studies*, que enfatizavam todo e qualquer tipo de relação interorganizacional. Em cada um desses artigos, 77 variáveis foram analisadas, divididas em: teorias de base, métodos, laços interorganizacionais, nível de análise, antecedentes, processos e resultados.

Esses dados serviram para que os autores delimitassem o campo das redes sociais em quatro áreas de estudos principais: redes sociais; poder e controle; institucionalismo; e estratégia e economia institucional.

Quadro 1 – Principais áreas de estudos das redes sociais

Faceta de Configuração	**Rede Social**	**Poder e Controle**	**Institucionalismo**	**Economia Institucional e Estratégia**
Teorias	Rede	poder político, dependência de recursos, trocas	institucional	custo de transação, estratégia
Laços	políticos, horizontais	políticos	social	diádicos, verticais, posse, contratuais
Nível de Análise	Individual	região/indústria	societal, grupos de indivíduos	organizacional
Antecedentes	posição na rede	congruência de objetivos, dependência, conflito	densidade organizacional, confiança	restrições de mercado, recursos materiais, estabilidade, generosidade de recursos, especificidade de ativos
Resultados	-	poder/controle, centralidade, estabilidade, participação política	densidade, conflito, legitimidade, extinção, persistência, compromisso, confiança, tamanho	sucesso, tomada de controle, custo/preço, fazer ou terceirizar, oportunismo

Fonte: Adaptado de Oliver e Ebers (1998, p. 564)

Com essa pesquisa, Oliver e Ebers (1998) concluíram que o campo apresentava importantes distinções e correntes internas. Em geral, a pesquisa indicou que o campo das redes interorganizacionais se concentra mais na estruturação das redes e relações que nas consequências destas relações. Esse trabalho representou um importante mapeamento do campo das redes sociais e, embora não tenha abordado a questão da sustentabilidade, serviu como guia para o desenvolvimento da análise de redes sociais com um todo. É, portanto, uma etapa importante para o estudo da relação entre redes e sustentabilidade.

Puffal e Puffal (2014) deram continuidade às pesquisas de Oliver e Ebers (1998). Eles tomaram como base os mesmos periódicos analisados pelos dois autores, mas escolheram os artigos publicados entre 1997 e 2007[4].

Assim como no artigo inicial de Oliver e Ebers (1998), Puffal e Puffal (2014) também encontraram a dominância dos métodos quantitativos nas pesquisas sobre relações interorganizacionais. Contudo, neste segundo artigo uma nova teoria parece ganhar proeminência. A teoria das contingências, no período mais recente, apareceu em quase um terço dos artigos – juntando-se às teorias da dependência de recursos, análise de redes e teoria institucional como abordagens mais frequentes no campo.

Outra pesquisa com metodologia similar à apresentada por Oliver e Ebers (1998) foi realizada no Brasil. Balestrin, Verschoore e Reyes (2010) utilizaram os mesmos critérios dos pesquisadores do campo internacional e analisaram revistas do Brasil entre 2000 e 2006. Os resultados encontrados no Brasil foram bastante similares, exceto em alguns pontos de análise. No Brasil, a teoria da estratégia se sobrepõe a todas as outras teorias de base e está presente em quase metade dos artigos analisados. Outra diferença foi encontrada nos métodos aplicados: enquanto as publicações internacionais se dedicam com mais afinco aos métodos quantitativos, no Brasil, as pesquisas qualitativas representam a maior parte dos trabalhos.

Em um artigo também brasileiro, Giglio e Hernandes (2012) buscaram compreender o campo dos estudos de redes, com ênfase especial nas teorias de base e metodologias aplicadas. Os autores argumentam que o campo de análise de redes

[4] Esse levantamento resultou em uma análise de 212 artigos que foram, após uma segunda filtragem, reduzidos a uma amostra de 51 publicações. Uma diferença de metodologia deve ser enfatizada, pois Puffal e Puffal (2014) não se debruçaram sobre as medidas de centralidade. Este segundo artigo avalia apenas a frequência com que cada variável aparece nos artigos.

se divide em três paradigmas: “No paradigma racional econômico a ideia central é que as redes são respostas competitivas das empresas, buscando melhores posições no mercado” (GIGLIO; HERNANDEZ, 2012, p. 83). Esta perspectiva entende que as redes são construções planejadas, que aceitam mecanismos de regulação e controle.

Já o paradigma social de redes entende que a sociedade está organizada em redes – como se fossemos uma só infinita rede, cujos limites podem ser arbitrariamente delimitados pelos pesquisadores. Para os adeptos dessa perspectiva, as redes se autodesenvolvem e os atores têm relativamente pouco controle sobre o processo de formação, amadurecimento ou término de uma rede.

A terceira opção paradigmática está intimamente ligada a sociologia econômica (SE), um tema que será aprofundado mais adiante. A sociologia econômica se contrapõe “aos fundamentos da ciência econômica neoclássica, na tentativa de demonstrar que o mercado e os demais fenômenos econômicos são construções sociais” (SERVA; ANDION, 2006, p. 12). Ela não nega, portanto, os pressupostos econômicos, mas reconhece uma nova dimensão nos fenômenos a serem estudados.

Para esta corrente (e para a presente pesquisa), as relações econômicas estão imersas em relações sociais, de forma que a “ação econômica é uma ação social; a ação econômica é socialmente situada; e as instituições econômicas são construções sociais” (LÉVESQUE, 2007, p. 55).

Tem-se, portanto, que em nossa sociedade as ações econômicas devem ser entendidas com base nas estruturas das relações sociais. Esse conceito, chamado de “imersão social” por Granovetter (1985), trouxe uma solução intermediária para a relação entre as ações econômicas e as estruturas sociais.

Granovetter (1985) entende que as visões da sociologia e a da economia clássica projetam a ação do homem como *undersocialized* (subsocializada) ou *oversocialized* (supersocializada). De fato, entre as propostas de Max Weber e a década de 1960, a interação entre a sociologia e a economia foi negligenciada. A sociologia nesses anos “se limitaria aos estudos das consequências sociais das inovações e das condições sociais das transformações econômicas” (SERVA; ANDION, 2006, p.12), enquanto a economia se ocuparia das transações econômicas.

Tal cenário acabou por afastar os sociólogos das ciências econômicas. A proposta da visão subsocializada, adotada, por exemplo, pelos economistas clássicos, parte do princípio que as relações sociais não interferem nas ações econômicas. Isso porque, em condições ideais de mercado, não haveria espaço para ações que

dependessem das relações sociais para acontecer. Já a corrente supersocializada, dominante na sociologia moderna (GRANOVETTER, 1985) entende que a estrutura social é tão forte que a dimensão de agência é mínima por parte dos atores sociais. A influência do contexto em que ele está inserido é que determinaria boa parte de suas escolhas.

De acordo com Granovetter (1985), ambas as propostas trabalham com perspectivas atomizadas dos indivíduos. Para a visão subsocializada, a atomização decorre de uma visão utilitária e dos interesses pessoais. Enquanto isso, o campo oposto (supersocializado) atomiza a ação por entender que os processos já estão internalizados, de forma que as relações sociais pouco influenciariam o comportamento. Como alternativa, Granovetter propõe uma abordagem na qual o comportamento e as instituições a serem analisadas são tão influenciadas pelas relações sociais contínuas que não podemos deixar de levar em conta a imersão social (GRANOVETTER, 1985). Esta visão admite, portanto, a interação entre relações concretas e objetivas (transações econômicas, por exemplo) e relações sociais.

O conceito de imersão social ou *embeddedness* utilizado por Granovetter tem sua origem no conceito de “desimersão” criado por Karl Polanyi (2000). Polanyi argumentou que as sociedades de mercado eram compostas de movimentos pró-liberalismo (que buscavam expandir o escopo do mercado) e de movimentos contrários de proteção contra essa “desimersão” da economia. O que ele chamava de “desimersão” era a separação completa entre economia e sociedade buscada pelos movimentos do *laisser-faire*. Nesse contexto, as ações econômicas se tornam destrutivas quando não estão imersas, ou seja, não estão sendo controladas por autoridades não-econômicas.

Mais de 50 anos depois de Polanyi, Leff (2010) explicou que tudo o que os economistas não conseguiram compreender e quantificar ao longo do processo de produção foi chamado de “externalidade”. Tais externalidades não são consideradas pela economia clássica e tampouco são objeto de preocupação do mercado em si.

Há um paralelo teórico nesse ponto. A crítica feita por Polanyi (2000) tem a mesma origem das ressalvas levantadas por Leff (2010): a tendência do mercado em tentar dissociar as atividades econômicas de suas origens e efeitos na sociedade. E, assim como a simples análise das externalidades não foi suficiente para promover modelos ou propostas de sociedades mais sustentáveis, podemos inferir que a análise

dos fenômenos da sustentabilidade por meio de uma lente estritamente econômica também terá o mesmo destino.

Embora Granovetter critique Polanyi por ter “superestimado a imersão social da atividade econômica nas sociedades tradicionais e primitivas, e por ter subestimado essa imersão nas sociedades modernas” (LÉVESQUE, 2007, p. 55), ele se inspirou no sociólogo húngaro para renovar a sociologia econômica na década de 1980.

Para Granovetter, as redes sociais e a imersão social moldam as ações dos indivíduos, tanto de forma a subverter comportamentos não-desejados quanto de forma a estabelecer padrões de comportamentos aceitos – os conceitos de ordem, oportunismo e má-fé (GRANOVETTER, 1985). Segundo o autor, as redes interpessoais reforçam as regras e normas, ao sancionar os membros que não as seguem e, por isso, alguns teóricos afirmam que as sociedades com fortes redes sociais têm vantagens em seu desenvolvimento, uma vez que podem, por meio das redes sociais, coibir comportamentos indesejados e encorajar as ações almejadas pelo bem comum (DOBBIN, 2005).

Ou seja, as relações interpessoais, ao coibir o oportunismo, possibilitam uma abertura de espaço para que o bem comum seja buscado por uma sociedade – o que não quer dizer, de forma alguma, que essa abertura de espaço será utilizada pelos atores de tal sociedade. Ainda que as relações sociais sejam condição para o confiança, elas não garantem que as pessoas se comportarão de boa-fé. As relações próximas podem, inclusive, trazer ocasiões ainda maiores para o oportunismo (GRANOVETTER, 1985).

Necessário destacar também que a imersão social advém das relações sociais, mas que a investigação acerca de imersão social não se dá por meio da estrutura das redes. Apenas análises qualitativas dão conta de investigar a qualidade das relações. Análises estruturais quantitativas, como as propostas por essa dissertação, apenas descrevem a forma como esses relacionamentos ocorrem. Interessa ao pesquisador mais a possível rede de relações como um todo que a qualidade da relação entre um e outro ator. Em suma, essa pesquisa não busca a imersão social, mas sim outras características de relacionamento que podem ser descritas a partir da estrutura da rede.

Conforme será exposto no capítulo 4, as propostas de sustentabilidade têm como objetivo a busca de um bem comum, ainda que seus proponentes tenham visões

divergentes do que seria este bem comum e de quais os melhores caminhos para alcançá-lo. Dobbin (2005) indicou que sociedades com fortes laços sociais têm vantagens para se desenvolver em direção a bens comuns, por conta das sanções positivas e negativas impostas pelas relações sociais. Se considerarmos que a sustentabilidade é um objetivo comum e um estágio para o qual uma determinada sociedade pretende se desenvolver, tem-se que os laços sociais são fatores importantes na busca pela sustentabilidade. É justamente a estrutura desses laços sociais que será objeto dessa pesquisa.

A pesquisa realizada nesse trabalho parte, portanto, de uma análise estrutural de redes que exemplificará um conjunto de processos sociais e que pode ser útil para analisar um objetivo em comum desses processos sociais. Ao invés de analisar a ação específica de alguns atores ou organizações, a coerência (ou a falta dela) entre os processos sociais dos atores é que será investigada para a análise dos objetivos de sustentabilidade.

2.2 O CONCEITO DE REDE SOCIAL E MEDIDAS SOCIOMÉTRICAS

Como demonstrado no trabalho de Oliver e Ebers (1998), a Análise de Redes Sociais representa um campo complexo e diversificado. Embora os objetivos das pesquisas em redes sociais estejam relacionados à homogeneidade ou performance (BORGATTI *et al*., 2009) o conceito de rede, suas limitações e a forma de estudá-la variam muito. A área é de grande interesse para o estudo das organizações, uma vez que se apresenta como uma forma de capturar a intersecção dos aspectos dinâmicos e estáticos das organizações, ao enfocar as relações entre elas (TICHY; TUSHMAN; FOMBRUN, 1979).

Define-se como rede “um grupo de indivíduos ou entidades que colaboram e/ou competem que estão relacionados uns aos outros” (ZHANG, 2010, p. 3). Tal rede não pode ser compreendida em uma organização formal, pois ela não respeita os limites formais de uma entidade. Elas são um fenômeno dinâmico e requerem propostas de estudo que levem em consideração características complementares.

Falando de redes de negócios, Zaccarelli *et al*. (2008, p. 13) indicam que as redes “não têm proprietários, nem executivos formais, nem empregados ou representantes, não têm capital social, não pagam impostos (...) estão tão pouco

formalizados, enfim, que sua existência precisa ser evidenciada e percebida". Esses são os conceitos de rede que serão adotados neste trabalho[5].

Para a pesquisa de redes sociais, a estrutura é muito relevante. Enquanto pesquisadores sociais tradicionais buscam explicar fenômenos com base nas características daquele fenômeno (Ex.: a renda de um indivíduo ajuda a explicar seu comportamento), os pesquisadores de redes sociais buscam explicações no ambiente social, por meio de processos de influência ou de benefícios conseguidos por sua posição nesse ambiente (BORGATTI *et al*., 2009). "Os pesquisadores tendem a enfatizar a variação de estrutura em diferentes grupos e contextos, usando estas variações para explicar diferenças em resultados percebidos" (BORGATTI *et al*., 2009, p. 894, tradução do autor).

Cada participante da rede é chamado de ator (ou nó, no caso da representação da rede em um grafo). As relações entre atores são consideradas laços, que podem ser fortes ou fracos (GRANOVETTER, 1973). E essa intensidade dos laços pode ser medida de diversas maneiras como por meio da frequência com que se relacionam ou do tipo de relação, por exemplo.

A análise das relações sociais por meio da sociometria permite apontar medidas que ajudam a descrever a rede estudada como um todo ou o posicionamento dos atores naquela rede. O quadro a seguir descreve algumas das medidas que serão utilizadas nessa dissertação.

Quadro 2 – Medidas sociométricas

Medidas	**Descrição**
Distância geodésica	A distância mais próxima entre dois pontos
Díade	Conjunto de dois atores conectados
Tríade	Conjunto de três atores conectados entre si
Clique	Uma forma de decompor uma rede em subgrupos. Representa um subgrupo do grafo no qual cada nó está diretamente conectado a qualquer outro nó daquele grupo.
***Degree* do ator**	*Indegree* – relações que chegam ao nó (direcional) *Outdegree* – relações que se originam no nó (direcional) *Degree* – Relações presentes no nó (não direcional)
Caminho (*path*)	Distância entre um par de nós ou atores (direcional ou não direcional)

[5] Ainda que Zacarelli *et al.* (2008) trabalhem com uma abordagem de redes mais próxima ao que Oliver e Ebers (2008) chamam de "Economia Institucional e Estratégia", essa definição de redes não representa nenhum tipo de conflito com a área de estudos centrada na "Rede Social", adotada nessa dissertação.

Densidade da rede	Descreve a coesão, o nível de ligações existentes comparado ao nível de ligações possíveis
Centralidade da rede	Descreve a medida em que essa coesão é organizada em torno de determinados pontos focais
Centralidade *Closeness*	É expressada em termos das distâncias entre vários pontos. Soma da distância de um ponto para todos os outros pontos (quanto menor, mais central).
Centralidade *Betweenes*	Mede a extensão da localização de um ponto particular entre diversos outros pontos.
Centralidade *Eigenvector*	Soma das conexões dos outros pontos com avaliação do peso da centralidade destes outros pontos.

Fonte: elaborado pelo autor com base em FURHT (2010); BORGATTI (2006); SCOTT (2000); WATTS e STROGATZ (1998); e WASSERMAN e FAUST (1994).

John Scott explica que a "distância mais curta entre dois pontos na superfície da terra é a curva geodésica que os conecta e, por analogia, o caminho mais curto entre quaisquer dois pontos particulares em um grafo é chamado de geodésico" (SCOTT, 2000, p. 86, tradução do autor). Esse é um conceito importante para a estrutura da relação entre atores em uma rede.

A distância geodésica, por exemplo, é o que Granovetter utiliza para afirmar que os laços fracos são importantes para criar pontes em grandes grupos (GRANOVETTER, 1973). Nelson (1984) ressalta que esse é um conceito intuitivo, pois as pessoas já pensam nas relações sociais em termos de espaço físico. "Falamos num 'amigo chegado' ou em 'manter a nossa distância' por exemplo (NELSON, 1984, p. 152).

Bonacich, o criador da medida centralidade *eigenvector* acreditava que a centralidade de um ponto influenciava e era influenciada pela centralidade dos pontos a que este primeiro ponto estivesse conectado. Ou seja, um ponto deve ser considerado mais central se conecta outros pontos de alta centralidade (DIANI; McADAM, 2003). Assim, a centralidade *eigenvector* traz informações sobre atores ou nós mais influentes nas redes de relações sociais (SCOTT, 2000).

Já a medida de *betweeness* está relacionada à posição que um determinado ponto ou nó ocupa em uma rede e como este ponto serve de "ponte" ou "guardião" entre dois outros pontos que não estão diretamente conectados (KADUSHIN, 2012). Uma alta pontuação neste fator significa que esse ponto está ligado a um ator em um determinado contexto e a outro ator em um contexto ainda diferente, sem que esses dois últimos se relacionem diretamente. Dessa forma, o ator com alta centralidade *betweeness* teria capacidade de ligar dois outros pontos que não estão diretamente conectados em nenhum outro lugar.

Além dessas medidas e conceitos, também são relevantes as definições de conteúdos transacionais descritas por Tichy, Tushman e Fombrun (1979). De acordo com esses autores, quando dois atores se relacionam, quatro tipos de conteúdos transacionais podem ser transmitidos. São as trocas de a) afeto, b) influência ou poder, c) informação e d) recursos ou serviços.

Esses conteúdos podem ou não se sobrepor em uma mesma relação, o que possibilita a existência de uma rede específica para cada um desses conteúdos. “Uma rede de trocas de informação pode ser descentralizada e totalmente conectada, enquanto uma rede de influência pode ser centralizada e com interações mediadas por um supervisor” (TICHY; TUSHMAN; FOMBRUN, 1979), por exemplo.

Ainda que seja um trabalho publicado no final da década de 1970, o aporte teórico de Tichy, Tushman e Fombrun (1979) segue atual. Diversas áreas continuam aplicando suas definições de conteúdos transacionais, como, por exemplo estudos que tratam de confiança (LEWICKI; MCALLISTER; BIES, 1998) e pesquisas que empregam a análise de redes para prever *turnovers* (PORTER; WOO; CAMPION, 2016), entre muitas outras.

Estas e outras medidas têm sido cada vez mais utilizadas por pesquisadores de relações sociais. Borgatti *et al*. (2009) apontam que o número de artigos com o tópico “redes sociais” praticamente triplicou na primeira década do século XXI.

O estudo do psiquiatra Jacob Moreno (1934), como exposto no início deste capítulo, foi um dos precursores da utilização da sociometria para explicar fenômenos sociais. Este foi um dos primeiros estudos que demonstraram que a posição de um ator em uma determinada rede poderia ajudar a explicar o seu comportamento e os resultados dessa rede.

Em outro trabalho seminal, Stanely Milgram (1967) se debruçou sobre o *small world problem*, ou a probabilidade entre duas pessoas aleatórias de qualquer parte do mundo se conhecerem. No estudo, o autor descobriu que a distância entre quaisquer duas pessoas poderia ser superada em uma média de cinco contatos ou, como explica o estudo “cinco círculos de conhecidos separados ou a cinco estruturas de distância” (MILGRAM, 1967).

Em 1973, Mark Granovetter apresentou “The Strengh of Weak Ties”, um dos mais importantes trabalhos de Análise de Redes Sociais já publicado (GRANOVETTER, 1973). Nele, o autor estudou o processo de buscar e conseguir emprego e refutou a ideia de que as pessoas mais indicadas para nos alocarem (ou

relocarem) no mercado de trabalho são os nossos conhecidos mais próximos. Antes do trabalho de Granovetter, era de se esperar que as pessoas com quem temos laços mais fortes teriam mais motivação para nos oferecer informações sobre oportunidades de trabalho – e seriam, portanto, mais importantes nesse processo. Contudo, o autor demonstrou que as pessoas com quem temos laços mais fracos são mais eficientes para essa tarefa, justamente porque se movem em círculos de pessoas diferentes dos nossos próprios conhecidos. Estruturalmente, elas podem fazer o papel de ponte entre a pessoa que busca o emprego e outras pessoas que estão fora de sua rede de contatos.

Na linha dos clássicos da Análise de Redes Sociais, vale destacar também o estudo de Saxenian (1996). A autora analisou um conjunto de variáveis para ilustrar as diferentes capacidades organizacionais e adaptativas da rede regional do Vale do Silício e dos sistemas industriais independentes baseados em empresas na Rota 128, em Boston. As duas regiões do país têm origens similares e atravessaram problemas parecidos na década de 1980. Mas, enquanto o Vale do Silício prosperou, a Rota 128 obteve resultados bastante diferentes. Ao entender as economias regionais como redes de relacionamentos e não como grupos de produtores isolados, Saxenian ajuda a compreender as diferentes trajetórias das duas regiões. De forma similar, mas com ênfase maior na análise sociométrica, Castilla *et al*. (2000) também demonstraram a importância das relações sociais no desenvolvimento da região do Vale do Silício.

Dentre os trabalhos mais próximos do autor dessa dissertação, vale citar as pesquisas do grupo de pesquisa REOS – Redes Sociais, Organizações e Sustentabilidade, coordenado pelo Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra. O grupo tem como objetivo estudar as organizações e a sustentabilidade na perspectiva das relações ou redes sociais e seus participantes já produziram alguns trabalhos na área, conforme indicado no parágrafo a seguir.

Nos últimos quatro anos, destacam-se os trabalhos de Gonçalves (2012), que pesquisou as relações sociais na gênese de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos sob a perspectiva da imersão social de Granovetter; Broietti (2015), que analisou a influência dos laços sociais na distribuição de gastos públicos ambientais em municípios consorciados; e Massaro (2015), cujo tema de pesquisa era a inserção socioeconômica de catadores de recicláveis, também estudada a partir da ótica da imersão social.

Em 2016, duas novas dissertações foram defendidas por membros do grupo. Fernandes (2015) estudou o ativismo digital do grupo *Anonymous*, seus processos de intervenção e interação na sociedade sustentável; e Romagnolo (2016) pesquisou a imersão de redes sociais em ações de participação cidadã em um movimento social regional.

Dentre os trabalhos internacionais mais recentes, uma série deles poderia ser citada, pesquisas que carregam com bastante propriedade a tradição da Análise de Redes Sociais e da sociometria. Apenas para ficar em três exemplos, mencionam-se o estudo de Agreste *et al*. (2016) sobre a máfia italiana, a pesquisa de Jariego *et al*. (2016) sobre a indústria pesqueira espanhola e a análise de Castells (2013) sobre as mobilizações sociais ocorridas recentemente no mundo árabe nos Estados Unidos e na Espanha.

Até o presente momento, tratou-se do surgimento das teorias de rede sociais e de como este é um campo amplo e que “bebe” em fontes como a administração, a matemática, a sociologia e a antropologia, entre outros. Pretende-se, por meio da retomada histórica e teórica proposta nesse capítulo, assentar as bases para que o debate sobre as formas de organizações possíveis em nossa sociedade aconteça e também para relacionar diferentes formas de organização à sustentabilidade.

Neste sentido, é muito importante o esforço que a sociologia econômica faz para entender como as relações sociais afetam as relações e decisões econômicas. Conforme será indicado no próximo capítulo, o processo de dissociação da dimensão social das organizações promovido nas últimas décadas alterou o conceito que temos das organizações e priorizou o modelo da burocracia. E é possível que este modelo de organização burocrática e orientada especificamente ao lucro não seja a melhor opção que a sociedade ocidental moderna tenha para lidar com os problemas da sustentabilidade.

Nessa linha, destaca-se o trabalho de Dobbin (2005), quando este indica que fortes laços sociais, por conta de sanções positivas e negativas, influenciam os objetivos em comum de uma sociedade. Tal afirmação explicita a relevância de se pesquisar a existência de relações entre os objetivos de sustentabilidade que orientam as organizações sem fins lucrativos de Londrina-PR e as suas relações sociais. Será que as organizações com objetivos comuns mantem fortes laços sociais na cidade? Os seus objetivos influenciam a forma como tais relações interorganizacionais se estruturam?

Caso a resposta seja positiva, essa pesquisa poderá descrever uma nova forma de organização presente na cidade: um grupo de atores que colaboram entre si e estão relacionados uns aos outros (ZHANG, 2010); em uma organização informal que não respeita os limites de uma entidade, classificação ou setor. Uma construção dinâmica, sem proprietários ou executivos (ZACCARELLI, 2008) cujas relações sociais influenciam as ações econômicas (GRANOVETTER, 1985). Uma possível rede social.

3 ORGANIZAÇÕES COMO CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Com o objetivo de introduzir a problemática das organizações em relação à sustentabilidade, faz se necessário entender o que faz com que as organizações sejam entendidas da forma como o são em nossa sociedade.

A maneira como a sociedade moderna ocidental tende a enxergar as organizações é produto de uma série de fatores de influência e alguns deles serão apresentados nesse capítulo. Muitos desses aspectos interferem também nos conceitos que as próprias organizações têm de si mesmas e de seus objetivos.

Assim, a primeira parte do capítulo versará sobre as origens dos modelos mais comuns de organizações existentes e a última parte abordará as Organizações sem Fins Lucrativos, suas particularidades e sua área de atuação em Londrina-PR.

3.1 CAPITALISMO E ORGANIZAÇÕES

Max Weber nos legou um trabalho importante acerca das condições prévias que possibilitaram o surgimento do capitalismo baseado na racionalidade ocidental, a qual encontramos ainda hoje como base do capitalismo moderno. Weber (1968) explicou que o capitalismo criou a organização racional dos processos de trabalho e apontou que características nossa sociedade desenvolveu para que este panorama se fizesse realidade. Segundo ele, em outras formas de sociedade, esse modo de organização não seria possível.

A organização racional descrita por Weber define o que buscamos como desenvolvimento na modernidade ocidental. Nosso conceito de desenvolvimento está intimamente relacionado à produção de riquezas materiais e essa também é uma característica da nossa sociedade. Por isso, a maior parte das nossas organizações está diretamente orientada a esses fins.

Importante destacar que o conceito de organização burocrática descrito por Weber deve ser entendido desde a ótica das construções sociais. Em Weber, a

> importância atribuída à compreensão do agente (*Verstenhen*) tona-se clara (...); a compreensão é fundamental para a sociologia, bem como para outras ciências sociais, além de fazer parte de seu principal mecanismo explicativo. Um fenômeno social constitui-se por meio do significado que tem para o agente, e agentes diferentes podem partilhar uma interpretação desse significado. O mesmo se aplica

> às ações sociais de natureza econômica para as quais o elemento de significado é igualmente crucial (SWEDBERG, 2005 , p. 46).

Segundo Granovetter (1985), as ações econômicas devem ser entendidas como influenciadas pelas estruturas das relações sociais. Este conceito, chamado de "imersão social" foi adotado por Granovetter (1985), mas suas origens remontam ao que Weber e outros autores denominaram "sociologia econômica". Weber buscava combinar o interesse da economia no comportamento econômico com a ênfase nas relações e estruturas sociais ligada à sociologia. Assim como ele, Marx e Durkheim também tentaram responder a pergunta de "como as práticas modernas da economia se tornaram o que são" (DOBBIN, 2005, p. 26).

Atualmente, a sociologia econômica não pretende reformular a economia neoclássica, mas sim dialogar com ela e complementá-la (SERVA; ANDION, 2006). Isso pode ser verificado comparando as duas perspectivas.

Quadro 3 – Comparações entre a economia clássica e a sociologia econômica

	Economia Clássica	**Sociologia Econômica**
Conceito de ator	Indivíduo, individualismo	Grupos, ator imerso na sociedade, construção cultural
Ação Econômica	1) Razão econômica 2) Uso eficiente de recursos escassos 3) Razão assumida como dada 4) Livre mercado não aborda relações de poder	1) Diversos tipos de motivação 2) Alocação de recursos com base em princípios variados 3) Tenta explicar o fenômeno "razão" 4) Relações de poder influenciam nas ações econômicas
Restrições à ação econômica	Preferências e escassez de recursos	Outros fatores podem influenciar na ação econômica
A economia em relação à sociedade	Foco nas trocas econômicas Parâmetros e cenários estáveis	Foco: 1) análise sociológica dos processos econômicos; 2) conexão e interação entre economia e o resto da sociedade; 3) parâmetros e cenários dinâmicos
Objetivos de análise	Predição	Descrição
Modelos e métodos	Hipóteses e modelos matemáticos	Métodos variados e análise empírica

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SMELSER e SWEDBERG (2005).

A Sociologia Econômica admite, portanto, a interação entre relações concretas e objetivas (transações econômicas, por exemplo) e relações sociais (subjetivas ou não) – este debate será retomado no Capítulo 4.

O mesmo pode ser feito com o conceito de organização. O conceito de organização tende a ser criado e recriado, e varia de acordo com a visão de mundo do teórico que a estuda. Morgan (2005) explica que, ao longo das últimas décadas, utilizamos uma série de metáforas dentro da teoria das organizações, na tentativa de caracterizar estas entidades. Dentre as metáforas mais utilizadas, encontram-se a metáfora da máquina (organizações como mecanismos racionais com fins pré-estabelecidos e tarefas especificamente concebidas) e a metáfora do organismo (as organizações concebidas por partes interligadas e dependentes entre si) – propostas que surgiram no início da teoria das organizações e que, ainda hoje, são extremamente influentes para o campo.

Reed (2007) usa o termo *narrativa* para falar de algo parecido. Segundo ele, a teoria das organizações está arranjada em seis propostas de narrativas: racionalidade, integração, mercado, poder, conhecimento e justiça. Cada uma destas representações é produto de ações e criações realizadas por pessoas num período histórico específico. Ou seja, as narrativas dependem também das relações de significado e da visão de mundo de uma determinada sociedade inserida em um contexto histórico específico.

Dessa forma, o conceito que temos de organização, tanto para Morgan (2005), quanto para Reed (2007), depende de uma construção social historicamente elaborada por uma determinada sociedade. E, ao longo do tempo, o racionalismo da nossa sociedade criou e legitimou uma forma organizacional que se desenvolveu e hoje impera sobre todas as outras alternativas possíveis – a burocracia.

A organização moderna burocrática “fornece o princípio do projeto estrutural e valoriza uma prática de controle operacional, que podem ser determinados racionalmente e formalizados antes de qualquer operação” (REED, 2007, p. 68). Por isso ela é dominante como modelo de organização atual (WEBER, 1978). A burocracia é também uma construção social, um produto da racionalidade ocidental moderna e que reforça a visão de mundo racionalista. O “capitalismo, em seu estágio atual, tende a fomentar de maneira acentuada o desenvolvimento da burocracia, embora ambos tenham surgido de fatores históricos diferentes” (WEBER, 1978, p. 28).

Pode-se considerar tanto o conceito global de organização (o que uma sociedade entende por organização ou as metáforas e narrativas que usa para explicá-las) quanto o conceito que cada organização tem de si mesma, como uma construção social.

Claro, as organizações não buscam informações – quem o faz são os indivíduos que as compõem. Mas estes mesmos indivíduos, ao deixarem uma organização (seja ela uma empresa ou uma família, por exemplo), deixam suas marcas nela. As estruturas que eles ajudaram a compor, enquanto faziam parte da população, permanecem ali. A organização é vista como um sistema complexo, com papel determinante na composição dos mercados, na interação com o ambiente, na racionalidade dos atores econômicos, nas questões do poder e nos aspectos micro e macro da economia (SERVA; ANDION, 2006).

Assim, podemos definir organizações como dinâmicas construções socioculturais, cuja edificação e significação depende tanto da agência de seus participantes quanto do seu contexto histórico e das estruturas que ali já estavam presentes. Mesmo a organização burocrática, que pretende afastar de si as emoções humanas (WEBER, 1978), tem em sua essência uma série de mecanismos que permitem mudanças e adaptações. Quanto mais específicas forem as tarefas internas e quanto mais desenvolvida esta burocracia estiver, menor o impacto que as construções socioculturais terão em suas estruturas.

Bresser-Pereira (1986, p. 3) explica que um “sistema social qualquer não necessita ser eficiente, produtivo. Já nas organizações a eficiência – ou pelo menos a procura de eficiência – é uma condição de existência”. No mundo moderno capitalista, a eficiência das organizações é o combustível para o desenvolvimento político, econômico e social, de forma que as transformações sociais tendem a passar sempre por esta forma burocrática de organização (BRESSER-PEREIRA, 1986).

E, assim, posta a necessidade da busca pela eficiência (para produção de riquezas) na sociedade moderna, a organização que dominou o nosso modelo de vida passou a ser o modelo burocrático. Tendemos a nos organizar com base em um formato no qual a divisão de trabalho é racionalmente constituída dentro de uma organização social para atingir objetivos específicos.

Faz se necessário, clarear neste momento a visão que o autor tem dos conceitos de capitalismo e de racionalismo. Por capitalismo, entende-se “a exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos” (BOLTANSKI;

CHIAPELLO, 2009, p.35). Esta definição nos permite reconhecer que há diversos tipos de capitalismo, mas está centrada em uma de suas características imutáveis, a acumulação abstrata de capital.

Com relação ao racionalismo, utiliza-se aqui a definição de Souza (2006, p. 6): racionalismo é “a forma culturalmente singular como uma civilização específica e, por extensão, também os indivíduos que constituem sua maneira de pensar e agir a partir destes modelos culturais, interpretam o mundo”. Portanto, o racionalismo é a base para as construções sociais da sociedade que o criou e que também é criada por ele.

Há diversas formas de racionalismo. Além do racionalismo ocidental moderno (a fundação para o capitalismo ocidental moderno), existem também outras formas de se ver o mundo. Morgan (2005) explica que o modo como pensamos o nosso mundo é influenciado pelo ambiente social em que vivemos e que os “pontos de partida” para o nosso pensamento (e, portanto, para a nossa forma de organização em sociedade) dependem do ambiente em que estamos inseridos, ao mesmo tempo em que nos ajudam a construir este contexto histórico. O capitalismo moderno também é produto desta visão de mundo racional ocidental moderna.

Dadas estas análises, convém debruçar-se sobre as origens do capitalismo que impera sobre o mundo desde o início do século XX e, mais especificamente sobre o capitalismo que acontece no Brasil desde este determinado período.

Em outras épocas, já existiram o comércio, o lucro, o acúmulo de metais preciosos, o financiamento das guerras, o arrendamento de impostos, o crescimento da população e até mesmo princípios de forma de especulação e de organização econômica (WEBER, 1968). Todos estes atributos poderiam ser considerados características determinantes do capitalismo como o conhecemos hoje.

Contudo, em nenhuma outra sociedade criou-se uma racionalização do trabalho tão profunda, nem tampouco a dissolução das barreiras éticas e morais internas e externas aconteceu tão veementemente. Além disso, nunca uma outra forma de organização social encontrou o que conhecemos como estado na acepção moderna da palavra – uma organização burocrática, relativamente estável e de administração orgânica (WEBER, 1968).

De acordo com Weber (1968), para que o capitalismo ocidental moderno aparecesse, foram necessárias as seguintes características: apropriação dos meios de produção pelo empresário, liberdade de mercado, técnica racional, direito racional, trabalho livre, especulação e estado racional.

No Brasil atual, encontramos todos estes fatores, embora eles não se manifestem uniformemente pelo território nacional. A apropriação dos meios de produção pela iniciativa privada é crescente, como demonstram os dados de concentração de terra no país, por exemplo. A área coberta pelas grandes propriedades passou de 68 milhões em 2003 para 159,2 milhões de hectares em 2010 (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2016).

Ou seja, 18,6% da área total do país se concentra dentro de grandes propriedades particulares de terra. A título de ilustração, esta área concentrada em propriedades privadas é 37% maior do que a área destinada a todos os territórios indígenas demarcados no país (115.817.575 de hectares), cuja maior parte se concentra na Amazônia Legal (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2015).

Assim como a apropriação dos meios de produção pela iniciativa privada, a liberdade de mercado também segue sendo defendida. Como exemplo, podemos lembrar o processo de privatização de mais de 100 estatais na década de 1990, o que estabeleceu um mercado mais livre para áreas como mineração, telefonia, energia e bancos.

Hoje, nossa sociedade é regida por um estado racional e suas disputas são orientadas por um direito racional, que nos possibilita resolver conflitos econômicos e civis por meio de organizações igualmente burocráticas. E, com a dissolução das barreiras éticas e morais internas e externas (conforme já citado), os nossos conflitos éticos e morais acabam se tornando contendas econômicas e que também podem ser mediadas pelo estado com o uso de critérios racionais.

Há um ponto importante de inflexão nesse momento do texto. O contexto histórico sobre o surgimento do capitalismo moderno ocidental realizado nas últimas páginas é importante pois é justamente este modelo de sociedade (nessa pesquisa, representado pela cidade de Londrina-PR) que servirá de pano de fundo para o debate sobre modelos de organização e sobre a sustentabilidade. É justamente esse percurso descrito que ajudou a criar os conceitos de sociedade, de organização ou de sustentabilidade que os londrinenses vivem e aplicam cotidianamente. Será que esse tipo de sociedade ainda consegue criar respostas para os problemas sociais, ambientais, territoriais, políticos, econômicos e ecológicos que surgem em nosso contexto?

Desde o início do texto, partiu-se de algumas categorias weberianas para analisar uma sociedade que será criticada com base em duas contradições apontadas

pelo marxista James O'Connor. Não se trata aqui de um conflito epistemológico, uma vez que entender os escritos de Weber simplesmente como críticas a Marx seria formar uma visão muito simplista da análise que Weber faz do materialismo histórico (GIDDENS, 1970).

> Weber percebeu uma irracionalidade primária dentro do capitalismo: a racionalidade 'formal' da burocracia, ao mesmo tempo que torna possível a execução técnica das tarefas administrativas de grande escala, é 'substancialmente' irracional, pois contraria alguns dos valores mais distintivos da civilização ocidental (GIDDENS, 1970, p. 304)

Weber, portanto, enxergava uma série de contradições na sociedade que ele via nascer no início do século XX. Adotam-se, assim, as suas categorias para descrever as origens do capitalismo em que a sociedade moderna brasileira se encontra. Este é o conceito de capitalismo que adotaremos para entendermos suas relações com a sustentabilidade.

De acordo com O'Connor (2000), o capitalismo apresenta duas contradições. A primeira delas diz respeito a uma crise de demanda. Para ele, quanto maior o poder do capital sobre os trabalhadores, maiores serão a exploração do trabalho e a mais valia que ficará a cargo dos donos dos meios de produção. Nesse processo, o trabalhador tende a ser cada vez mais explorado e seus ganhos vão diminuindo.

Acontece que a diminuição dos ganhos dos trabalhadores acarretaria em uma igual diminuição de seu poder consumo, o que leva em consequencia a uma "crise de demanda". A contradição está em que, quanto mais explorado o trabalhador (o que em tese aumentaria o lucro dos detentores do capital), menor a participação ele terá no consumo da produção do sistema. Portanto, a exploração sem limites do trabalhador traria lucros em primeira instância, mas isso geraria uma "superoferta" e um colapso no sistema capitalista como um todo, no longo prazo (O'CONNOR, 2000).

Isso já havia sido descrito por Karl Marx, e de acordo com O'Connor (2000, p. 35, tradução do autor) "atualmente, uma economia sustentável pressupõe um sistema político e econômico global com capacidade para identificar e regular" esta primeira contradição. Dentro dos mecanismos que foram criados para que esta contradição não se transformasse em uma catástrofe do capitalismo, podemos citar instituições como as declarações internacionais de direitos humanos, por exemplo, ou as legislações trabalhistas vigentes em diversos países.

A este panorama, o autor acrescenta uma nova contradição: uma "crise de custos". Esta crise nos remete a uma reflexão acerca da disponibilidade de recursos

e da continuidade da capacidade de crescimento da produção global, quando colocamos lado a lado os conceitos de capitalismo e sustentabildiade.

Os marxistas fundamentam seus raciocínios em três condições de produção, que, em um paralelo com as descrições de O'Connor (2000) podem ser classificados como terra (infrasetrutura e espaço), trabalho e capital (recursos naturais).

De acordo com este autor, existem duas maneiras de se propiciar a "crise de custos", e ambas estão atreladas a estas três condições de produção. "A primeira acontece quando capitais individuais adquirem ganhos mediante estratégias que degradam as condições materiais e sociais de sua própria produção" (O'CONNOR, 2000, p. 37, tradução do autor). Assim, os ganhos imediatos acabam por se tornarem insustentáveis num futuro próximo.

Já o segundo detonador de uma crise de custos aparece quando os movimentos sociais pressionam os proprietários dos meios de capital a reestabelecerem ou melhorarem condições ambientais ou sociais das relações de produção, como acontece, por exemplo, quando movimentos ambientalistas exigem melhorias no tratamento dos resíduos ou quando movimentos sociais demandam melhores condições de trabalho.

Nestes casos, as pressões podem fazer com que as forças de produção tenham que alterar seus processos – quase sempre diminuindo sua rentabilidade. Portanto, o aumento da produtividade no presente pode acarretar na insustentabilidade das condições de produção (principalmente espaço e recursos) no futuro.

Há que se deixar claro que o objetivo aqui não é criminalizar a busca por lucro ou mesmo o funcionamento do capitalismo moderno ocidental em si. Esse não é o objetivo desse estudo. A proposta dessa dissertação é apenas, por meio do uso da ARS, aprofundar o entendimento sobre as alternativas que essa mesma sociedade tem produzido para lidar com os problemas decorrentes do modelo que temos adotado.

Ao descrever a segunda contradição do capitalismo, O'Connor (2000) não estaria exemplificando a importância dos laços sociais para a busca de bens comuns e alheios aos benefícios individuais e econômicos de uma organização privada? O'Connor (2000) se remetia a uma forma de organização e expressão de demandas que podem afetar a forma como lidamos com a sustentabilidade.

3.2 ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Em um mundo no qual a competição fosse perfeita, onde todos os participantes partissem de condições iguais, e no qual todos os bens fossem privados, o mercado seria a entidade mais indicada para a alocação dos recursos. Contudo, como a realidade é diferente[6], o uso do mercado como único ou principal alocador de recursos pode se tornar indesejável. É justamente das lacunas deixadas por esse modelo de sociedade que as OSFLs emergem.

Os teóricos que estudam as organizações sem fins lucrativos (OSFL) têm se dedicado a tentar entender as diferenças entre esse tipo de organização e as organizações que têm como resultado primário os objetivos econômicos. Podemos citar, entre os campos que orientaram a formação teórica da área de estudos sobre as OSFLs a teoria do bem público, teorias relacionadas à confiança, teorias de stakeholders, teorias ligadas ao empreendedorismo, ao institucionalismo e outras (BEN-NER; GUI, 2003).

Dentre as possíveis vantagens que as OSFLs têm sobre as organizações privadas, podemos citar três fatores. O primeiro deles é o fato de que a não-distribuição de lucro serve como um obstáculo para alguns tipos de comportamento que poderiam aparecer em outros tipos de organização. O segundo é o controle direto que os *stakeholders*/beneficiários podem ter sobre a organização – o que também permite lógicas de gestão não estritamente orientadas a fatores econômicos. E o terceiro fator diz respeito aos benefícios que a colaboração entre os beneficiários pode trazer (BEN-NER; GUI, 2003).

A principal característica formal que distingue as OSFLs das organizações privadas são as limitações de apropriação dos lucros da organização em forma de ganho monetário para seus gestores ou controladores (BEN-NER; GUI, 2003). A fonte de receita é um fator importante para definir esse tipo de organização. Esta arrecadação pode ter dois formatos: sociedade civil organizada com recursos autônomos de voluntários (ex. clubes, associações de ajuda mútua, etc.) ou receitas do estado ou de entidades privadas (FELÍCIO; GONÇALVES; GONÇALVES, 2013).

Outro critério apontado por Ben-Ner e Gui (2003) é o controle organizacional. Neste sentido as OSFLs podem ser classificadas como “mutuais”, quando controladas

[6] Conforme debates dos capítulos 2, 3 e 4.

por seus beneficiários, ou podem delegar este controle a um administrador. Neste caso elas serão consideradas “empreendedoras”.

Quadro 4 – Tipos de classificação de organizações sem fins lucrativos

Tipo de Arrecadação	Recursos autônomos voluntários	Receitas do estado ou privadas
Controle	Mutual	Empreendedor

Fonte: Elaborado pelo autor com base em BEN-NER; GUI, 2003; FELICIO, GONÇALVES, GONÇALVES, 2013.

Historicamente, o estado e as organizações privadas não têm conseguido bons resultados na luta por problemas socioambientais como a pobreza, a degradação ambiental e violação de direitos (TRIVEDI, 2010). E, como já exposto, é desta lacuna que as organizações sem fins lucrativos surgem.

O curioso é que, neste processo, essas organizações se tornam uma força econômica também em suas atividades sem fins lucrativos. Segundo dados do IBGE (2010), o Brasil tem mais de 550 mil de Organizações Sem Fins Lucrativos, que empregam mais de 2,9 milhões de pessoas.

Quadro 5 – Organizações sem fins lucrativos segundo área de atuação

Classificação das entidades sem fins lucrativos	**Unidades locais**	**Pessoal ocupado assalariado**	**Salários e outras remunerações (1 000 R$)**	**Salário médio mensal (salários mínimos) ***
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	191 042	735 825	12 134 409	2,5
Educação e pesquisa	87 948	584 676	15 332 024	3,9
Religião	82 853	150 552	2 157 513	2,2
Partidos Políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	76 642	248 631	4 285 619	2,7
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	120 410	2 355 179	3,0
Cultura e recreação	36 921	157 641	3 694 938	3,5
Assistência social	30 414	310 730	5 054 765	2,4
Saúde	6 029	574 474	12 406 349	3,3
Meio ambiente e proteção animal	2 242	10 337	219 851	3,1
Habitação	292	578	10 915	3,1

*Considerando salário mínimo de 510,00 em 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

Em Londrina, 2456 entidades estavam cadastradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010 (IBGE, 2010) e cerca de 16,5 mil pessoas eram empregadas por estas organizações. Estes dados permitem uma projeção da pujança econômica que este setor traz para a cidade, atualmente.

Façamos uma simulação: considere o salário mínimo de R$ 880,00 (o piso nacional vigente em 2016), o mesmo número de entidades de 2010 e uma média de 3 salários mínimos pagos a cada uma das pessoas empregadas (também de acordo com a média nacional de 2010 para este tipo de organização divulgada pelo IBGE). Multiplicando estes valores, chega-se a um montante superior a meio bilhão de reais movimentado anualmente pelo o setor de entidades privadas sem fins lucrativos – apenas com gastos diretos em salários.

A) Pessoal Assalariado: 16.476
B) Salário Mínimo: R$ 880,00
C) Média Salarial: 3 salários mínimos

Movimentação anual = A*B*C*12 meses = R$ 521.959.680,00

Ainda com o objetivo de demonstrar a importância econômica desse setor, podemos comparar dados registrados em outros países. Em 2006, o setor das organizações sem fins lucrativos movimentou, nos Estados Unidos, cerca de 700 bilhões de dólares, cifra próxima ao PIB (Produto Interno Bruto) da Austrália no mesmo ano (TRIVEDI, 2010).

Tem-se, portanto, dois paradoxos. O primeiro é o da atuação de entidades sem fins lucrativos que precisam do mercado para sobreviver e que estão sujeitas às lógicas desse mercado, embora o objetivo de sua existência não seja estritamente econômico. O segundo é o de que essas OSFLs se relacionam com outras entidades, pagam salários, movimentam a economia, consomem recursos e acabam por se tornarem economicamente importantes para a dinâmica da troca de bens por outros bens (ou moeda).

Se no Capítulo 2 o foco foram as relações e redes sociais, nesse capítulo a proposta centrou-se em entender por que motivos determinadas estruturas sociais tem se formado em nossa sociedade moderna ocidental. Argumentou-se que alguns fatores tendem a privilegiar a organização burocrática e que nossa sociedade

apresenta lacunas ao tentar lidar com as externalidades dos processos de produção e com as estruturas sociais nas quais as relações econômicas estão imersas.

Portanto, este capítulo possibilitou o início do debate sobre novos modelos de organização, como as OSFLs, e também sobre as maneiras como cada organização se relaciona com suas noções (ou construções sociais) de sustentabilidade, tema que será aprofundado no capítulo a seguir.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

No capítulo anterior, essa dissertação empenhou-se em identificar fatores que levaram a sociedade moderna ocidental a enxergar as suas organizações como o faz. Entende-se que esse mesmo processo de revisão histórica seja ainda mais importante nesse capítulo, ao falar da sustentabilidade.

Nesse capítulo, o autor se dedicará a apreender alguns dos conceitos possíveis para sustentabilidade (e desenvolvimento sustentável). Tais conceitos, também eles construções sociais, são entendidos como criações da sociedade e das organizações – mas também “ferramentas” para que estas organizações se relacionem em busca de seus objetivos.

No entanto, se no Capítulo 3 desenhou-se o caminho para estudar as organizações sem fins lucrativos, um formato pré-delimitado de organização, aqui o percurso será mais aberto. Não se busca uma noção única de sustentabilidade (teórica e prática), mas sim um quadro de variáveis que possa ser trabalhado para interpretar os conceitos que as organizações sem fins lucrativos têm de si mesmas. Portanto, será apresentado o cenário prévio ao conceito de sustentabilidade surgido em Brundtland (WCED, 1987) em um primeiro momento, para depois indicar as construções surgidas mais recentemente.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Viu-se, no capítulo anterior, que a racionalidade que orienta nossas ações privilegiou o desenvolvimento de certos tipos de organização e de certos tipos de relações entre seres humanos e o ambiente em que ocupamos. Nesse contexto, vale aprofundar um pouco mais a análise sobre a construção de social que esta sociedade criou para o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade.

Atualmente, o conceito mais aplicado para a sustentabilidade é a proposta elaborada no Relatório do Brundtland (WCED, 1987). Mas muita história aconteceu até que chegássemos ao conceito de desenvolvimento sustentável proposto em Brundtland. A afirmação que o desenvolvimento sustentável é o “desenvolvimento que atinge as necessidades do presente sem comprometer a habilidades das gerações

futuras em satisfazer suas próprias necessidades" é o resultado de uma caminhada que envolveu questões econômicas, territoriais, sociais e ambientais.

Pierri (2001) descreve a história da formação dos conceitos do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade e enfatiza, em diversos momentos, que o caminho trilhado para esta construção social não foi linear. O que hoje entendemos por sustentabilidade tem muito a ver com o conceito de desenvolvimento sustentável cunhado pelo Relatório de Brundtland (WCED, 1987), mas, tanto antes quanto após o surgimento desta definição, diversos interesses e visões de mundo se acumularam.

Antes do Relatório de Brundtland a discussão se dividia em duas vertentes que atuavam de forma separada, embora pudessem se encontrar em alguns momentos: o movimento ambientalista e as críticas sociais à sociedade que floresceu após a revolução industrial (o que este trabalho tem denominado "capitalismo ocidental moderno").

Do ponto de vista ambiental, as primeiras preocupações surgem já no Século XIX na América do Norte e na Inglaterra (a criação do primeiro parque nacional de preservação do mundo, Yellowstone, nos EUA, data de 1872). "En ese sentido, no es casual que la primer obra que plantea una concepción global del medio ambiente, Man and Nature, fue escrita por el norteamericano George Perkins Marsh, en 1865" (PIERRI, 2001, p. 31).

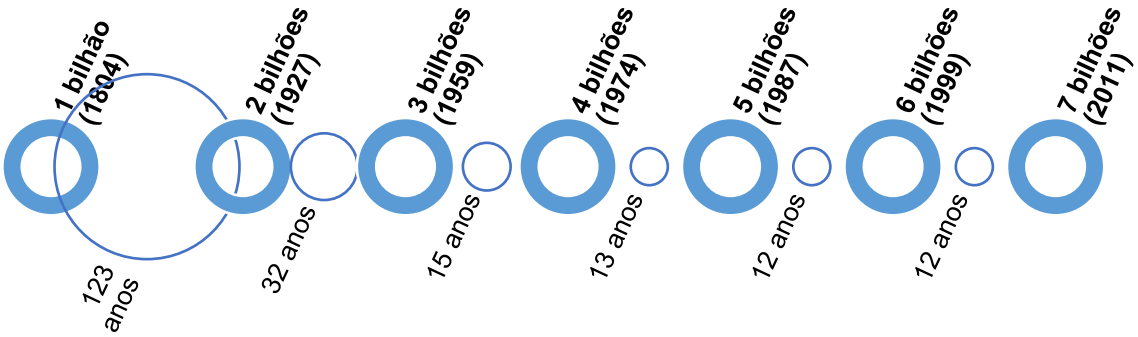
Este era o início de um pensamento que começava a questionar o impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente. Por volta da década de 1970, já mais amadurecido, o movimento ambientalista recebeu contribuições da comunidade científica. É nesta época que é Paul R. Ehrlich retoma o pensamento malthusiano e publica *The Population Bomb* (EHRLICH, 1968), questionando os limites físicos de um planeta que teria que absorver um aumento exponencial de sua população em um curto período de tempo.

De fato, o problema era visível e o aumento populacional se confirmou[7]. As catástrofes antecipadas pelo biólogo norte-americano, no entanto, não se concretizaram totalmente. Ehrlich não conseguiu predizer com exatidão a evolução da

[7] No ano de nascimento do autor desta dissertação, o mundo tinha menos de 5 bilhões de pessoas e o Brasil, pouco mais de 136 milhões.

capacidade humana de se reinventar e os ganhos advindos da evolução tecnológica – sobretudo na produção de alimentos.

Figura 1 – Anos para aumentar em 1 bilhão a população global



Fonte: Elaborado pelo autor com base em UN Data (2016).

A primeira proposta ambientalista, portanto, visava diminuir o crescimento populacional (ou mesmo eliminá-lo) e pode ser considerada parte de *sustentabilidade forte* (PIERRI, 2001) por ter raízes no conservacionismo e no egocentrismo e por ter como referências a ecologia profunda de Naess (1973) e o Clube de Roma (1972). Além dessa linha de pensamento, duas outras propostas floresceram naquele momento: o ambientalismo moderado da Declaração de Estocolmo (1972) e o humanismo crítico da proposta do ecodesenvolvimento (PIERRI, 2001).

Na segunda proposta ambientalista, as ideias consolidadas na Declaração de Estocolmo se tornaram vozes que motivariam a adoção da *sustentabilidade fraca* pela maior parte das organizações do planeta. Esta corrente antropocêntrica busca conciliar as necessidades ambientais ao desenvolvimento econômico e estabelece como caminho para o desenvolvimento sustentável uma intensificação do desenvolvimento econômico.

É relevante destacar que a diferença primordial entre sustentabilidade fraca e forte está relacionada com a aceitação (ou não) das trocas entre capitais naturais e econômicos. Para a sustentabilidade fraca, é necessário que o capital econômico se mantenha estável ou em crescimento, o que implica em uma transformação cada vez maior da natureza (do capital natural). Já para a sustentabilidade forte, esta

transformação de capital natural em capital econômico deve ser limitada de alguma forma (SEGHEZZO, 2009). A sustentabilidade fraca é antropocêntrica e, sobretudo, tecnocêntrica, pois acredita que a evolução da ciência será capaz de substituir todos os processos e recursos naturais – afirmação refutada com veemência pelos adeptos da sustentabilidade forte (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Voltando às correntes ambientais descritas por Naína Pierri (2001), tem-se que, além da proposta dos limites do crescimento e do ambientalismo moderado da Declaração de Estocolmo, a autora descreve a corrente do humanismo crítico que, embora tenha impactos na esfera ambiental, em boa parta das vezes se expressa por meio de um discurso que enfatiza os problemas sociais.

A chave para entendermos o humanismo crítico é o conceito de ecodesenvolvimento. Esse conceito deriva da fusão do ecossistema com o contexto sociocultural e reconhece a importância da pluralidade de soluções para o problema do desenvolvimento sustentável (PIERRI, 2001). Esta corrente é uma resposta oriunda dos países menos desenvolvidos e de setores da sociedade descontentes com a ordem capitalista global. Tais países se mostraram contrariados com a perspectiva de diminuição do crescimento, uma vez que os maiores responsáveis pela degradação ambiental, na visão destes, foi a evolução econômica e tecnológica das nações mais desenvolvidas. Assim, a proposta de crescimento zero limitaria justamente o crescimento dos países menos favorecidos e o abismo entre países ricos e pobres tenderia a aumentar de tamanho.

Era essa fragmentação entre limitar o crescimento, ambientalismo moderno e humanismo crítico que o debate ambiental abarcava quando a Organização das Nações Unidas promoveu a *World Commission on Environment and Development* (WCED, 1987) e cunhou o conceito de *desenvolvimento sustentável* já apresentado. Ao cenário descrito, cabe acrescentar que o mundo atravessava uma crise no modelo keynesiano e estava suscetível a intensas pressões neoliberais[8].

Nesse momento, podemos afirmar que boa parte do mundo já começava a ter ciência dos problemas ambientais e sociais que ganhavam proeminência ano após ano. Ao mesmo tempo, 1º, 2º e 3º setores buscavam superar a crise do keynesianismo (cujos resultados mais impactantes eram governos endividados e pouco eficientes) e lidar com as crises do petróleo da década de 1970.

[8] Como exemplo, podemos citar os governos de Ronald Reagan (1981-1989) nos EUA e Margaret Thatcher (1979-1990) no Reino Unido.

4.2 O RELATÓRIO DE BRUNDTLAND E AS CONSTRUÇÕES POSTERIORES

O pano de fundo composto por crise ambiental, estados ineficientes e pressões econômicas nos levou ao conceito de desenvolvimento sustentável de Brundtland, que considera que a crise ambiental em que vivemos não é reflexo de problemas do liberalismo, mas sim da ineficácia da regulação do estado (LEFF, 2010).

Para Castro (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável, mais que uma proposta de solução para os problemas ambientais, surgiu como uma reação à proposta de limitar o crescimento econômico. Segundo o autor, tal conceito não emergiu dos movimentos ambientais, mas foi, ao contrário, uma resposta do *mainstream* ao radicalismo ecológico que ganhava força no momento. Talvez por isso a resposta não tenha sido a esperada por linhas mais extremistas como a ecologia profunda ou o humanismo crítico.

Contudo, há dois consensos válidos que saíram da proposta do Relatório de Brundtland: o reconhecimento da dependência que as atividades humanas têm do meio ambiente (refutando o paradigma da dominação da natureza) e o reconhecimento de que nenhum projeto ou política pública tem sido eficiente em reduzir o abismo entre ricos e pobres (WCED, 1987).

Sem juízo de valor, é preciso considerar também que a conferência da Organização das Nações Unidas serviu como um unificador dos discursos em torno de uma perspectiva da sustentabilidade fraca ou o que Allier (2007) chamou de *Evangelho da Ecoeficiência*.

Após a criação do conceito de desenvolvimento sustentável cunhado em Brundtland, a dinâmica da construção do que entendemos por sustentabilidade continuou acontecendo. No cenário pós-WCED, encontramos três correntes descritas por Alier (2007): o E*vangelho da Ecoeficiência*, o *Culto ao Silvestre* e o *Ecologismo dos Pobres*.

Este autor considera que o ecologismo e o ambientalismo se expandiram como uma reação ao crescimento econômico, embora algumas das correntes ecologistas convivam bem com a proposta de crescimento econômico. Este é o caso do *Evangelho da Ecoeficiência*, uma linha de pensamento que tenta economizar a natureza, transformando-a em recursos naturais, serviços ambientais ou mesmo capital natural. Esta linha, representada principalmente pela proposta da Modernização Ecológica de Mol (1997, 2000) domina o pensamento nos países mais

desenvolvidos e é soberana também na noção de desenvolvimento sustentável que saiu dos relatórios de Brundtland.

Já a corrente do *Culto ao Silvestre* foi a que deu origem ao movimento ambiental e está alinhada com o conservacionismo da natureza que ainda permanece intacta no planeta, tanto por razões estéticas quanto por futuras necessidades utilitárias. Esta linha pode ser exemplificada por ONGs como a WWF ou pelas propostas do Sierra Club.

Finalmente, a justiça ambiental ou o *Ecologismo dos Pobres* unifica problemas ambientais e sociais, colocando em destaque as mazelas que a degradação ambiental leva aos menos favorecidos do planeta. Esta corrente também tem uma visão economicista da natureza – não pretende preservá-la para as futuras gerações, mas sim diminuir as desigualdades entre ricos e pobres. Em parte dos contextos, por exemplo, é possível que os atores desta corrente sequer utilizem o discurso ambientalista.

Junto à proposta Allier (2007) pode-se retomar o humanismo crítico (PIERRI, 2001), uma corrente que alinha propostas sociais e ambientais e as sobrepõe à ordenação econômica realizada pelo capitalismo ocidental moderno.

De forma similar a Allier (2007), Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) também se prontificaram a realizar um mapeamento das propostas mais recentes em torno do desenvolvimento sustentável, analisando a relação entre as preocupações ambientais e sociais de diversas correntes.

Os autores reúnem as abordagens encontradas em três grupos mais amplos. Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) explicam que o debate das últimas décadas pode ser dividido entre *status quo*, *reformistas* e *transformadores*. O *status quo* é a visão dominante entre as organizações como empresas e governos. Eles reconhecem a necessidade de mudanças, mas não enxergam os problemas sociais e ambientais como inseparáveis. Para este grupo, o desenvolvimento econômico é o caminho para se chegar ao desenvolvimento sustentável e eles pretendem lidar com os problemas ambientais e sociais por meio do aumento das informações, desenvolvimento de tecnologias e crescimento econômico.

Os *reformistas*, por sua vez, acreditam na seriedade dos problemas socioambientais e criticam as alternativas propostas pelo *status quo*. No entanto, este grupo não enxerga a iminência de um colapso social e ambiental. Nesse contexto, mudanças na política e no estilo de vida serão necessárias ao longo do tempo – e

estas mudanças podem ser, inclusive, fontes de oportunidades de mercado. O caminho proposto pelos reformistas passa por uma maior atuação do governo (maior regulamentação) e também por incrementos de uso de recursos renováveis e de eficiência energética.

Por fim, os *transformadores* unem os problemas socioambientais à forma como os seres humanos se relacionam entre si e com o meio ambiente. As críticas desse grupo se dividem entre os que se concentram primariamente na dimensão ambiental ou social e os que tentam unificar as duas propostas. Os ecologistas profundos, por exemplo, defendem que nenhum tipo de degradação ambiental é aceitável, ainda que isso gere problemas sociais. Inversamente, os cornucopianos socialistas colocam o social em primeiro plano, promovendo uma linha de pensamento que não leva em conta os impactos ambientais.

Quando tentam unificar as dimensões social e ambiental, os *transformadores* concentram suas críticas no modelo de produção de capitalista que, para estes, é insustentável. Como exemplos de escolas de pensamento que acreditam que a desigualdade e a degradação ambiental são produtos diretos do modelo de exploração capitalista podemos citar o ecofeminismo e o ecomarxismo.

Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) indicam que todos os proponentes do desenvolvimento sustentável acreditam que a sociedade precisa mudar, ainda que discordem sobre o conceito de desenvolvimento, as mudanças necessárias e as ferramentas que serão usadas para realizar estas mudanças. Para eles a adoção das propostas do *status quo* "não é uma opção viável para a sociedade (...) o futuro tende a ser dominado por visões mais radicais" (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005, p.48), pois o planeta não comportará um consumo nos patamares das nações ricas em todos os outros países. A reforma, na opinião dos autores, pode ser uma opção viável no curto prazo, uma vez que a transformação imediata não é necessariamente possível. Reformistas precisam entender como governos e grandes empresas podem se "auto reformar" (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Um possível caminho para que essa *autoreforma*, como o próprio conceito indica, é a participação da sociedade. E dentre as formas que a sociedade pode atuar, sem uma influência tão direta dos valores econômicos estão as organizações sem fins lucrativos como os movimentos sociais, as organizações não governamentais ou mesmo o estado.

Voltemos aos embates em torno da sustentabilidade. Correndo o risco de ser simplista, o quadro abaixo expõe algumas das principais linhas de pensamento trabalhadas até aqui, nesse capítulo:

Quadro 6 – Aproximações conceituais em propostas para a sustentabilidade

	Economia + Ecologia	**Justiça Social**	**Ecocentrismo**
WCED (1987)	Desenvolvimento Sustentável	-	-
PIERRI (2001)	Sustentabilidade Fraca	Humanismo Crítico	Sustentabilidade Forte
(HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005)	Status Quo / Reforma	Transformacionismo (ênfase social)	Transformacionismo (ênfase ambiental)
ALLIER (2007)	Evangelho da Ecoeficiência	Ecologismo dos Pobres	Culto ao Silvestre
Outros	Modernização Ecológica (MOL, 1997, 2000)	-	Ecologia Profunda (ex. EHRLICH, 1968, NAESS, 1973; LEFF, 2010.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Allier (2007), Leff (2010) Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) e Pierri (2001)

Longe de ser um problema, esta miríade de abordagens para a sustentabilidade é algo desejável. Andion (2003), por exemplo, utiliza o termo "desenvolvimento sustentável local", para indicar que as explicações universais devem ser evitadas e substituídas por um olhar que se dedique as particularidades de cada situação, quando se fala de sustentabilidade.

Seghezzo (2009) também afirma que não há (nem deve haver) uma definição única de sustentabilidade. Diferentes versões do conceito podem ser criadas de acordo com o contexto de análise do pesquisador ou de uma determinada região. Assim, a sua proposta não deve ser vista como uma refutação das outras ideias sobre o tema, mas sim como um complemento.

O mesmo autor, no entanto, critica a proposta de desenvolvimento sustentável cunhada em Brundtland. Na sua opinião o desenvolvimento sustentável como ele é trazido pelas definições da WCED é essencialmente antropocêntrico, uma vez que representa a sociedade e a natureza em pilares separados.

A definição do relatório de Brundtland é também extremamente economicista. Torna-se importante, portanto, o debate de uma proposta de sustentabilidade que

supere (ou ressignifique) o conceito do desenvolvimento sustentável. Uma nova construção social que leve a sociedade para conceitos mais profundos que os da sustentabilidade fraca, da modernização ecológica e da ecoeficiência.

Leff (2010) propõe a recriação da economia na direção neguentrópica, uma economia que nega a entropia. Para o autor, deve-se reincorporar a economia à produtividade da natureza e a criatividade da cultura. Ele explica que a evolução tecnológica não poderá controlar os efeitos entropizantes do crescimento econômico nem desmaterializar a produção em grau suficiente para atender as necessidades do planeta. Para ele,

> os economistas denominaram "externalidades" do sistema econômico todo esse conjunto de problemas que se mostram fora do alcance da compreensão da teoria do processo econômico que tem dominado as formas de organização social e de intervenção sobre a natureza (LEFF, 2010, p. 20)

Ainda de acordo com Leff (2010), passar da racionalidade econômica para a racionalidade ambiental implica em uma batalha conceitual pela sustentabilidade – uma nova construção social. E a grande vantagem desse processo é reconhecer e incorporar a lei da entropia ao conceito de sustentabilidade, o que acontece com a negação da “virtualidade” da economia. Os processos econômicos não acontecem de forma alheia à natureza e acabam, a cada transformação, consumindo-a entropicamente e degradando-a irreversivelmente.

Importante destacar que essa nova economia difere tanto da “economia ambiental” ou modernização ecológica (que tenta recodificar e quantificar os processos da natureza para que possam ser incorporados pela lógica do mercado), quanto da “economia ecológica” (que tem se construído como uma tentativa de conciliar a economia com as leias da termodinâmica e aos ciclos ecológicos).

> A construção de uma nova economia envolve a reconstrução do objeto de conhecimento pela conjugação de diferentes disciplinas, a incorporação dos saberes desconhecidos e subjugados, dos processos ignorados das externalidades econômicas que se converteram nas condições de sustentabilidade do processo econômico e que constituem o campo da complexidade ambiental (LEFF, 2010, p. 29)

O professor Ignacy Sachs (2002) também trabalha nessa direção, quando explica que a sustentabilidade implica em expandir o horizonte de tempo de nossas análises. “Enquanto os economistas estão habituados a raciocinar em termos de anos, no máximo em décadas, a escala de tempo da ecologia se amplia para séculos e milênios” (SACHS, 2002, p. 49). Segundo ele, o crescimento deve ser endógeno,

autossuficiente e orientado para as necessidades (ao invés de orientado para o mercado).

É necessário, como também afirmou Buttel (1998), adicionar uma dimensão política ao debate da sustentabilidade, “pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho” (SACHS, 2002, p. 60). Nesse contexto, o desenvolvimento passa a ser concebido localmente e coletivamente, por meio de um processo de responsabilização de diferentes atores sociais (sociedade civil, estado e entidades privadas), o que faz com o que qualquer tipo de desenvolvimento seja resultado de uma articulação entre o indivíduo e o coletivo (ANDION, 2003).

Em busca de operacionalizar este processo, Sachs (2002) divide a sustentabilidade em oito critérios: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política e política internacional.

Cada um destes critérios propostos (SACHS, 2002) será utilizado como uma variável para esse estudo. São estas as variáveis que serão utilizadas para compor a rede composta pelos objetivos de sustentabilidade e que indicará atores com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos.

O Quadro 7 demonstra que Sachs (2002) idealizou uma sociedade sustentável levando em conta fatores como o meio ambiente e a economia, mas que, para ele, a dimensão social seria primordial para o problema. “Países devem acima de tudo remediar a crise social, ao déficit agudo de oportunidades de trabalho decente (SACHS, 2010, p. 25). Essa visão o aproxima dos conceitos da justiça social e do humanismo crítico, mas mantém um papel de destaque para fatores caros aos adeptos da modernização ecológica.

Embora tal análise não apareça no trabalho de Hopwood, Mellor e O’Brien (2005), a história de vida de Sachs e o seus textos nos possibilitariam entendê-lo como um autor reformista, ainda que preocupado em implementar as bases de uma transformação mais profunda da sociedade. Essa pesquisa adotará as dimensões de Sachs (2002) para analisar os objetivos de sustentabilidade das OSFLs estudadas.

Quadro 7 – Critérios de Sustentabilidade

	Critério
Social	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; Distribuição de renda justa; Emprego pleno e/ ou autônomo com qualidade de vida decente; Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); Autoconfiança combinada com abertura para o mundo
Ecológica	Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; Limitar o uso dos recursos não-renováveis;
Ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
Territorial	Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); Melhoria do ambiente urbano; Superação das disparidades inter-regionais; Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade
Econômica	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; Segurança alimentar; Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; Inserção soberana na economia internacional.
Política	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; Segurança alimentar; Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; Inserção soberana na economia internacional.
Política (internacional)	Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; Prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SACHS (2002)

Como exposto anteriormente, não há nem deve haver uma dimensão única de sustentabilidade (ANDION, 2003; SEGHEZZO, 2009), já que essa é uma dinâmica construção social que acontece em contextos variados. Como, então, propor a adoção de um modelo único para avaliar as percepções das OSFLs?

A escolha de Sachs (2002) como base teórica para as analogias entre os objetivos das OSFLs e o que tais organizações entendem por sustentabilidade foi considerada com base em dois critérios: Sachs é um teórico amplamente reconhecido

pela academia e com práticas de sustentabilidade em diferentes contextos. Ele une, portanto, a teoria e a prática da sustentabilidade e transita com boa aderência entre reformistas e transformadores, por exemplo. Além disso, a proposta das dimensões de Sachs (2002) é uma das mais amplas encontradas na literatura, o que permite que as organizações tenham flexibilidade na hora de considerar suas respostas.

> A nave espacial Terra pode ser conduzida de muitas maneiras, com muitos instrumentos, e em todos os níveis da sociedade. Tanto ao nível das ideias e da política quanto das organizações, da vida comunitária, e da ação individual. Sachs valoriza essas ações de construção social desde que elas estejam voltadas para um futuro em que o trabalho seja decente e a dignidade humana, respeitada (BRESSER-PEREIRA, 2013)

Dentre as possíveis críticas a se fazer sobre a concepção de Sachs (2002), há uma série possibilidades. Ecocentristas ferrenhos como Naess (1973) ou o Culto ao Silvestre (ALIER, 2007) tendem a discordar de Sachs quando este prioriza a atenção à sustentabilidade social em detrimento da sustentabilidade ambiental ou ecológica.

A sustentabilidade fraca, por outro lado, ao pregar que o caminho para a sustentabilidade passa, necessariamente, por incremento econômico e tecnológico, também discordaria da hierarquia proposta por de Sachs (2002). É justamente desta linha de pensamento, exemplificada também pelo Evangelho da Ecoeficiência (ALIER, 2007) e pela Modernização Ecológica (MOL, 1997, 2000), que partem as maiores críticas à sustentabilidade descrita por Sachs (2002).

5 PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo deste capítulo consiste em indicar o caminho metodológico utilizado para aplicar as teorias levantadas durante o processo de fundamentação teórica e empírica ao contexto das organizações sem fins lucrativos de Londrina-PR.

Como explicitado, o trabalho parte do princípio de que a realidade é intersubjetiva e adotou como princípio a interação sujeito-objeto (SACCOL, 2009). A ideia de interação implica em, ao analisar um objeto ou fenômeno, considerar tanto suas características concretas quanto as percepções dos indivíduos em relação a este objeto. Nesse trabalho, a adoção da proposta da interação sujeito-objeto sugere o uso de estratégias complementares. Como explica Jick (1979), a triangulação de dados pode acontecer dentro de um mesmo método e pode ser responsável por capturar uma dimensão mais completa, holística e contextual. Assim, após a análise objetiva dos dados, o pesquisador se dedicou a descrever as impressões que surgiram durante o processo desse trabalho.

Essa é uma pesquisa quantitativa, na sua forma de abordagem. Mesmo quando se interessa pela subjetividade do objeto, tal subjetividade não depende da interpretação do pesquisador, mas sim da visão de mundo dos respondentes ao questionário de pesquisa.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006), no enfoque quantitativo, o pesquisador utiliza dados para comprovar hipóteses com base na medição numérica e na análise estatística, para estabelecer padrões de comportamento e comprovar teorias. Ainda assim, o autor adotou ferramentas que evidenciam dimensões um pouco mais subjetivas – este será o papel da sociometria no estudo, que permite quantificar e analisar dados relacionais (SCOTT, 2000). Da mesma maneira, a construção teórica que serviu de base para a pesquisa atravessou campos e autores supostamente contraditórios, mas que na realidade apresentam dimensões complementares de um mesmo fenômeno.

Sem esse mergulho teórico, essa dissertação estaria cientificamente mais distante do tema da pesquisa, afinal tratava-se de analisar, em conjunto, conceitos muito dinâmicos. Como foi demonstrado pelo estudo, tanto as redes sociais como forma de organização, quanto a sustentabilidade são objetos constituídos ativamente e que variam de contexto para contexto. Podem se alterar, inclusive, de acordo com o viés de mundo do observador.

Essa pesquisa se classifica como descritiva, exploratória e transversal. É descritiva porque trata-se de um estudo que pretende testar hipóteses e relações entre duas variáveis ou construtos. Na pesquisa descritiva, os planos de pesquisa “são estruturados e especificamente criados para medir características descritas em uma questão de pesquisa” (HAIR Jr. *et al*., 2005, p. 86).

É uma pesquisa exploratória porque representa uma indagação à área de redes e sustentabilidade desde uma nova perspectiva (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006). Mesmo a linha de *policy networks*, uma vertente que poderia ser utilizada para estudar o tema dessa dissertação, enfatiza uma abordagem mais próxima do institucionalismo, da governança ou das relações entre estado e sociedade (BORZEL, 1998) e, portanto, não se aplica à abordagem dessa pesquisa. E, finalmente, é considerada um estudo transversal por coletar dados em um único momento, como uma “fotografia de algo que acontece” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 208).

A delimitação da fronteira desse estudo se inicia pela região de Londrina-PR, por conta de características específicas da cidade. Londrina detém atualmente o 55ª maior PIB municipal do Brasil (IBGE, 2010) e conta com cerca de 10 mil famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família – cerca de 6% de sua população total (DATASUS, 2016). A cidade também é considerada uma das mais violentas do Paraná (WAISELFISZ, 2015), o que poderia ser encarado como um paradoxo em relação à riqueza produzida na cidade.

Londrina é também conhecida pela emergência constante de OSFLs e movimentos sociais, como o Movimento pela Paz e Não-Violência, a E-Lixo ou o movimento ambiental que acabou constituindo a ONG MAE. Gohn (2011) explica que os movimentos sociais, em parceria com outras organizações civis e políticas, têm poder para tematizar e defender propostas de mudança na esfera pública. Assim, as organizações sem fins lucrativos de Londrina podem fazer parte de um estudo acerca dos movimentos de mudança da cidade. Mais do que isso, o estudo das relações entre eles ajuda a compreender os fenômenos sociais que acontecem coletivamente na cidade e seus impactos nas esferas pública e privada. Para tanto, considera-se que a unidade de análise deste trabalho são as relações (ou laços) entre as OSFLs de Londrina-PR.

O Quadro 8, a seguir, exemplifica a síntese estratégica da pesquisa:

Quadro 8 – Síntese estratégica da Pesquisa

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Fund. Teórica	Variável / Constructo	Análise de dados
Analisar as características de relacionamento em rede social existentes entre as organizações sem fins lucrativos (OSFL) de Londrina-PR com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos.	Identificar as OSFLs de Londrina-PR presentes no cadastro da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP, 2013)	ALEP (2013)	-	-
	Descrever objetivos de sustentabilidade das OSFLs de Londrina-PR com base em Sachs (2002)	Sachs (2002)	Social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política e política internacional.	Distribuição de frequência
	Mapear as relações sociais entre OSFLs identificadas	Tichy, Tushman e Fombrun (1979)	Tipos de relação a) poder e/ou influência, b) informação, e c) recursos ou serviços	Sociometria Distribuição de frequência
		Granovetter (1973)	Laços fortes e laços fracos	Sociometria
		Borgatti (2006); Scott (2000); Watts e Strogatz (1998); Wasserman e Faust (1994).	Densidade da rede, centralidade *closeness*, centralidade *betweeness* e centralidade *eigenvector*.	Sociometria Análise estrutural de redes sociais
	Analisar as características dos atores e dos laços existentes entre as OSFLs e sua relação com os objetivos de sustentabilidade identificados	Scott, 2001; Wasserman e Faust, 1994.	Objetivos de sustentabilidade Ano de fundação Tipo de financiamento Tipo de administração Relações sociais mapeadas	Sociometria

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao descrever a metodologia da pesquisa, vale retornar à pergunta que orientou o estudo: **quais as características de relacionamento em rede social existentes entre as organizações sem fins lucrativos (OSFL) de Londrina-PR com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos?**

A cada questionário (Apêndice A) os participantes indicaram alguns dados de perfil da organização e apontaram, em uma escala de graduação, como seus objetivos se orientam a cada uma das dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2002): social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política e política internacional.

A escala de graduação continha as opções “nenhuma relação”, “pouca relação”, “média relação” e “muita relação”. Foram adotados quatro graus para que se evitassem as respostas centrais e se obtivessem decisões mais distintas (GIL, 2009), uma vez que o objetivo dessa área do questionário era separar os atores cujos objetivos de sustentabilidade tinham média ou muita relação com as definições apresentadas.

Ao possibilitar que os próprios participantes da pesquisa delimitem o que entendem por sustentabilidade, acrescenta-se uma dimensão um pouco mais subjetiva à pesquisa, ainda que em dados quantificáveis. Isso vai ao encontro dos preceitos indicados por Seghezzo (2009), quando este afirma que não há, nem deve haver, uma definição única de sustentabilidade.[9]

Nesta pesquisa, um laço entre dois atores foi considerado uma troca de poder/influência, informação, recursos ou serviços (TICHY; TUSHMAN; FOMBRUN, 1979). A dimensão dos laços de afeto proposta pelos mesmos autores foi desconsiderada, por não se aplicar ao contexto das relações interorganizacionais.

Laços se dão entre atores que, na maioria das análises, são pessoas ou indivíduos, mas que também podem ser as próprias organizações. Ainda que quem troque influência ou informações em uma organização sejam, por exemplo, seus empregados ou os ativistas de uma causa, suas ações se dão por indivíduos cujos movimentos estão inseridos na lógica organizacional. A

[9] Ao se colocarem dimensões pré-definidas, há um enviesamento das respostas. Essa é uma limitação do estudo decorrente da busca de objetivismo e também da dificuldade em definir constructos teóricos de sustentabilidade e suas dimensões para diferentes públicos.

organização interage com o ambiente e com os aspectos micro e macro da economia (SERVA; ANDION, 2006). Por isso, assim como fizeram Baker e Faulkner (1993) em sua importante análise sobre redes de conspiração, este trabalho considerou as interações entre atores de diferentes organizações como interações (laços) entre as próprias organizações. O nível da análise se deu entre organizações e não entre atores individuais.

Para esse estudo, foram consideradas todas as 206 entidades de utilidade pública na Assembleia Legislativa do Paraná com base em Londrina (ALEP, 2013). Esse cadastro conta com 3688 organizações no total (774 estão baseadas em Curitiba-PR) e engloba todas as organizações que entraram para o cadastro entre 1991 e 2013.

Como as possíveis fronteiras da rede não eram conhecidas, este trabalho adotou a proposta de levantamento por bola de neve, uma forma de amostragem não probabilística (HAIR Jr. *et al*., 2005). Para Wasserman e Faust (1994), a proposta do levantamento por bola de neve pode ser uma alternativa interessante para a descrição de possíveis redes. De acordo com os autores, o levantamento

> bola de neve de neve começa quando os atores em um conjunto de amostragem entrevistados citam os atores com os quais têm ligações de um tipo específico. Esses atores indicados constituem a “primeira ordem" da rede (WASSERMAN; FAUST, 1994, p.34, tradução do autor)

Devido às limitações de tempo inerentes a uma dissertação de mestrado, limitou-se o levantamento bola de neve aos atores da primeira ordem (os citados pelo grupo inicial de atores), partindo do grupo de 206 entidades de utilidade pública cadastradas na cidade de Londrina (ALEP, 2013). Em cada organização, essa pesquisa buscou contato com algum dos fundadores da mesma ou algum membro ativo, desde que indicado por um dos fundadores.

Realizou-se um pré-teste do questionário com 5 organizações, para que se detectassem possíveis falhas no instrumento de coleta de dados[10]. Das 206 entidades listadas na base de dados, sete OSFLs estavam com cadastro duplicado (ALEP, 2013) e muitas não foram encontradas após uma busca na

[10] Alguns pontos que poderiam ser melhorados no questionário são apresentados no Capítulo 6. Nenhuma dessas observações foi notada durante o pré-teste.

internet e também na lista telefônica. Do total, 52 entidades não apresentaram telefone ou email de contato após as buscas e cinco foram encontradas, mas a pessoa de contato informou ao pesquisador que aquela organização já não mais existia.

Após esse primeiro filtro, restaram as entidades que apresentaram alguma forma de contato disponível na internet ou em listas telefônicas (email, telefone ou endereço de contato). O pesquisador telefonou individualmente para cada uma das organizações, nos casos em que havia um telefone disponível e, em seguida, complementou o contato enviando o formulário de pesquisa por email. No total, foram enviados e-mails para 106 organizações e 26 delas responderam o questionário (Apêndice B).

A amostragem realizou-se por conveniência, portanto, no primeiro momento (o retorno dos questionários enviados) e pode ser considerada não probabilística na segunda etapa, quando foi realizada com base em um levantamento por bola de neve de primeira ordem. Parte da análise de dados ocorreu com base nos dados da primeira etapa da amostra, enquanto que a segunda etapa concentrou a maior parte dos levantamentos analisados, conforme será descrito adiante.

A primeira etapa da pesquisa se dedicou a encontrar relações nas categorias a) poder e/ou influência, b) informação, e c) recursos ou serviços (TICHY; TUSHMAN; FOMBRUN, 1979), configurando uma rede multiplex (um tipo de ator e vários tipos de relação).

Em seguida, usando procedimentos da sociometria, esta rede foi analisada com o auxílio do software UCINET® (BOGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002) para que se delimitassem os valores de densidade da rede, centralidade *closeness*, centralidade *betweeness* e centralidade *eigenvector* (SCOTT, 2001; WASSERMAN; FAUST, 1994). Esses são valores que possibilitam uma análise objetiva da estrutura das relações encontradas, identificando características dos atores e padrões de relacionamento.

No primeiro momento, portanto, uma rede de relações de trocas de informações, poder ou recursos foi detalhada. Em seguida, a estrutura dessa primeira rede foi comparada à estrutura de outras redes compostas por cada uma das dimensões de objetivos de sustentabilidade.

Analisou-se, então a comparação entre esses dois estágios (rede de trocas e redes considerando objetivos de sustentabilidade), para verificar se os objetivos de sustentabilidade estão relacionados à estrutura da rede social entre as OSFLs de Londrina-PR. De forma sucinta, pode-se dizer que foram avaliados e comparados os laços presentes nas redes e a densidade da rede como um todo.

No final, esse processo possibilitou levantar uma série de variáveis acerca de cada um dos atores estudados. São elas:

a. Idade (a partir do ano de fundação)
b. Tipo de Financiamento
c. Tipo de Administração
d. Quantidade de associados/participantes
e. Tipo de gestão
f. Índices para objetivos de sustentabilidade (8 dimensões)
g. *Degree* (considera-se o total de laços, uma vez que a rede é não-direcional)
h. Quantidade de Laços fracos
i. Quantidade de Laços fortes
j. Índice de Centralidade *Closeness*
k. Índice de Centralidade *Betweeness*
l. Índice de Centralidade *Eigenvector*
m. Coeficiente de agrupamento

Como cada uma das organizações participantes pôde indicar até 15 entidades diferentes com quem se relacionava, o resultado final foi uma rede com 100 organizações (Apêndice B). Esta é a rede que foi utilizada para a análise dos dados que virá a seguir. O questionário pedia que os entrevistados indicassem relações com outras OSFLs, mas as respostas relacionadas a entidades do 1º e 2º setores também foram consideradas.

Ao final do processo de análise, após a apresentação dos resultados mais objetivos dessa pesquisa no Capítulo 6, se inicia uma seção denominada “Interação pesquisador e objeto de pesquisa”. Se considerarmos que não existe uma realidade objetiva esperando por ser descoberta e que verdades e

significados passam a existir a partir do nosso engajamento com o mundo (SACCOL, 2009), então são relevantes para os resultados dessa dissertação as impressões que decorrem da interação entre o autor e seu objeto de estudo. A proposta dessa seção é trazer relatos e observações sobre as OSFLs e sobre o processo de pesquisa que possam ajudar na compreensão da realidade analisada.

No momento do questionário, todos os participantes foram informados de que seus nomes seriam utilizados durante a pesquisa e também sobre a finalidade do estudo. Desse modo, obteve-se a autorização deles para publicação e o autor optou por não ocultar os nomes dos participantes na análise dos dados.

5.1 LIMITAÇÕES

A primeira limitação deste estudo decorre do fato de essa ser uma pesquisa quantitativa dentro de uma abordagem de interação sujeito-objeto (SACCOL, 2009). Mesmo reconhecendo-se essa limitação, optou-se por aprofundar o estudo na dimensão quantitativa. A maioria dos problemas analíticos das ciências sociais não pode ser explicada por uma causa única e a utilização de propostas de visualização, como a sociometria, devem ser capazes de mostrar conjuntamente essas distintas causas (BRANDES; KENIS, 2005).

A segunda limitação é inerente a todos os estudos de redes que propõem análises transversais. Como exposto no trabalho, a estrutura é muito relevante para a pesquisa de redes sociais. Essa estrutura é dinâmica e varia de acordo com o tempo e, portanto, os estudos longitudinais são mais indicados para conceituar redes de relações sociais que emergem, se reorganizam e se desfazem com o tempo. Estudos longitudinais de redes “capturam a extensão com que atores (...) compartilham relacionamentos, e oferecem descobertas consideráveis sobre quais os participantes centrais em um campo (SMITH-DOERR; POWELL, 2005).

Outra limitação também pode ser apontada com base na amostragem e coleta de dados. Com uma população de pouco mais de 2 mil OSFLs em

Londrina-PR, talvez fosse possível buscar um censo ao invés de uma amostragem por bola de neve, o que traria um mapeamento de toda a rede. Estudos futuros poderão complementar a proposta dessa pesquisa ou mesmo estendê-la com base na mesma metodologia desenvolvida.

Também com relação à coleta de dados, Lin (1999) aponta que a amostragem por indicação de nomes (ou geração de nomes) tende a concentrar o desenho da rede nas relações mais fortes. E Granovetter foi muito claro ao explicar o impacto que os laços fracos podem ter na configuração de rede e nas transações entre os seus atores (GRANOVETTER, 1973), de forma que essa também é uma limitação dessa pesquisa.

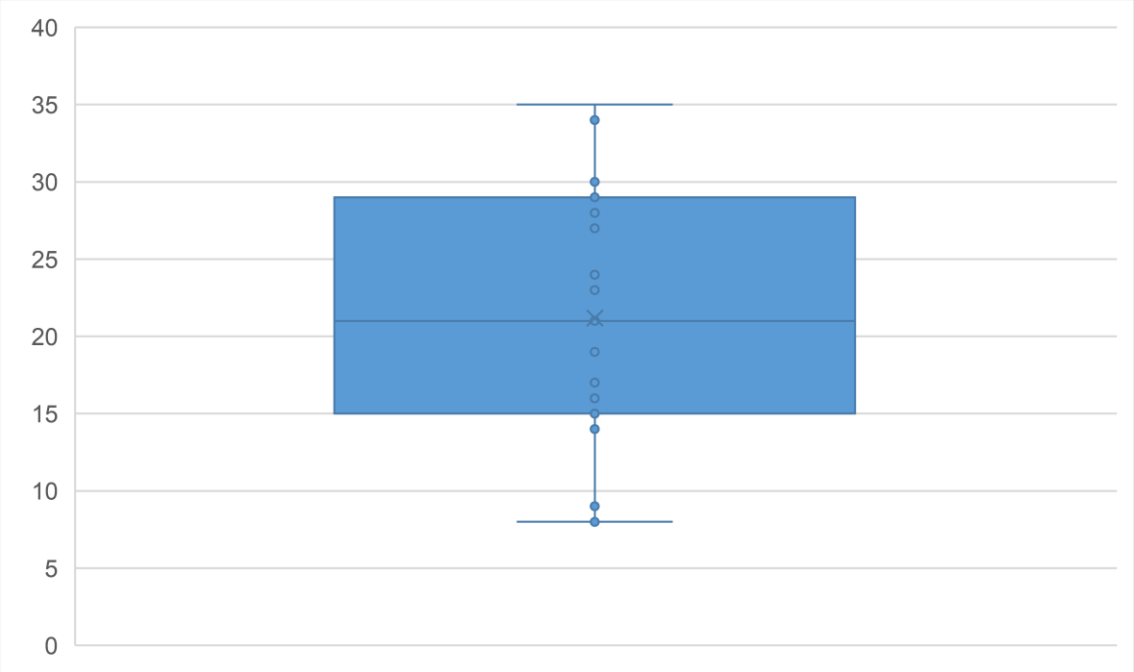
6 RESULTADOS E ANÁLISE

Descrevem-se aqui os principais resultados encontrados durante a pesquisa, à luz do que se propôs no capítulo anterior. Tal relato acontecerá na ordem dos objetivos específicos da pesquisa.

6.1 CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS PESQUISADAS

A média de idade encontrada nas OSFLs pesquisadas foi de 26 anos de atuação. Apresentaram-se OSFLs com 8 anos de idade mínima e 76 anos de idade máxima (mediana de 23 anos).

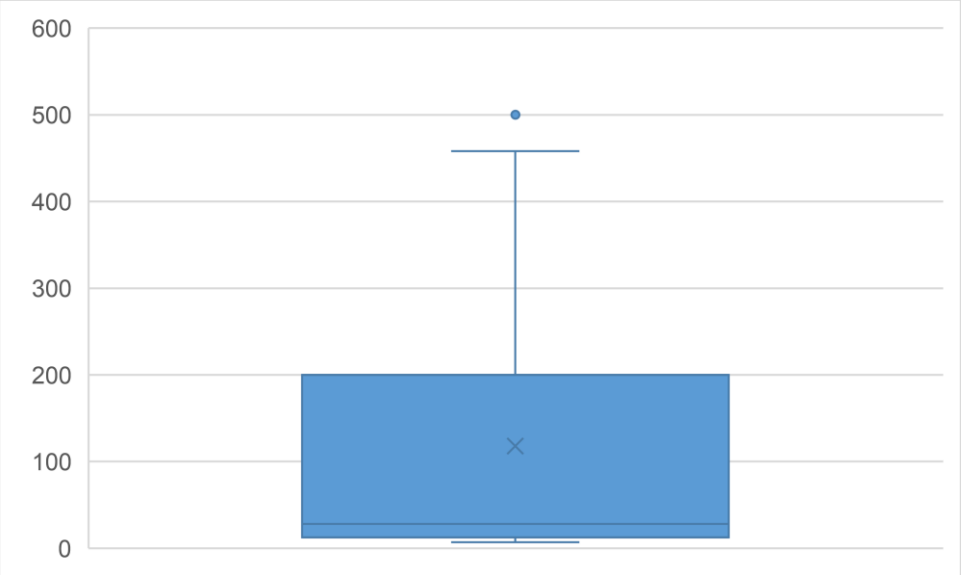
Figura 2 – Idade das organizações



* Foram retirados três outliers para realizar essa distribuição.

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 3 – Número de participantes



* Foram retirados três outliers para realizar essa distribuição.

Fonte: Elaborado pelo autor

As informações da Figura 2 indicam que há uma tendência de atuação por longos períodos por parte dessas organizações, mas há que se levar em conta dois fatores antes de se chegar a algum tipo de apontamento. O primeiro fator é o de que as organizações pesquisadas constavam todas no cadastro da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP, 2013), um cadastro que não é facilmente conseguido por organizações cuja atuação não tenha sido reconhecida publicamente. É de se esperar, portanto, que as organizações do cadastro apresentem uma média de idade superior à média universo possível de OSFLs em Londrina.

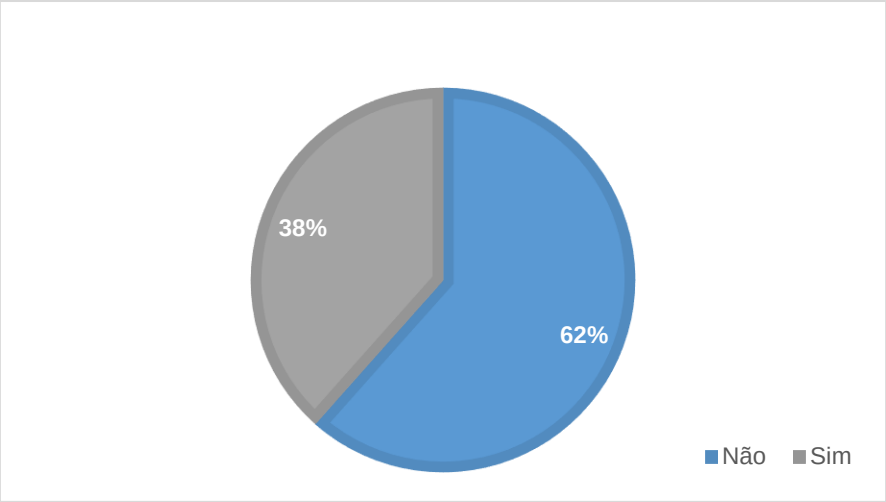
O segundo fator é que boa parte das organizações que constavam no cadastro (um cadastro que já tem quatro anos de idade) deixou de existir ou não foi encontrada. Isso também deve ser levado em consideração antes de concluir que as OSFLs de Londrina tendem a ter uma idade próxima à média encontrada de 26 anos. Já com relação ao número de participantes, a maior parte das organizações tem entre 7 e 200 associados, conforme distribuição da Figura 3.

Com relação à ajuda financeira recebida por parte do governo ou de entidades privadas, aproximadamente 27% indicaram não receber nenhum tipo de ajuda, e são mantidas única e exclusivamente com seus próprios fundos ou por fundos de seus beneficiários. Pouco mais de um terço das organizações

(38,5%) afirmou receber ajuda de organizações privadas e 61,5% disse receber ajuda financeira do governo. Além disso, 7 organizações trabalham com fundos recebidos tanto do governo quanto de organizações privadas.

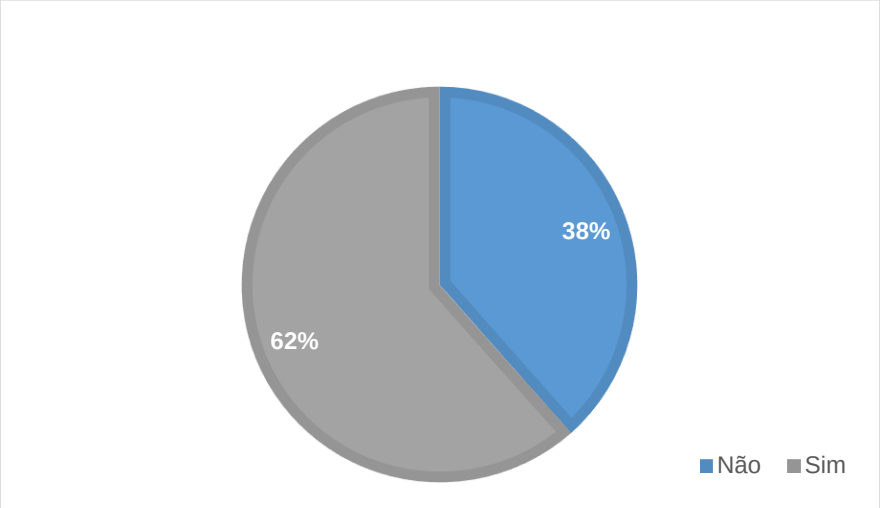
Entende-se, portanto, que o governo é um importante ator financeiro desse tipo de organização, dentre as OSFLs pesquisadas, mas encontram-se, também outras formas de financiamento.

Figura 4 – Organizações que recebem ajuda financeira de organização privada



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 5 – Organizações que recebem ajuda financeira do governo

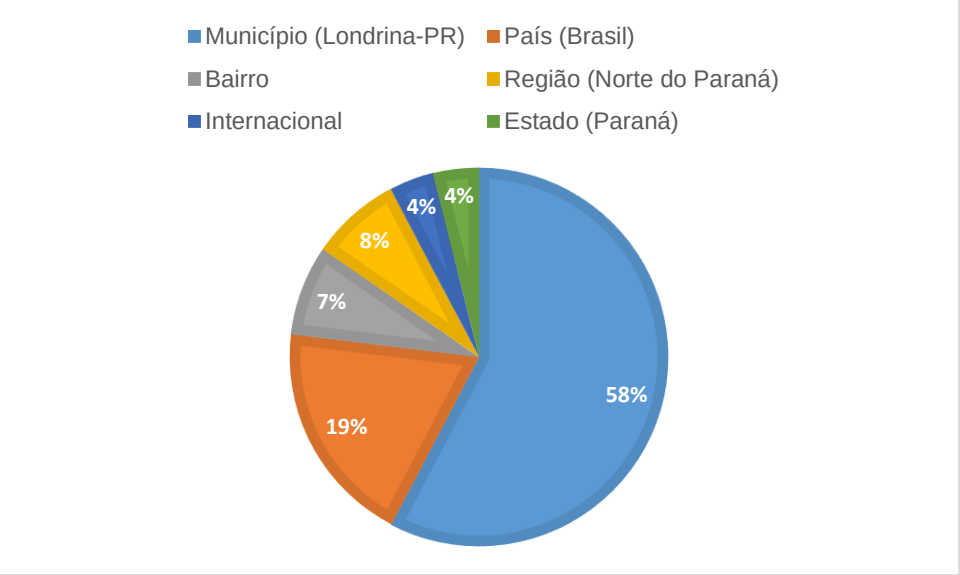


Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto à forma de administração, 57,7% dos pesquisados indicou ter contratado alguém para administrar a organização (controle empreendedor) e 42,3% afirmam que a gestão é feita pelos próprios beneficiários, o que é conhecido como controle mutual (BEN-NER; GUI, 2003).

Aproximadamente 58% das entidades pesquisadas têm atuação no âmbito da cidade de Londrina-PR e 7,7% delas tem atuação restrita a um determinado bairro da cidade. O restante, que em conjunto soma mais de 34% do total de organizações pesquisadas, extrapola os limites da cidade e se divide em atuação nacional (19,2%), norte do Paraná (7,7%), estadual (3,8%) e internacional (3,8%).

Figura 6 – Área de atuação



Fonte: Elaborado pelo autor

Uma segunda parte do questionário foi dedicada a compreender a noção de sustentabilidade que cada organização tem, negando assim uma proposta única de sustentabilidade (SEGHEZZO, 2009), e a entender como seus objetivos de sustentabilidade se alinham (ou não) aos seus objetivos enquanto organização. A tabela a seguir indica a percepção que cada organização afirmou ter da orientação de seus objetivos enquanto organização com relação às dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2002).

Quadro 9 – Objetivos de Sustentabilidade das OSFLs pesquisadas

	Social	Cultural	Ecológica	Ambiental	Territorial	Econômica	Política
Nenhuma relação	2	3	4	3	5	5	11
Pouca relação	0	2	6	7	3	5	1
Média relação	5	10	7	7	9	5	4
Muita relação	18	10	7	7	5	8	6
Não sei dizer	1	1	2	2	4	3	4

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando as respostas das OSFLs tem-se que os objetivos de sustentabilidade social, em um primeiro plano, da sustentabilidade cultural (em segundo lugar), seguidos da sustentabilidade ecológica, ambiental e econômica (em terceiro plano) são os que mais se relacionam com os objetivos propostos para si por cada uma das organizações.

É interessante verificar que as dimensões relacionadas à política e à política internacional são as que menos têm relação com os objetivos das organizações, segundo elas mesmas. E o fato de que 23 das 26 organizações expressou muita ou média relação com os objetivos de sustentabilidade social está alinhado com a proposta de sustentabilidade de Sachs (2002), para quem a sustentabilidade social é o primeiro caminho para se chegar à sustentabilidade como um todo.

6.2 RELAÇÕES ENTRE AS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS PESQUISADAS E CARACTERÍSTICAS DA REDE

Cada uma das OSFLs listou suas relações de acordo com três opções: a) poder e/ou influência, b) informação, e c) recursos ou serviços (TICHY; TUSHMAN; FOMBRUN, 1979). Nesse momento, não foram levadas em conta quaisquer comparações de objetivos ou de objetivos de sustentabilidade. Do total de relações listadas, observou-se que 58,1% eram do tipo troca de informação (68 menções), 21,4% eram relações de poder ou influência (25 menções) e 20,5% (24 menções) tinham como característica a troca de recursos e/ou serviços.

A análise de laços fortes e fracos foi desconsiderada pois a incidência de laços fortes, aparentemente, foi influenciada pela dificuldade de preenchimento do questionário. Pouquíssimos laços fortes apareceram, talvez porque o critério para sua indicação pressupusesse o preenchimento de um novo campo da pesquisa, de forma repetida.

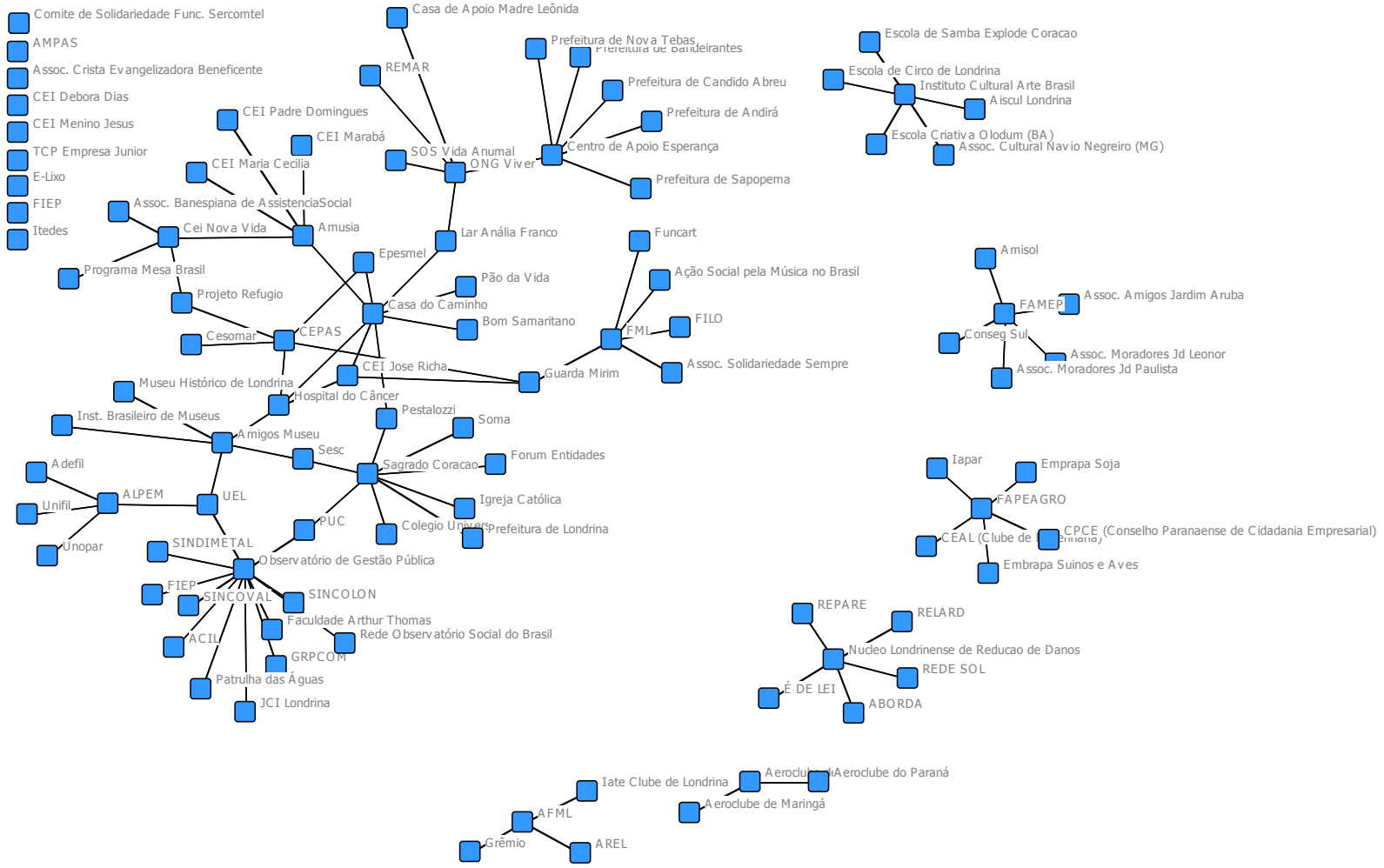
As características da rede, considerando relações não-direcionais, desconsiderando a força dos laços e com dados normalizados[11] apresentou os seguintes resultados:

Densidade e distâncias geodésicas

Essa medida descreve a coesão da rede, ao analisar a quantidade de ligações existentes comparadas ao total de ligações possíveis. Os cálculos (Apêndices C, D, E e F) revelaram uma densidade de 0,018 e um coeficiente de agrupamento de 0,020, uma indicação de uma rede não muito coesa. É o que se enxerga, também, na imagem a seguir, que retrata a rede com todas as organizações pesquisadas e citadas.

[11] Para as medidas de *closeness*, distâncias indefinidas foram consideras como distância máxima + 1.

Figura 7 – Rede de organizações pesquisadas



Fonte: Elaborado pelo autor

Essa falta de coesão também é evidenciada pela proporção das distâncias geodésicas mais curtas, ou seja, pela proximidade dos atores pesquisados e de suas indicações. Nota-se, no quadro a seguir, que a maioria das relações acontece a uma distância de 10 ou mais laços.

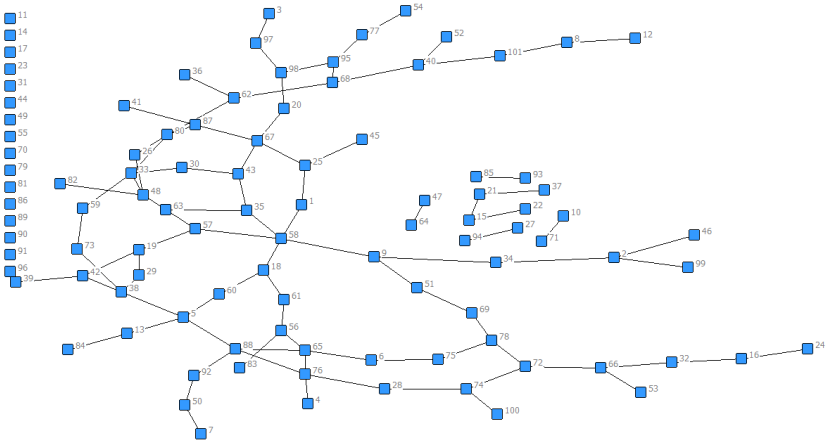
Quadro 10 – Distâncias geodésicas na rede completa

Dist. Geodésica	Proporção
1	1,8%
2	5,1%
3	3,9%
4	7,1%
5	4,9%
6	6,3%
7	4,2%
8	3,2%
9	1,3%
10+	62,4%

Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria das redes aleatórias (ERDÖS; RÉNYI, 1959) geradas com base na densidade encontrada na rede de organizações pesquisadas tem características semelhantes às encontradas na rede dessa pesquisa. Uma rede aleatória com essa densidade tende a apresentar algo em torno de 15% a 20% de nós isolados, um grande clique que reúne a maior parte das conexões e alguns pequenos cliques desconectados entre si. Essa semelhança pode ser considerada um indicativo de que as características da rede de OSFLs pesquisadas podem ser extrapoladas a outras redes com densidade parecida e com um número igual de participantes.

Figura 8 – Exemplo de rede aleatória com densidade 0,018



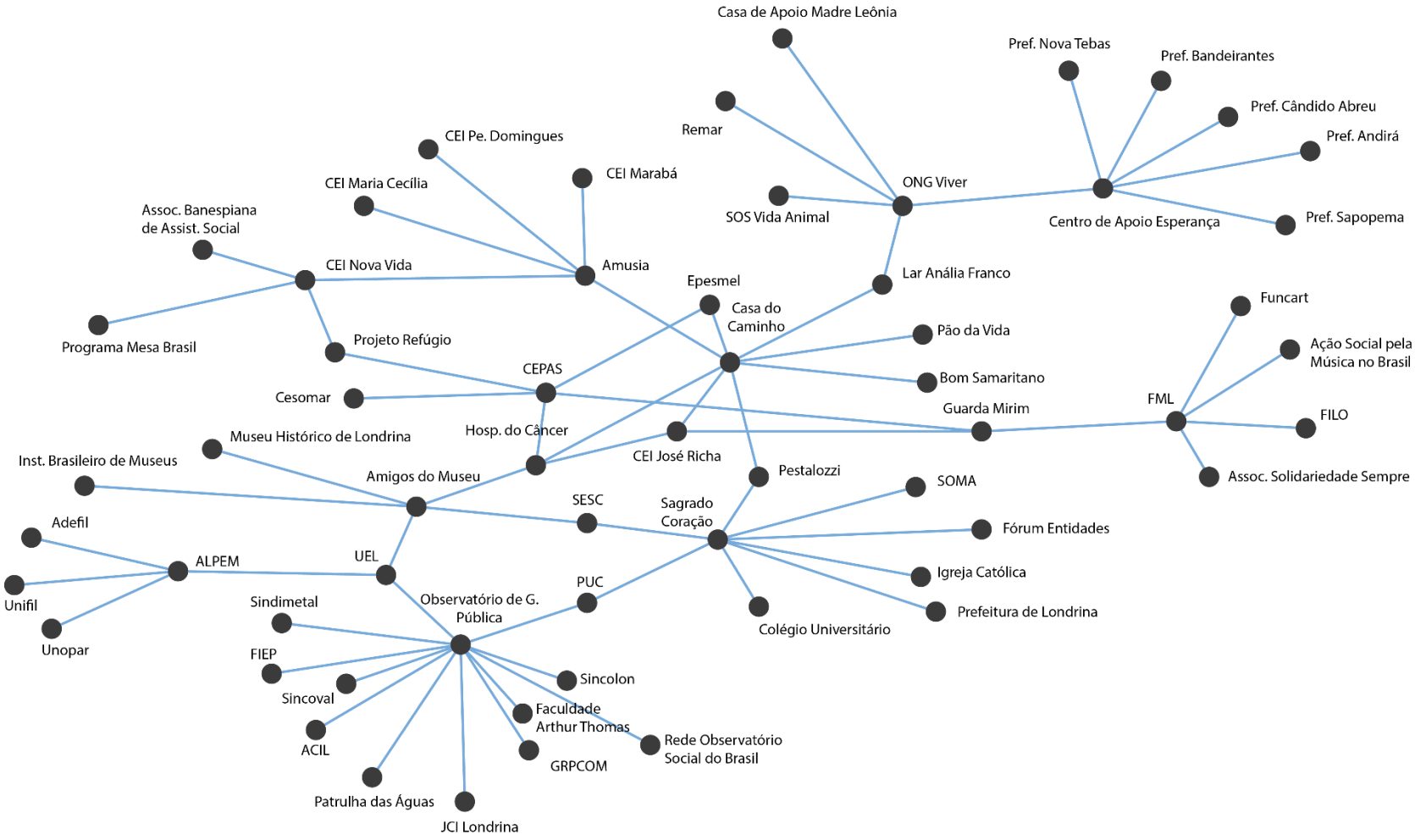
Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, vale destacar que foram encontradas 261 díades no grafo analisado e apenas uma tríade completa, representada pela união entre a Casa do Caminho, o Hospital do Câncer e o CEI (Centro de Educação Infantil) José Richa. Como veremos mais adiante, essas três organizações, muito em função da existência dessa tríade, apresentarão índices que indicam alta centralidade em diferentes fatores.

Clique principal

Desse momento em diante, a análise se debruçará sobre as particularidades do clique principal, ou seja, do maior grupo de nós ou atores conectados entre si. O clique principal reúne 61 das 100 entidades pesquisadas e é amplamente maior que o segundo maior clique, que apresenta 6 entidades. Dessa forma, o pesquisador pode atrair o foco para as principais relações que efetivamente acontecem dentro da rede.

Figura 9 – Clique principal



Fonte: Elaborado pelo autor

Centralidade *Closeness*

A centralidade *closeness* é uma medida que considera a distância geodésica entre um ator e todos os outros pontos da rede. Ela é encontrada ao se somarem todas as distâncias desse ponto em relação a todos os outros pontos da rede. Portanto, quanto menor o índice de centralidade *closeness*, mais próximo esse ponto está dos outros pontos da rede.

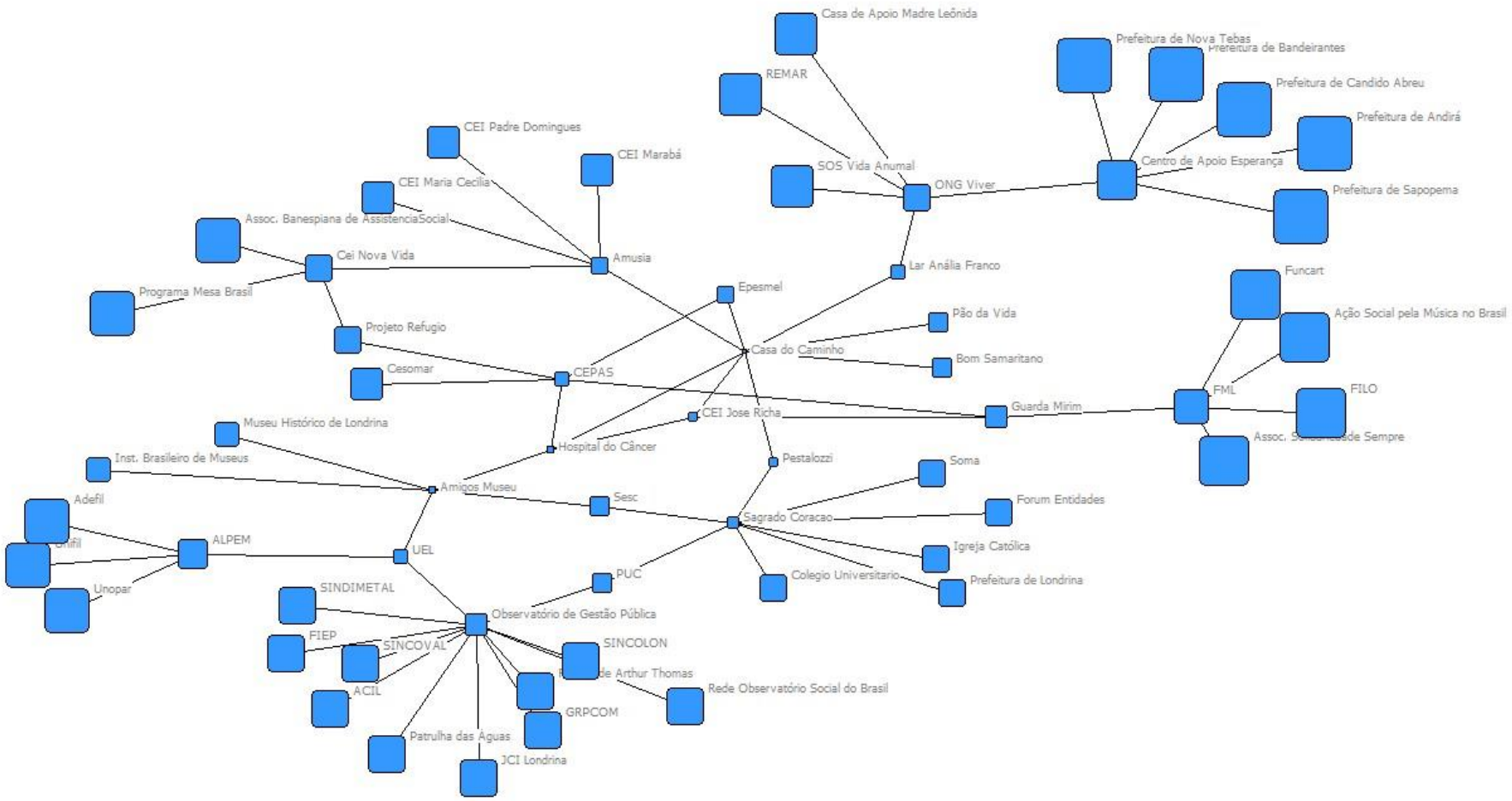
Nesse ponto, destacaram-se:

a. Casa do Caminho (592)
b. Hospital do Câncer (598)
c. Amigos do Museu (605)
d. Pestalozzi (613)
e. UEL (613)
f. CEI José Richa (615)
g. Associação da Comunidade dos Sagrados Corações para CEI Boa Esperança (620)

As organizações acima, dentre as respondentes e as citadas, são as que se encontram mais bem posicionadas com relação à distância que tem de todos os outros pontos da rede.

Aqui, por exemplo, nota-se a importância da tríade representada pela união entre a Casa do Caminho, o Hospital do Câncer e o CEI José Richa. A figura a seguir ajuda a identificar a posição das organizações com menores índices de centralidade *closeness* na rede.

Figura 10 – *Closeness* no clique principal



Fonte: Elaborado pelo autor

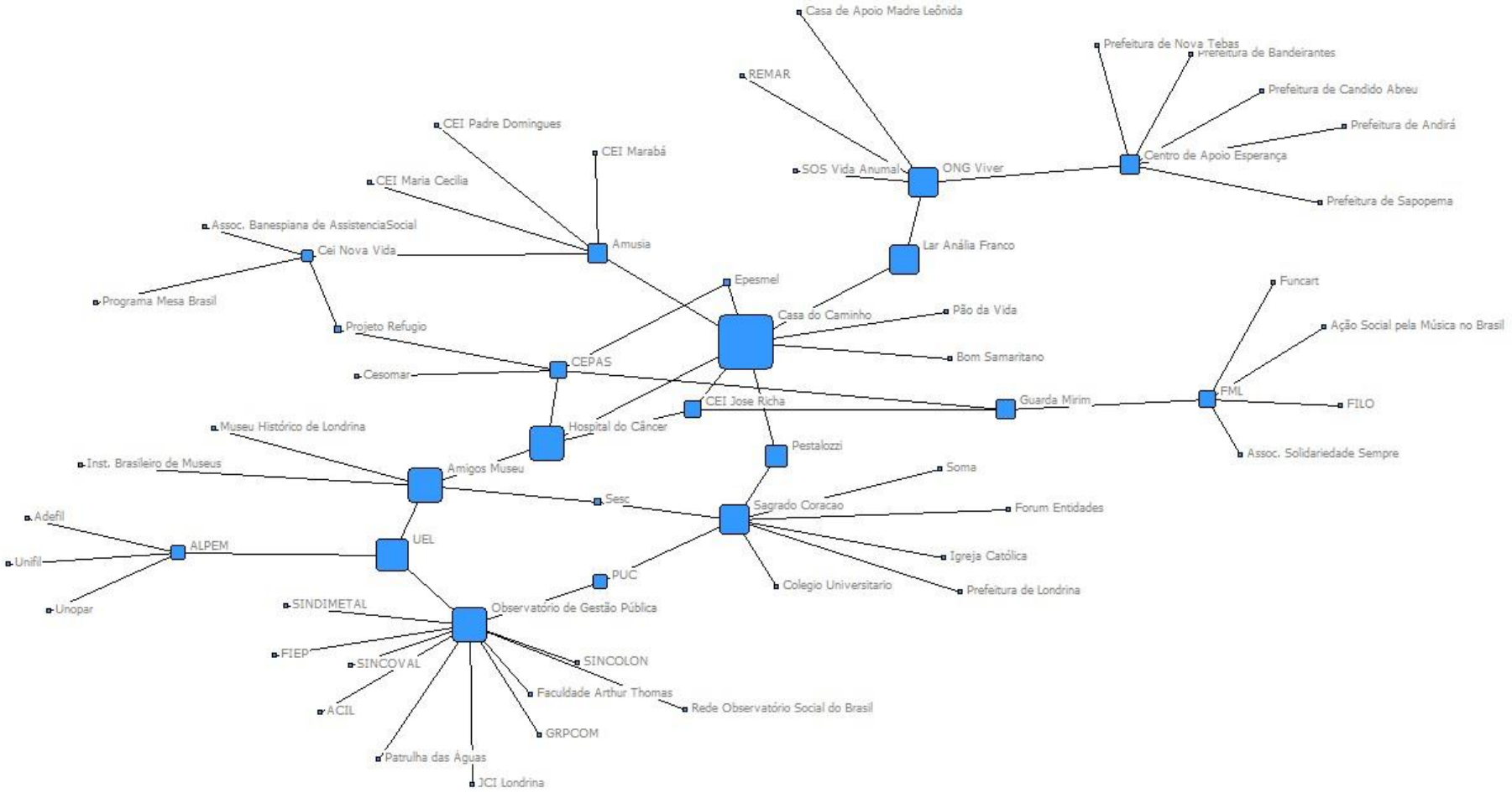
Centralidade *Betweeness*

A centralidade *betweeness* mede a extensão da localização de um ponto particular entre diversos outros pontos. Ela expressa, de forma geral, a capacidade que um ponto da rede tem de conectar os outros pontos (e outras áreas da rede) e é influenciada pela capacidade de um ponto em “encurtar” as distâncias entre duas conexões.

Claramente, a organização Casa do Caminho (955,4) atua como um ponto central nesse quesito, apresentando alta capacidade de colocar dois outros pontos da rede em contato. Outros destaques são:

- Amigos do Museu (593,4)
- Observatório de Gestão Pública (569,2)
- Hospital do Câncer (556,4)
- UEL (514,3)
- Lar Anália Franco (500,0)

Figura 11 – *Betweeness* no clique principal



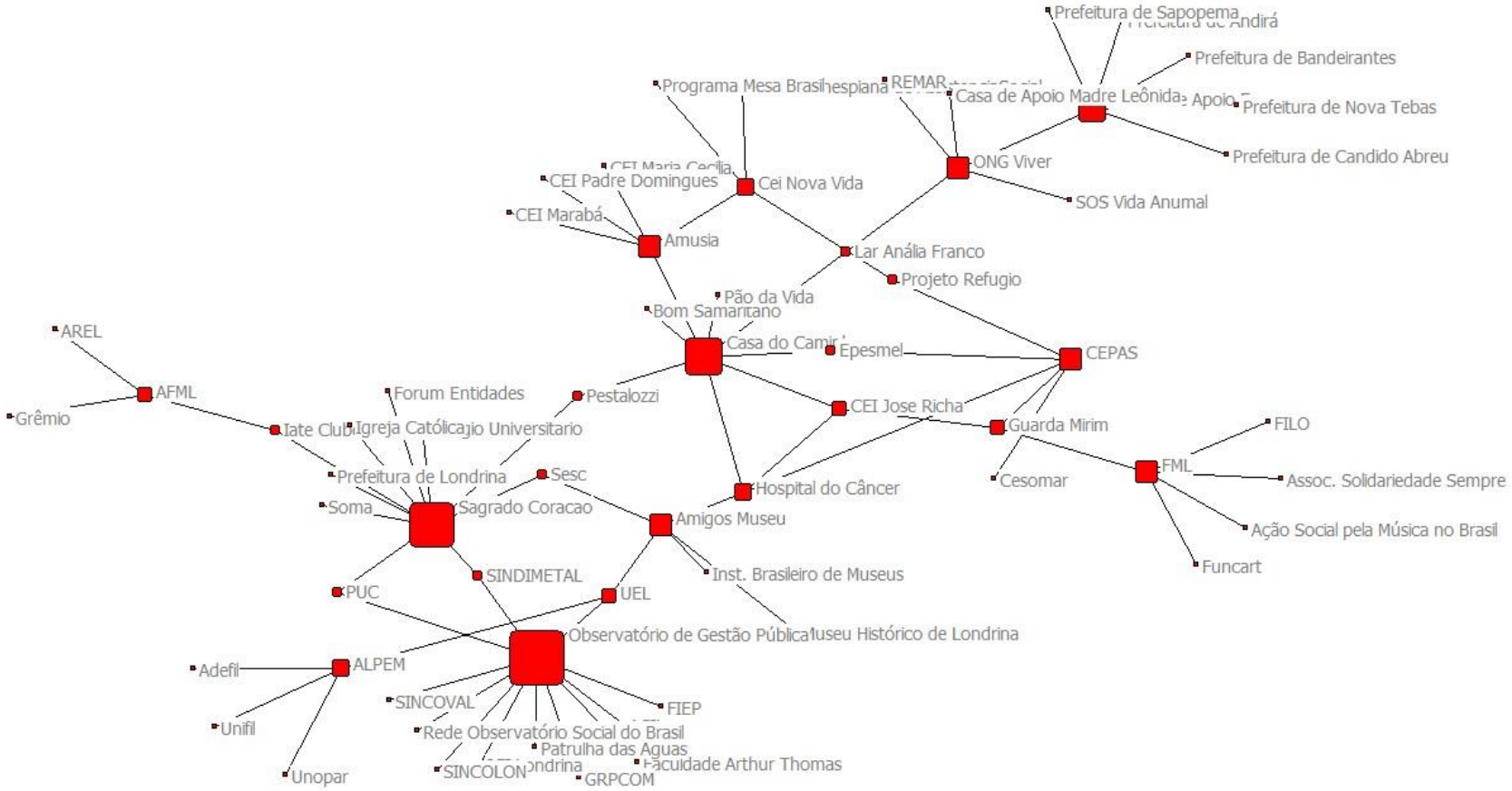
Fonte: Elaborado pelo autor

Degree

O índice de *degree* considera a quantidade de relações presentes em um nó. No caso da rede analisada, essas relações são não direcionais, uma vez que não importou para esse estudo a direção das relações, mas sim a presença ou ausência delas. Portanto, a medida *degree* lista tanto as relações que foram indicadas pela OSFL quanto as relações de indicação dessa OSFL por outra organização.

Nesse ponto, destacaram-se o Observatório de Gestão Pública (12 conexões), a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações para CEI Boa Esperança (8 conexões) e a Casa do Caminho (8 conexões), conforme ilustrado na Figura 12.

Figura 12 – *Degrees* no clique principal



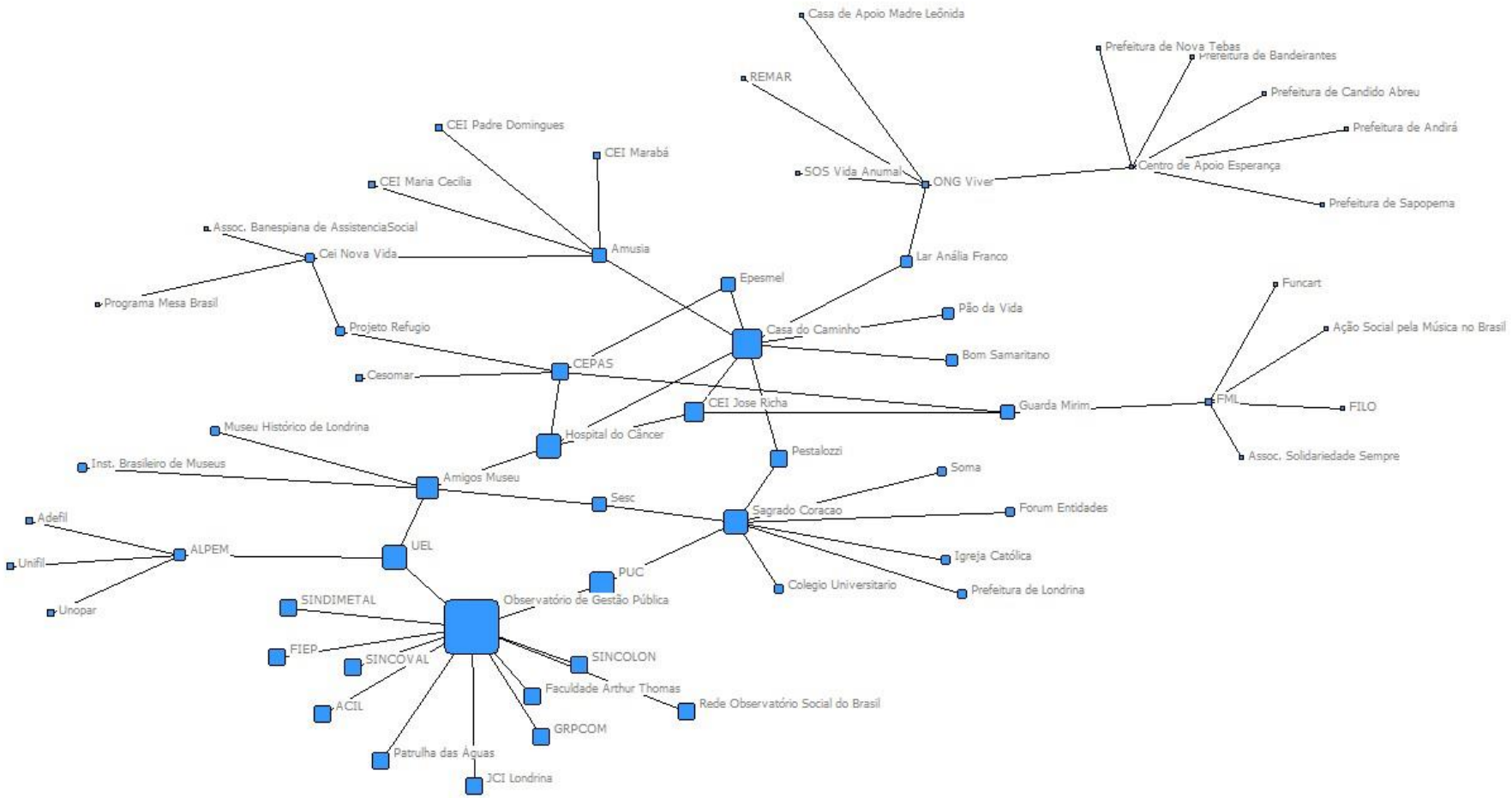
Fonte: Elaborado pelo autor

Centralidade *Eigenvector*

A centralidade *eigenvector* considera a soma das conexões dos nós vizinhos de um ator, juntamente com avaliação do peso da centralidade destes outros pontos. Ou seja, ela considera também a centralidade dos pontos vizinhos para criar o índice de centralidade do ator a ser avaliado. Quanto mais influentes os pontos adjacentes, maior o índice de centralidade *eigenvector* de um determinado ator (SCOTT, 2000).

Aqui, novamente o destaque é o Observatório de Gestão Pública, com um índice de 0,539. A Casa do Caminho (0,283), a UEL (0,223), o Hospital do Câncer (0,218), a PUC (0,208) e a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações para CEI Boa Esperança (0,206) também aparecem entre as organizações com maior índice de centralidade eigenvector. É interessante verificar que, nessa medida, duas universidades e um hospital apareceram com destaque. Isso demonstra a influência que outros tipos de organizações podem ter em redes como a analisada nessa pesquisa.

Figura 13 – *Eigenvector* no clique principal



Fonte: Elaborado pelo autor

6.3 OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE

Nessa seção, analisa-se a presença de laços entre organizações com objetivos de sustentabilidade em comum para, a partir disso, identificar características de relacionamento em rede social existentes entre as OSFLs com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos.

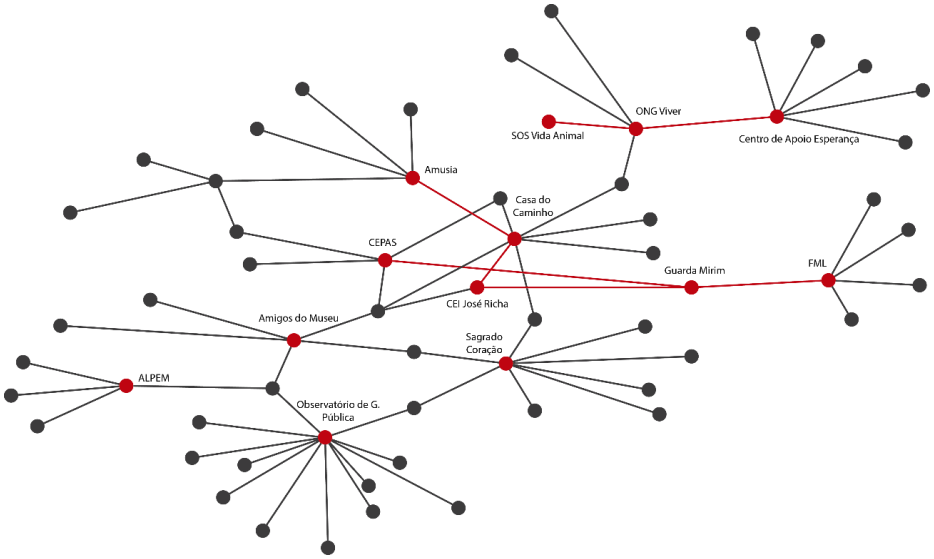
Dividiram-se os pesquisados de acordo com as suas respostas acerca de seus objetivos de sustentabilidade, com base nas dimensões determinadas por Ignacy Sachs (SACHS, 2002). Em cada uma das dimensões, o autor considerou as respostas que indicavam média relação ou muita relação na resposta à pergunta “Você diria que o seu objetivo tem relação com as propostas de sustentabilidade abaixo?”.

Sustentabilidade Social

Apenas três das organizações que participaram da pesquisa não indicaram que seus objetivos tinham média ou muita relação com os objetivos de sustentabilidade social. Dentre elas, a OSFL que apresentou a menor distância geodésica média foi a Casa do Caminho, com um índice de 2,23.

Nas próximas figuras que integrarão essa seção, os atores destacados em vermelho indicarão as organizações que responderam que suas atividades estão relacionadas com a dimensão em questão.

Figura 14 – Objetivos relacionados à sustentabilidade social no clique principal



Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 11 – Indicadores da dimensão social

Organização	Social	Distância G. Média
Centro de Apoio Esperança	3	4,38
Alpem	2	4,31
SOS Vida Animal	3	4,15
Observatório de Gestão Pública de Londrina	3	4,00
Sagrado Coração	3	3,31
ONG Viver	3	3,31
Amusia	3	3,08
Guarda Mirim	3	3,08
FML	3	3,00
CEPAS	3	2,92
Amigos do Museu	2	2,77
CEI Governador José Richa	3	2,38
Casa do Caminho	3	2,23
Aeroclube de Londrina	2	Ausente do clique
Comitê de S. dos Funcionários da Sercomtel	3	Ausente do clique
CEI Debora Dias	2	Ausente do clique
CEI Menino Jesus	2	Ausente do clique
Assoc. Mães e Pais do Conj. Aquiles Stenguel	3	Ausente do clique
Associação Cristã Evangelizadora Beneficente	3	Ausente do clique
E-Lixo	3	Ausente do clique
FAPEAGRO	3	Ausente do clique
Instituto Cultural Arte Brasil	3	Ausente do clique
ITEDES	3	Ausente do clique

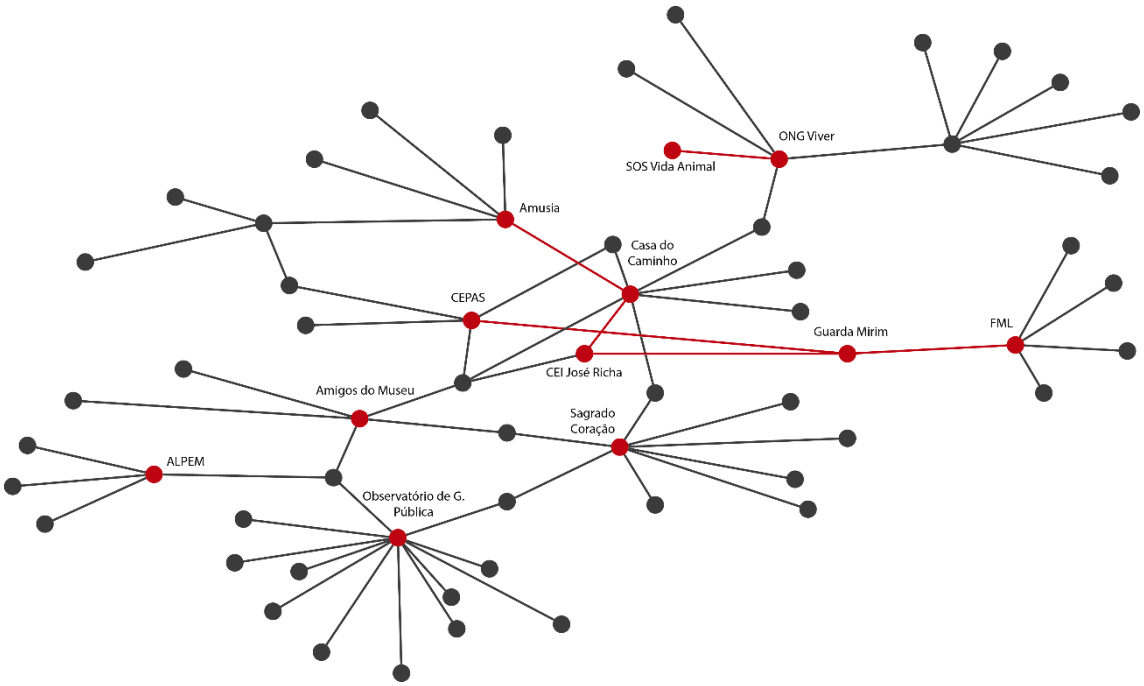
Fonte: Elaborado pelo autor

A distância geodésica média encontrada entre as organizações com objetivos relacionados à sustentabilidade social foi de 3,21. Esse valor é 34,5% menor do que a distância geodésica média entre os atores do clique (4,90) e 59,9% menor que a distância encontrada entre as organizações da rede completa (8,00). Das 78 relações diretas possíveis entre as organizações com características de objetivos de sustentabilidade social, apenas 7 estavam presentes (9,0%).

Sustentabilidade Cultural

A dimensão da sustentabilidade cultural esteve presente nos objetivos de 21 das organizações que responderam à pesquisa. As OSFLs que apresentaram as menores distâncias geodésicas médias nessa dimensão foram a Casa do Caminho e a CEI Gov. José Richa, com um índice de 2,33 cada.

Figura 15 – Objetivos relacionados à sustentabilidade cultural no clique principal



Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 12 – Indicadores da dimensão cultural

Organização	Cultural	Distância G. Média
SOS Vida Animal	3	4,42
Alpem	2	4,25
Observatório de Gestão Pública de Londrina	3	3,83
FML	3	3,67
Guarda Mirim	3	3,58
ONG Viver	3	3,58
AMUSIA	3	3,17
Sagrado Coração	3	3,17
Amigos do Museu	2	2,75
CEPAS	3	2,75
Casa do Caminho	3	2,33
CEI Governador José Richa	3	2,33
Instituto Cultural Arte Brasil	3	Ausente do clique
Comitê de S. dos Funcionários da Sercomtel	3	Ausente do clique
FAPEAGRO	3	Ausente do clique
Aeroclube de Londrina	2	Ausente do clique
CEI Menino Jesus	2	Ausente do clique
CEI Debora Dias	2	Ausente do clique
Assoc. Mães e Pais do Conj. Aquiles Stenguel	3	Ausente do clique
Associação Cristã Evangelizadora Beneficente	3	Ausente do clique
AFML	2	Ausente do clique

Fonte: Elaborado pelo autor

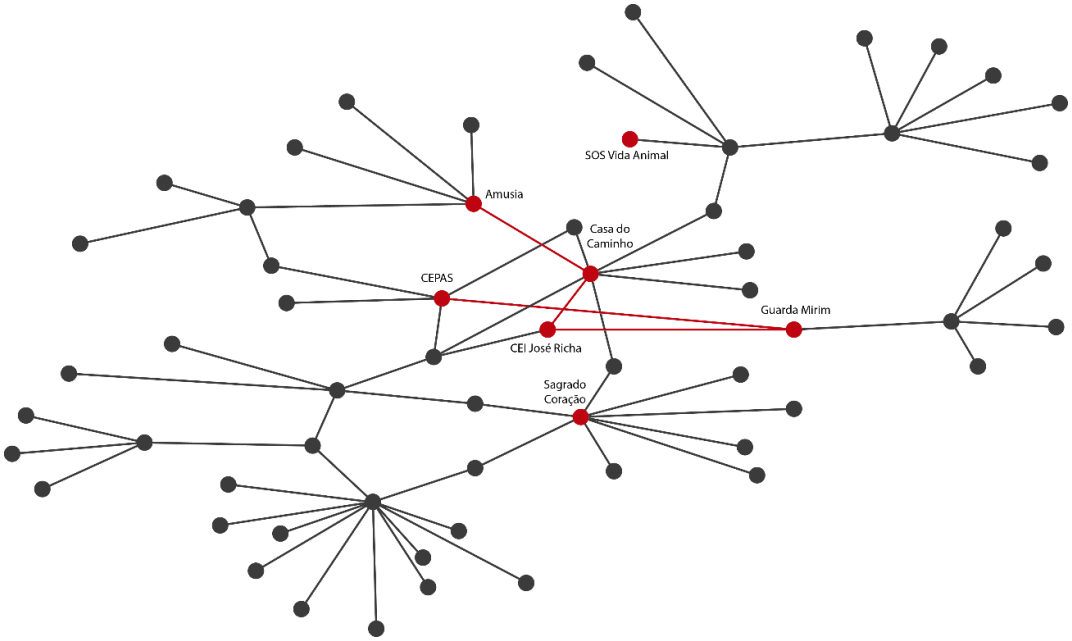
A distância geodésica média encontrada entre as organizações com objetivos relacionados à sustentabilidade cultural foi de 3,32. Esse valor é 32,3% menor do que a distância geodésica média entre os atores do clique (4,90) e 59,9% menor que a distância encontrada entre as organizações da rede completa. Das 66 relações diretas possíveis entre as organizações com características de objetivos de sustentabilidade cultural, apenas 6 estavam presentes (9,1%).

Sustentabilidade Ecológica

Dentre os respondentes, 14 OSFLs apresentaram relação entre os seus objetivos e a dimensão ecológica da sustentabilidade. Novamente, a organização mais central no quesito distâncias geodésicas médias foi a Casa do Caminho (índice de 1,57). Esse é um dado importante: a Casa do Caminho se encontra, no máximo, a uma distância de duas conexões entre todos os atores

que identificaram se seus objetivos estão relacionados à sustentabilidade ecológica. A Casa do Caminho, portanto, tem influência determinante entre as organizações com tais características.

Figura 16 – Objetivos relacionados à sustentabilidade ecológica no clique principal



Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 13 – Indicadores da dimensão ecológica

Organização	Ecológica	Distância G. Média
SOS Vida Animal	2	3,86
Sagrado Coração	2	3,00
Guarda Mirim	2	2,43
CEPAS	3	2,43
AMUSIA	3	2,29
CEI Governador José Richa	2	1,86
Casa do Caminho	3	1,57
CEI Debora Dias	2	Ausente do clique
CEI Menino Jesus	3	Ausente do clique
FAPEAGRO	3	Ausente do clique
Associação Cristã Evangelizadora Beneficente	3	Ausente do clique
ITEDES	3	Ausente do clique
E-Lixo	3	Ausente do clique
Instituto Cultural Arte Brasil	3	Ausente do clique

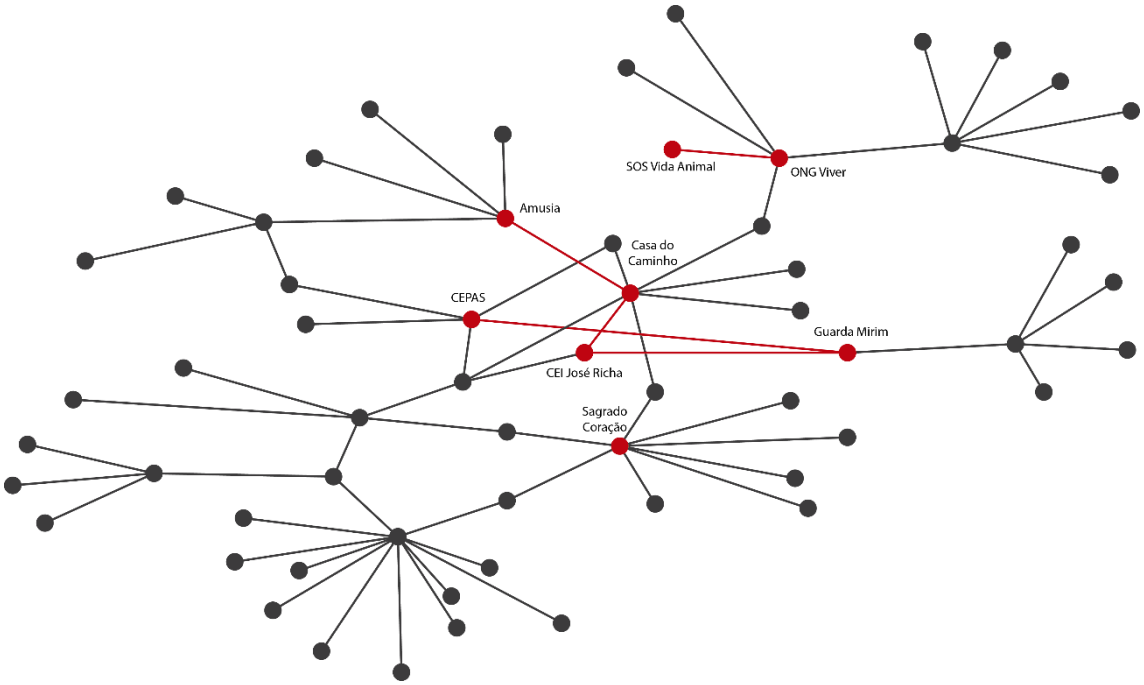
Fonte: Elaborado pelo autor

A distância geodésica média encontrada entre as organizações com objetivos relacionados à sustentabilidade ecológica foi de 2,49, o que faz dessa dimensão a mais coesa dentre as analisadas. Esse valor é 49,2% menor do que a distância geodésica média entre os atores do clique (4,90) e 68,9% menor que a distância encontrada entre as organizações da rede completa. Das 21 relações diretas possíveis entre as organizações com características de objetivos de sustentabilidade ecológica, 4 estavam presentes (19,0%).

Sustentabilidade Ambiental

Dentre os respondentes, 14 OSFLs apresentaram relação entre os seus objetivos e a sustentabilidade ambiental. Novamente, a organização mais central foi a Casa do Caminho, que apresentou distância geodésica média de 1,50 para as organizações que apresentaram objetivos semelhantes nesse quesito. Novamente, ela se coloca como um centro de influência para os atores com alinhamento à sustentabilidade ambiental.

Figura 17 – Objetivos relacionados à sustentabilidade ambiental no clique principal



Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 14 – Indicadores da dimensão ambiental

Organização	Ambiental	Distância G. Média
SOS Vida Animal	3	3,50
Sagrados Corações	3	3,13
Guarda Mirim	3	3,13
ONG Viver	2	2,75
CEPAS	2	2,63
Amusia	3	2,38
CEI Governador José Richa	2	2,00
Casa do Caminho	3	1,50
E-Lixo	3	Ausente do clique
CEI Debora Dias	2	Ausente do clique
CEI Menino Jesus	2	Ausente do clique
FAPEAGRO	2	Ausente do clique
ITEDES	2	Ausente do clique
Instituto Cultural Arte Brasil	3	Ausente do clique

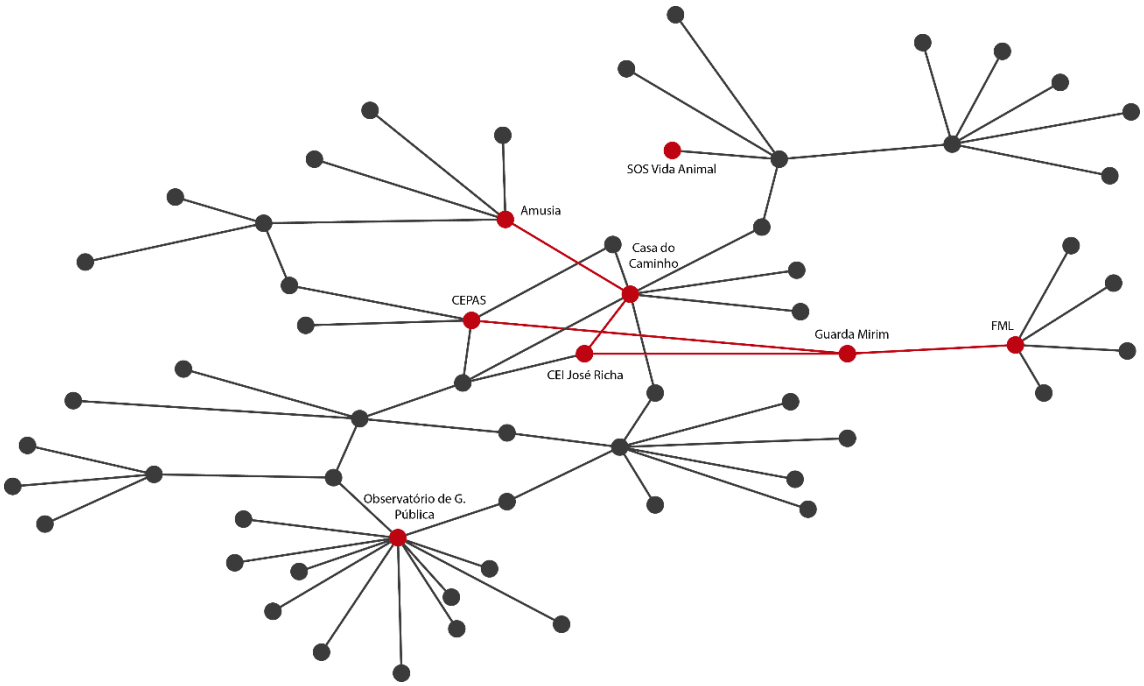
Fonte: Elaborado pelo autor

A distância geodésica média encontrada entre as organizações com objetivos relacionados à sustentabilidade ambiental foi de 2,63. Esse valor é 46,4% menor do que a distância geodésica média entre os atores do clique (4,90) e 68,9% menor que a distância encontrada entre as organizações da rede completa. Das 28 relações diretas possíveis entre as organizações com características de objetivos de sustentabilidade ambiental, 5 estavam presentes (17,9%).

Sustentabilidade Territorial

Catorze das OSFLs apresentaram relação entre os seus objetivos e a sustentabilidade territorial. Casa do Caminho (2,00) e CEI José Richa (2,13) foram as que apresentaram distância geodésica média menor para as organizações que apresentaram objetivos de sustentabilidade territorial.

Figura 18 – Objetivos relacionados à sustentabilidade territorial no clique principal



Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 15 – Indicadores da dimensão territorial

Organização	Territorial	Distância G. Média
Observatório de Gestão Pública de Londrina	2	4,50
SOS Vida Animal	2	4,25
FML	3	3,00
Amusia	2	2,88
Guarda Mirim	3	2,38
CEPAS	2	2,38
CEI Governador José Richa	2	2,13
Casa do Caminho	3	2,00
CEI Debora Dias	2	Ausente do clique
FAPEAGRO	2	Ausente do clique
ITEDES	2	Ausente do clique
FAMEP	2	Ausente do clique
E-Lixo	3	Ausente do clique
Aeroclube de Londrina	3	Ausente do clique

Fonte: Elaborado pelo autor

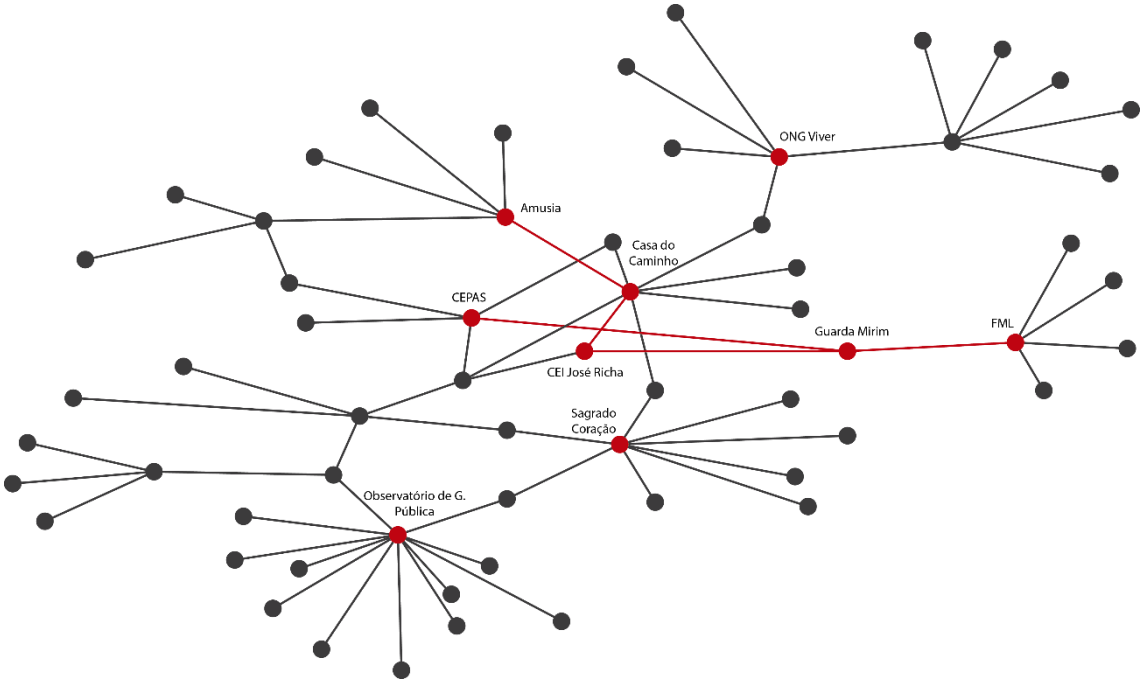
A distância geodésica média encontrada entre as organizações com objetivos relacionados à sustentabilidade territorial foi de 2,94. Tal valor é 40,1%

menor do que a distância geodésica média entre os atores do clique (4,90) e 63,3% menor que a distância encontrada entre as organizações da rede completa. Das 28 relações diretas possíveis entre as organizações com características de objetivos de sustentabilidade territorial, 5 estavam presentes (17,9%).

Sustentabilidade Econômica

A sustentabilidade econômica se relaciona com os objetivos de 13 das organizações pesquisadas. Casa do Caminho (1,89) e CEI José Richa (2,00) foram as que apresentaram distância geodésica média menor para as organizações que apresentaram objetivos similares.

Figura 19 – Objetivos relacionados à sustentabilidade econômica no clique principal



Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 16 – Indicadores da Dimensão Econômica

Organização	Econômica	Distância G. Média
Observatório de Gestão Pública de Londrina	3	4,22
ONG Viver	2	3,44
FML	3	3,22
Sagrados Corações	3	3,00
Amusia	3	2,67
Guarda Mirim	3	2,44
CEPAS	2	2,44
CEI Governador José Richa	2	2,00
Casa do Caminho	3	1,89
FAPEAGRO	2	Ausente do clique
ITEDES	2	Ausente do clique
E-Lixo	3	Ausente do clique
Aeroclube de Londrina	3	Ausente do clique

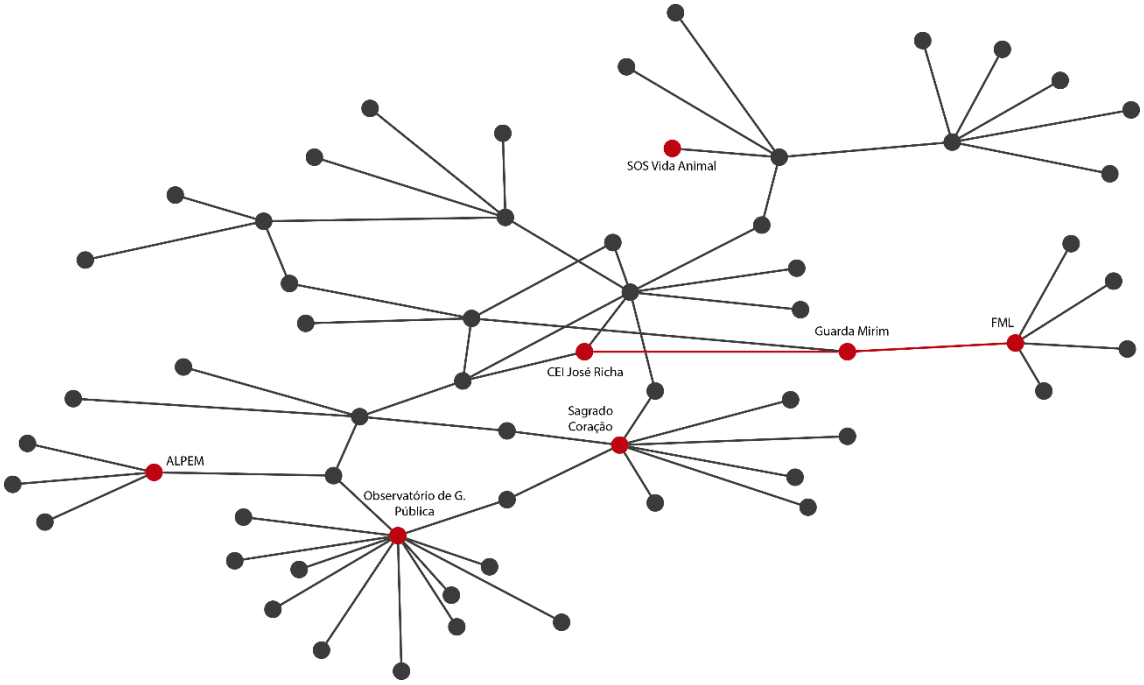
Fonte: Elaborado pelo autor

A distância geodésica média encontrada entre as organizações com objetivos relacionados à sustentabilidade econômica foi de 2,81, o que é 42,6% menor do que a distância geodésica média entre os atores do clique (4,90) e 64,8% menor que a distância encontrada entre as organizações da rede completa. Das 36 relações diretas possíveis entre as organizações com características de objetivos de sustentabilidade ecológica, 5 estavam presentes (13,9%).

Sustentabilidade Política

Essa será a última dimensão analisada, uma vez que a dimensão política internacional praticamente não apareceu entre os participantes da pesquisa. Resultados indicam que a sustentabilidade política se relaciona com os objetivos de 10 das organizações pesquisadas e que o CEI José Richa apresentou a menor distância geodésica média entre as organizações nesse quesito (2,57).

Figura 20 – Objetivos relacionados à sustentabilidade política no clique principal



Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 17 – Indicadores da Dimensão Política

Organização	Política	Distância G. Média
SOS Vida Animal	2	4,86
Alpem	3	4,00
FML	3	3,86
Observatório de Gestão Pública de Londrina	3	3,86
Sagrados Corações	3	3,29
Guarda Mirim	3	3,00
CEI Governador José Richa	2	2,57
FAMEP	2	Ausente do clique
FAPEAGRO	2	Ausente do clique
Núcleo Londrinense de Redução de Danos	3	Ausente do clique

Fonte: Elaborado pelo autor

A distância geodésica média encontrada entre as organizações com objetivos relacionados à sustentabilidade política foi de 3,63, o que é 25,9% menor do que a distância geodésica média entre os atores do clique (4,90) e 54,6% menor que a distância encontrada entre as organizações da rede

completa. Das 21 relações diretas possíveis entre as organizações com características de objetivos de sustentabilidade política, apenas 2 estavam presentes (9,5%) – o que faz dessa uma das dimensões com menor coesão entre as analisadas (as outras são a dimensão social e a cultural).

Com relação aos laços presentes no clique principal, tem-se que as dimensões com maior (dimensão social e cultural) e menor (dimensão política e econômica) número de organizações apresentam as menores proporções de laços diretos presentes. Infere-se que, ainda que a presença de objetivos de sustentabilidade em comum influencie na proximidade entre as OSFLs, como veremos adiante, esse fator não tem sido determinante para criar relações diretas entre as organizações com objetivos similares.

Quadro 18 – Comparativo de resultados por dimensão da sustentabilidade

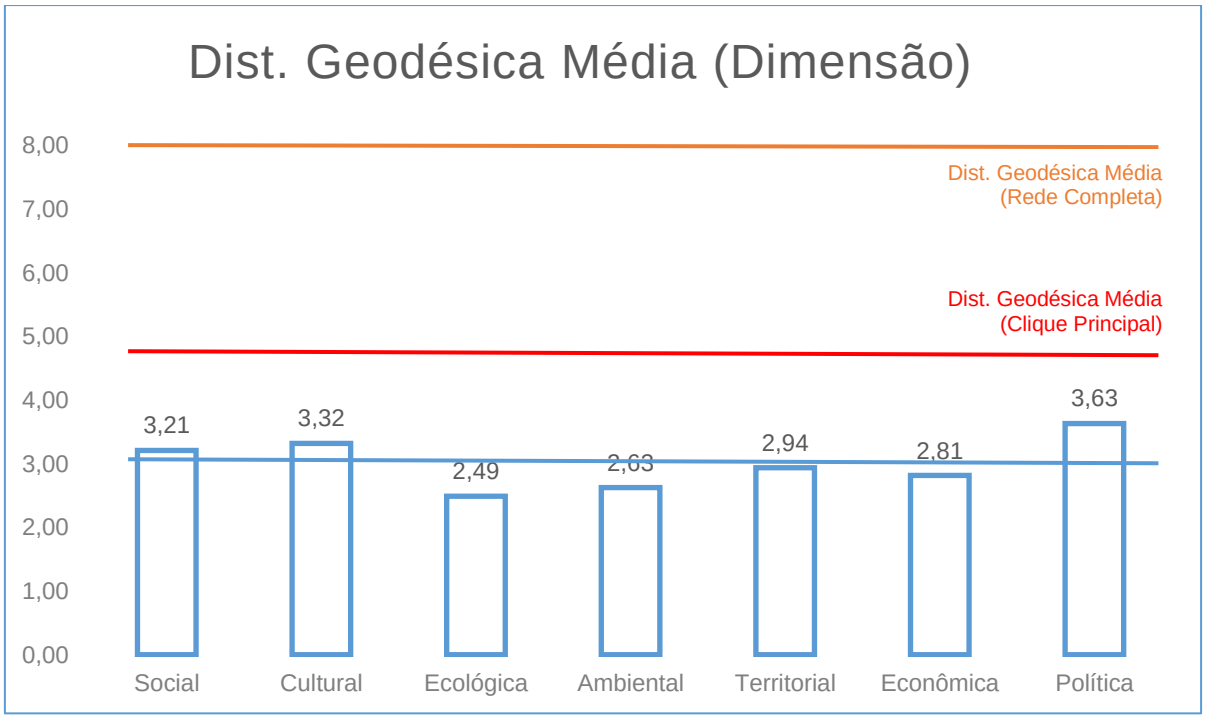
Dimensões	Social	Cultural	Ecológica	Ambiental	Territorial	Econômica	Política
Total de Organizações	23	20	14	14	14	13	10
Organizações no Clique	13	12	7	8	8	9	7
Laços Possíveis no Total	253	190	91	91	91	78	45
Laços Possíveis no Clique	78	66	21	28	28	36	21
Laços Presentes no Clique (número)	7	6	4	5	5	5	2
Laços Presentes no Clique (%)	9,0%	9,1%	19,0%	17,9%	17,9%	13,9%	9,5%
Dist. Geodésica Média (Dimensão)	3,21	3,32	2,49	2,63	2,94	2,81	3,63
Dist. Geodésica Média (Rede Completa)	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
Diferença Distâncias Dimensão x Rede	-59,9%	-58,5%	-68,9%	-67,2%	-63,3%	-64,8%	-54,6%
Dist. Geodésica Média (Clique Principal)	4,90	4,90	4,90	4,90	4,90	4,90	4,90
Diferença Distâncias Dimensão x Clique Princ.	-34,5%	-32,3%	-49,2%	-46,4%	-40,1%	-42,6%	-25,9%

Fonte: Elaborado pelo autor

Pelo quadro anterior observa-se que a existência de objetivos em comum em todas as dimensões analisadas, influencia na distância geodésica média entre os participantes. Isso acontece tanto quando se comparam as distâncias geodésicas médias da dimensão com as distâncias encontradas na rede completa, quanto quando se comparam as distâncias das organizações com objetivos em comum e o clique principal.

No caso da comparação entre as dimensões e as distâncias encontradas no clique principal, as organizações apresentaram distâncias 38,7% menores, em média. Se compararmos o mesmo dado com o clique principal, a média chega a quase 1/3 da distância encontrada, uma diferença de proximidade de 62,4%, na média entre todas as dimensões analisadas.

Figura 21 – Comparativo de distâncias geodésicas



Fonte: Elaborado pelo autor

Essa talvez seja a mais importante característica de relacionamento em rede social existente entre as OSFLs pesquisadas. Esse comparativo demonstra que as organizações com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos se relacionam com maior proximidade. Esse dado apareceu em todas as dimensões pesquisadas, confirmando a Hipótese 1 (As OSFLs de Londrina-PR

com objetivos de sustentabilidade em comum apresentam laços mais próximos entre si).

A segunda hipótese (As OSFLs de Londrina-PR com objetivos de sustentabilidade em comum apresentam laços mais fortes entre si) não pode ser verificada com base no questionário utilizado. Como já mencionado, poucos laços fortes apareceram na pesquisa e talvez isso não seja uma questão de que há poucos laços fortes na rede, mas sim um problema de questionário (ver Apêndice A). Da forma como o questionário foi elaborado, era necessário que, para caracterizar um laço forte, os participantes tivessem que responder duas vezes seguidas uma informação relativamente parecida. Esse esforço extra dos participantes na indicação de laços fortes pode ter influenciado nos dados encontrados. Para que isso não aconteça em pesquisas futuras, sugere-se a adoção de um questionário com caixas de seleção, complementando a informação inicial. O pesquisador poderia, por exemplo, pedir o nome da organização com quem o entrevistado se relaciona e, em seguida, marcar uma caixa com a intensidade da relação apresentada, a fim de diminuir o esforço necessário para os respondentes.

A terceira hipótese levantada no início desse estudo (Objetivos de sustentabilidade diferentes apresentam influência variada sobre a estrutura da rede social entre as OSFLs de Londrina-PR) também pode ser confirmada pelo estudo. Nas organizações pesquisadas, encontrou-se uma proximidade maior entre as organizações que alinharam seus objetivos à sustentabilidade ecológica e à sustentabilidade ambiental.

Dessa forma, é possível afirmar que organizações orientadas a diferentes dimensões da sustentabilidade se relacionam de forma diferente. É importante lembrar que esse dado muda de acordo com a base analisada, ou seja, a cada análise de rede, um novo resultado deve aparecer para as dimensões pesquisadas.

A quarta hipótese cuja verificação se propôs nessa pesquisa foi a de que H4 – Atores de organização diferentes das OSFLs influenciam na estrutura da rede de relações sociais de Londrina-PR.

Isso ficou comprovado com a análise das características da rede. Na análise de centralidade eigenvector, duas universidades (UEL e PUC) e um

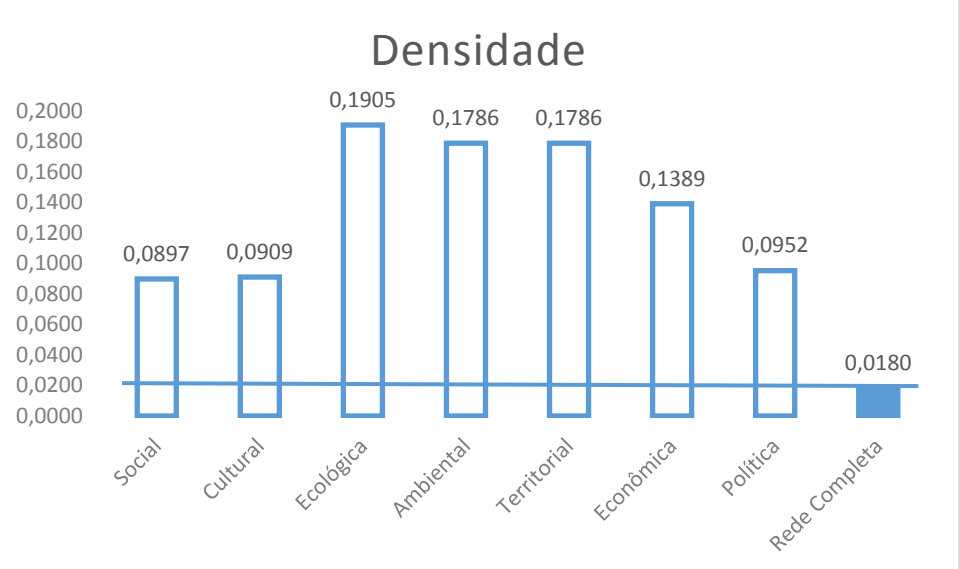
hospital (Hospital do Câncer) apareceram entre as organizações com maior índice. Como essa medida de centralidade leva em conta a pontuação de centralidade encontrada nos vizinhos do nó analisado, pontuações maiores indicam organizações estruturalmente mais influentes na rede de relações sociais.

A Universidade Estadual de Londrina também se apresentou como uma das organizações com maior pontuação de centralidade *betweeness*, medida que determina a capacidade de um ponto em conectar outros atores da rede através de suas relações. Já o Hospital do Câncer também obteve destaque nas medidas de centralidade *closeness*, centralidade *betweeness*, além da já citada centralidade *eigenvector*.

Esses dados também comprovam a hipótese 4, mostrando o papel que outros tipos de organização podem realizar na conexão entre OSFLs. Estudos futuros poderiam se debruçar sobre a influência de organizações como as universidades, hospitais ou mesmo organizações privadas na estrutura das relações e na atuação das OSFLs.

A 5ª hipótese questionava se a densidade da rede composta por relações sociais é similar à densidade da rede composta por objetivos de sustentabilidade.

Figura 22 – Comparativo de densidades



Fonte: Elaborado pelo autor

Essa hipótese foi rejeitada. Notou-se que a densidade das redes de cada uma das dimensões é aproximadamente entre 5 a 10 vezes maior do que a da rede completa. Dentre as características encontradas nas OSFLs pesquisadas, tem-se que as dimensões ecológica, ambiental e territorial atuam com densidade maior do que as outras. Cabe ressaltar que é preciso ter cuidado para comparar a densidade de redes com diferentes números de atores, uma vez que a quantidade de atores influencia diretamente na medida.

Percebe-se que todas as dimensões, ainda que tenham características diferentes, apresentam densidade amplamente superior à da rede completa. Não há relação direta aparente entre a densidade das redes das dimensões e o número de OSFLs que indicou que seus objetivos fazem parte daquela determinada dimensão.

6.4 INTERAÇÃO SUBJETIVA COM O OBJETO DE PESQUISA

No capítulo 2 desse trabalho, indicou-se que essa pesquisa buscaria o olhar da interação entre sujeito-objeto para descrever o fenômeno a ser estudado A ideia de interação implica em, ao analisar um objeto ou fenômeno, considerar tanto suas características concretas quanto as percepções dos indivíduos em relação a este objeto. Por isso, além dos dados coletados de forma objetiva, os próximos parágrafos trarão uma série de relatos e de observações que podem ajudar o leitor a entender um pouco mais sobre o objeto de pesquisa e sobre a forma como tal objeto de pesquisa foi examinado pelo autor ao longo dos últimos meses.

Ao término da coleta de dados, um dos resultados que mais surpreendeu o pesquisador foi a dificuldade em encontrar as organizações, ainda que a lista da qual a pesquisa partiu tenha sido elaborada pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP, 2013) há menos de cinco anos. Uma quantidade enorme de OSFLs (mais de um quarto da lista) aparentemente já não existe mais, embora muitos dos CNPJs permaneçam ativos. Essas OSFLs sequer estão listadas nos mecanismos de busca da internet.

Não se percebeu nenhum padrão nos tipos de associações que não foram encontradas – são associações de bairro, entidades ligadas a organizações maiores, conjuntos de funcionários de empresas, organizações aparentemente integradas a algum tipo de religião, entre outras. Os objetivos também são os mais variados possíveis. Em comum, apenas o fato de que elas desapareceram nos últimos anos.

Fica uma dúvida: isso é um fenômeno decorrente da falta de profissionalização das organizações? Elas foram criadas como uma ferramenta para captação de recursos para outros fins? Foram criadas com objetivos que se concretizaram ao longo dos últimos anos e acabaram extintas?

Outro fator que talvez tenha influenciado é que, durante os contatos realizados para aplicação do questionário, percebeu-se que boa parte dessas organizações existe devido ao esforço de um pequeno grupo de pessoas. Há casos em que uma única pessoa assume a maioria das tarefas da entidade, inclusive. E essa é uma situação que fragiliza a organização ao longo do tempo, uma vez que seus resultados estão sempre relacionados à dedicação de um pequeno grupo de pessoas. Estudos qualitativos nessas organizações poderiam ajudar a responder esses questionamentos, bem como a análise estrutural com ênfase nas relações internas de tais organizações.

Um outro fenômeno interessante está relacionado a propensão a responder perguntas sobre as atividades das organizações. Essas são organizações sem fins lucrativos, que existem para atender a demandas da sociedade e que, em cerca de 73% dos casos são financiadas por empresas e/ou pelo governo, de acordo com essa pesquisa. Ainda assim, nota-se certa relutância por parte de alguns participantes em expor as relações de trocas que a organização exerce cotidianamente. Uma das organizações, por exemplo, não indicou nenhum tipo de relação com outros atores da cidade, mas foi citada por outras três organizações.

O oposto também aconteceu. Outra OSFL, após responder o questionário via internet, entrou em contato por telefone para tentar entender um pouco mais sobre a pesquisa e para se colocar à disposição para ajudar a conectar outras organizações. Essa foi uma das organizações que mais se destacou

positivamente nas medidas de centralidade do estudo e isso, aparentemente, não é uma coincidência.

Em um determinado momento do capítulo 2, destacou-se que a sustentabilidade pode ser considerada um objetivo comum (ou vários objetivos comuns) e um estágio para o qual uma determinada sociedade pretende se desenvolver. Essa afirmação aconteceu no contexto do debate sobre a sociologia econômica e sobre o fato de que as ações econômicas estão imersas em relações sociais.

Os dados encontrados pela pesquisa indicam que as OSFLs que têm objetivos em comum tendem a atuar de maneira mais próxima que as que não têm. Aparentemente, esse processo é involuntário e não decorre de uma análise racional dos participantes – dado que há proximidade geodésica, mas poucos laços diretos. Parece que, nesse caso, as ações econômicas são menos influentes que as relações sociais existentes e que os objetivos de sustentabilidade em comum, como propuseram Granovetter (1985) e outros autores da sociologia econômica citados nesta dissertação.

Foi curioso verificar durante a pesquisa que, embora as OSFLs tenham surgido com o objetivo de preencher lacunas deixadas pela atuação do estado e das organizações privadas (TRIVEDI, 2010), elas ainda dependam, em sua maioria, do financiamento dos 1º e 2º setores. Trata-se de uma alternativa que está intrinsecamente ligada a essas duas instâncias. Tal observação demonstra a interdependência da sociedade, tanto em setores considerados antagônicos quanto em áreas complementares.

Nesse contexto, como ficam as narrativas (REED, 2007) e metáforas (MORGAN, 2005) que o campo da administração tem privilegiado para descrever as organizações da sociedade moderna ocidental?

Além das externalidades produtivas (LEFF, 2010), e dos problemas ambientais decorrentes do nosso processo de produção, nossos conceitos de organização também têm deixado a interrelação entre diferentes esferas da sociedade (e também a conexão entre essas esferas e as dimensões da sustentabilidade) de fora do debate conceitual, para privilegiar abordagens mais simples e, muitas vezes, superficiais.

O conceito de organização sem fins lucrativos, inclusive, parece sofrer do mesmo déficit, uma vez que se formula como se deixasse à margem o contexto sob o qual essas organizações atuam. Nesse sentido, há ainda importantes avanços a serem realizados no campo da teoria das organizações, e a teoria da contingência estrutural (BERTERO, 2007) pode ajudar a desenvolver essas pesquisas. Essa foi a teoria empregada por Tichy, Tushman e Fombrun (1979), inclusive, como base para seu seminal estudo.

> Se a Teoria da Contingência Estrutural for vista como uma desistência de construir uma *one best way* em nível da prática administrativa, e também como a afirmação da impossibilidade de construir uma explicação única para a estrutura organizacional, ela pode ser vista como um sinal de maturidade (BERTERO, 2007, p. 133).

Tal refutação de um modelo único e otimizado, inclusive, é similar ao que foi trilhado por Seghezzo (2009) e Andion (2003) para descrever os conceitos de sustentabilidade adotados nessa pesquisa.

E quais seriam os critérios utilizados pelo estado e pelas organizações privadas para definir esse tipo de financiamento? O estado e as organizações privadas seguem o modelo burocrático e, assim, se orientam para o controle operacional e determinação racional e formal dos resultados de uma operação (REED, 2007). Determinam a alocação de recursos de acordo com sua escassez e eficiência, deixando em segundo plano outros fatores como a orientação a objetivos comuns da sociedade e, principalmente, outras formas de racionalidade que não a razão puramente econômica.

Além disso, estado e organizações privadas, na sua maioria, tem uma visão da sustentabilidade alinhada ao *status quo* (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Dessa forma, tendem a privilegiar OSFLs cujas visões de mundo estejam mais próximas dessa linha de pensamento.

A pergunta de pesquisa que orientou este trabalho se propôs a estudar as características de relacionamento em rede social existentes entre as OSFLs com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos. Posto que o financiamento proveniente dos 1º e 2º setores é determinante para a sobrevivência das OSFLs (como demonstram os dados encontrados), quantas dessas organizações podem ter deixado de se relacionar simplesmente porque

não conseguiram manter suas fontes de recursos? Ainda que não fique claro nesse estudo o impacto que a origem dos recursos tem na existência das organizações pesquisadas, é provável que a presença ou não de fontes de financiamento influencie na forma como as OSFLs de Londrina se relacionam ou deixam de se relacionar.

Como vimos na pesquisa, os objetivos de sustentabilidade das OSFLs afetam a forma como as relações interorganizacionais se estruturam e isso abre caminho para a importância de analisarmos essas dinâmicas do ponto de vista das redes sociais, conforme feito nessa dissertação. Na prática, a informal rede social, dinâmica e sem limites definidos, complementa a atuação da dimensão econômica que tem pautado a visão de mundo da sociedade moderna ocidental.

Durante o trabalho, confirmou-se que, entre as organizações pesquisadas, o entendimento de sustentabilidade é bastante variável e complexo, como descrevem Andion (2003) e Seghezzo (2009). Cada participante parece partir de seu próprio contexto para mesclar, dinamicamente, as dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2002). A “criatividade da cultura”, esperada por Leff (2010) acontece na prática.

Durante a elaboração dessa pesquisa, ficou a impressão de que o campo da Administração não tem tratado de dimensões da sustentabilidade que se mostraram relevantes tanto para essa dissertação quanto para os objetivos de sustentabilidade das OSFLs pesquisadas. Se os estudos dentro da Administração continuarem enfatizando as questões da sustentabilidade ambiental (SHWOM, 2009), o campo deixará de abordar temas significantes para o estudo da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

Por fim, destaca-se que parecem haver duas instâncias da sustentabilidade que praticamente não se conectam entre si. A primeira instância é a que foi detalhada no Capítulo 4, a esfera que debate os conceitos de sustentabilidade em nível teórico. E a segunda esfera seria a das ações em prol da sustentabilidade, a das práticas sustentáveis. Ainda que seja verdade que o debate teórico seja importantíssimo para a construção social que cada pessoa ou grupo faz do conceito de sustentabilidade, ele parece apenas agir de forma distante do campo prático. Pelo menos entre as organizações pesquisadas, o “pensar a sustentabilidade” é amplamente sobreposto pelo “agir na

sustentabilidade” do dia-a-dia. Faz sentido, então, desenvolver mais pesquisas sobre as ações de sustentabilidade, um caminho que também pode ser trilhado com a ajuda das análises de redes sociais.

7 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a analisar as características de relacionamento de rede social existentes entre as organizações sem fins lucrativos (OSFL) de Londrina-PR com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos. E, para isso, buscou-se uma estrutura teórica e metodológica que ajudasse a analisar a influência de objetivos de sustentabilidade na forma como organizações se relacionam ou não. Para tanto, inicialmente, foram desenvolvidas fundamentações teóricas que explicassem um pouco sobre os fenômenos da sustentabilidade, das redes sociais e dos conceitos de organizações predominantes em nossa sociedade.

A proposta de estudar as redes sociais, as teorias de redes e o campo da análise de redes sociais surgiu como um pilar sobre o qual essa pesquisa se desenvolveria. Esta fundamentação foi realizada com base em autores da análise de redes sociais como Oliver e Ebers (1998); Tichy, Tushman e Fombrun (1979); Scott (2000); Furht (2010); e Wasserman e Faust (1994); e também em autores da nova sociologia econômica como Granovetter (1973, 1985); Smelser e Swedberg (2005); Lévesque (2007); e Dobbin (2005).

Os capítulos dedicados às construções dos conceitos de organização e de sustentabilidade mais recorrentes na sociedade moderna ocidental foram desenvolvidos com o objetivo de entender um pouco mais sobre esses dois temas e, principalmente, identificar fatores que influenciam na forma como essas entidades se constituem. Dirigiram as discussões sobre as organizações os trabalhos de Weber (1968, 1978); Reed (2007); O'Connor (2000); e Morgan (2005). E, para a definição dos termos e do contexto do surgimento das OSFLs utilizaram-se os trabalhos de Trivedi (2010); Ben-Ner e Gui (2003); e Felício, Gonçalves e Gonçalves (2013). Por sua vez, a discussão sobre a sustentabilidade contou com o aporte teórico de diversos autores, dentre os quais destacam-se as pesquisas de Pierri (2001); Seghezzo (2009); Andion (2003); Hopwood, Mellor e O'brien (2005); Allier (2007); Leff (2010); e, finalmente, Ignacy Sachs (2002, 2010).

O passo seguinte foi, então, desenvolver uma metodologia que ajudasse identificar parte dessas características de relacionamento, respeitando a fluidez

dos conceitos de redes e sustentabilidade e aplicar essa metodologia a uma base de dados coletada com a ajuda das organizações de Londrina. A escolha por organizações sem fins lucrativos foi arbitrária e decorreu principalmente da curiosidade do autor em conhecer um pouco mais sobre esse universo. Contudo, em estudos posteriores, a mesma metodologia pode ser aplicada a qualquer tipo de organização.

Os resultados indicaram a existência de uma rede social de OSFLs pouco coesa, mas ainda sim uma rede que já não deve ser considerada algo em formação inicial. A presença de um clique principal que reúne a maior parte das organizações da rede e a idade média de atividade dessas organizações podem dar indícios de que as relações dessa rede continuarão a terem características similares, se as condições ambientais forem mantidas.

Foram encontradas organizações com características de centralidade que se destacam entre as outras, evidenciando que na rede pesquisada a atuação de alguns poucos atores tem impacto determinante na estrutura de organização. Cinco organizações (Associação da Comunidade dos Sagrados Corações para CEI Boa Esperança, Casa do Caminho, Hospital do Câncer, Observatório de Gestão Pública de Londrina e Universidade Estadual de Londrina) apresentaram boas pontuações em 3 das 4 medidas de centralidade pesquisadas, por exemplo. Se considerarmos que duas dessas organizações – um hospital e uma universidade – não responderam aos questionários e, portanto, apareceram apenas como indicações de outras organizações, deduz-se que a influência dessas entidades seria possivelmente maior. Esse dado apareceu ainda que os participantes tenham sido instados a responder especificamente sobre suas relações com outras OSFLs.

Dentre as dimensões da sustentabilidade analisadas, verificou-se que a dimensão social é a que apresenta maior aderência com os objetivos de sustentabilidade das organizações pesquisadas. Por outro lado, a dimensão da sustentabilidade política e da política internacional são as que menos têm relação com os objetivos das organizações, segundo elas mesmas. Levando-se em conta que boa parte das OSFLs pesquisadas tem financiamento do governo e que a atuação política é um fator relacionado aos grupos que defendem a sustentabilidade por meio da reforma ou da transformação (HOPWOOD;

MELLOR; O'BRIEN, 2005), estariam essas organizações mais orientadas ao grupo do *status quo*? Seria interessante que algum estudo posterior se dedicasse a analisar esse problema de pesquisa.

Em todas as configurações analisadas, a existência de objetivos de sustentabilidade em comum influenciou na distância geodésica média entre os participantes. As relações entre as organizações com objetivos de sustentabilidade similares apresentaram distâncias 38,7% menores, em média, com relação aos atores do clique principal e 62,4% menores, em média, se comparadas com a rede completa.

Esse é o resultado mais importante desse estudo, que se propôs a entender melhor as características de relacionamento em rede social existentes entre organizações com objetivos de sustentabilidade em comum ou próximos. Será que isso acontece em outros contextos ou com outros tipos de organização? Pesquisas futuras poderão se debruçar sobre essas perguntas usando os mesmos procedimentos metodológicos, se considerarem válidas as exposições dessa dissertação.

Novas pesquisas poderiam tecer, também, uma análise longitudinal sobre o mesmo fenômeno, de forma a capturar a extensão dos achados encontrados nesse estudo e também a formação e desaparecimento de laços entre as organizações. A avaliação dessa reorganização constante poderia trazer achados relevantes para o entendimento da forma como os objetivos de sustentabilidade influenciam a estrutura da rede em questão.

Outras abordagens complementares também poderiam ser utilizadas para identificar aspectos desse mesmo objeto de pesquisa. Pesquisas qualitativas, por exemplo, em organizações com características semelhantes (as mais ou menos centrais, por exemplo) adicionariam uma nova camada de complexidade aos dados encontrados nesse estudo.

Do ponto de vista teórico, essa dissertação avança na configuração de organizações enquanto Redes Sociais e acerca da construção do conceito que cada organização faz de si. Ela também abre brechas para uma análise mais profunda sobre as organizações sem fins lucrativos e de sua atuação em nossa sociedade.

O achado de que os objetivos de sustentabilidade em comum aproximam as relações entre organizações pode ser empregado em estudos posteriores de variadas maneiras. Considerando-se que laços sociais fortes podem ser indicativos de sociedades que conseguem orientar seus objetivos a fins comuns (DOBBIN, 2005), essa aproximação entre OSFLs com base em seus objetivos de sustentabilidade pode ter um papel a desempenhar no fortalecimento de tais laços.

Além disso, tanto do ponto de vista teórico (Que impactos isso teria para o debate da sustentabilidade? E quanto às teorias organizacionais, como isso se relaciona aos objetivos econômicos das organizações?), quanto do ponto de vista prático (Que implicações isso teria para a governança dessa rede de OSFLs e também de outras redes? Que tipos de ações governos, organizações privadas e o terceiro setor podem tomar para potencializar as ações em prol da sustentabilidade?), a informação de que objetivos de sustentabilidade em comum tendem a aproximar a atuação de organizações sem fins lucrativos pode contribuir para o avanço nos estudos sobre Administração, Sustentabilidade e Análise de Redes Sociais.

A metodologia empregada nesse estudo também pode ser extrapolada para outros contextos, outros tipos de organizações e outros objetivos à escolha do pesquisador, o que é um avanço, principalmente para o campo da análise de redes sociais. A proposta metodológica dessa dissertação amplia o escopo de atuação das teorias, técnicas e ferramentas já elaboradas pela ARS.

Para a cidade de Londrina-PR, esse trabalho apresenta o início de um mapeamento de organizações do terceiro setor que pode contribuir para a solução de problemas como o trânsito, a violência, a produção de resíduos e outras mazelas que têm impacto na mobilização da sociedade civil. O espaço urbano londrinense, que nasceu com um projeto bem definido há décadas, poderia ser replanejado com a ajuda de um melhor entendimento da estrutura de relações entre as OSFLs. Um censo das OSFLs da cidade e de suas relações sociais seria uma ferramenta importante para a tomada de decisões governamentais.

Finalmente, a crítica à alocação de recursos com base puramente econômica, como o fazem os teóricos da Sociologia Econômica, impele

pesquisadores a buscarem novas formas de distribuição. O mesmo acontece com o debate da Sustentabilidade, que tem buscado novas perspectivas que integrem dimensões que não se restrinjam apenas ao debate econômico ou mesmo ao debate ambiental visto de forma isolada. Espera-se que os achados e aportes teóricos dessa dissertação auxiliem nesse sentido. O desenvolvimento de novas teorias, práticas e ideais de alocação de recursos pode colaborar de maneira bastante relevante para a evolução da sociedade moderna ocidental em direção ao bem comum da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

AGRESTE *et al*. Network structure and resilience of Mafia syndicates. **Information Sciences**, n. 351, p. 30-47, 2016.

ALEP, Assembleia Legislativa do Paraná. **Edital de Convocação das Instituições Declaradas de Utilidade Pública Estadual de 1991 a 2013**. [S.l.]. 2013.

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 1033-1054, Set/Out 2003.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Ranking - Todo o Brasil**, 2010. Disponivel em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acesso em: 25 Setembro 2016.

BAKER, W. E.; FAULKNER, R. R. The Social Organization of Conspiracy: Illegal Networks in the Heavy Electrical Equipment Industry. **American Sociological Review**, v. 58, n. 6, p. 837-860, Dezembro 1993.

BEN-NER, A.; GUI, B. The theory of nonprofit organizations revisited. In: _____ **The study of the nonprofit enterprise**. [S.l.]: Springer, 2003. p. 3-26.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 24. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BERTERO, C. O. Nota técnica: teoria da contingência estrutural. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais:** modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007. p. 132-134.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. [S.l.]: WMF Martins Fontes, 2009.

BORGATTI *et al.*, S. P. Network analysis in the social sciences. **Science**, v. 323, n. 5916, p. 892-895, 2009.

BORGATTI, S. P. Identifying sets of key players in a social network. **Computational & Mathematical Organization Theory**, v. 12, n. 1, p. 21-34, Abril 2006. ISSN DOI 10.1007/s10588-006-7084-x.

_____.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. **Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis**. Harvard, MA. [S.l.]. 2002.

BORZEL, T. A. Organizing Babylon - On the Different Conceptions of Policy Networks. **Public Administration**, v. 76, p. 253-273, Summer 1998.

BRANDES, U.; KENIS, P. La explicación a través de la visualización de redes. **REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 9, dezembro 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A organização burocrática.. In: MOTTA, F. C. P.; BRESSER-PEREIRA, L. C. **Introdução à organização burocrática**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 15-55.

_____. Ignacy Sachs e a nave espacial Terra. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2, p. 360-366, abril-junho 2013.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Social paradigms and organizational analysis:** Elements of the sociology of corporate life. [S.l.]: [s.n.], 1979.

BUTTEL, F. H. Some observations on states, world orders, and the politics of sustainability. **Organization & Environment**, v. 11, p. 261-286., 1998.

CASTELLS, M. **The city and the grassroots:** a cross-cultural theory of urban social movements. [S.l.]: Univ of California Press, 1983.

_____. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTILLA, E. E. A. Social Networks in Silicon Valley. In: LEE, C. E. A. (.). **The Silicon Valley Edge**. Stanford: Stanford University Press, 2000. p. 218-247.

CASTRO, C. J. Sustainable Development: Mainstream and Critical Perspectives. **Organization & Environment**, v. 17, n. 2, p. 195-225, junho 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia, p. 240. 2016.

CREDIT SUISSE, 2016. Disponivel em: <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=F2425415-DCA7-80B8-EAD989AF9341D47E>. Acesso em: 30 abril 2016.

DAFT, R.; WEICK, K. E. Toward a model of organizations as interpretation systems. **The Academy of Management Review**, v. 9, n. 2, p. 284-295, 1984.

DATASUS. **Relatório Consolidado do Bolsa Família**, 2016. Disponivel em: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/consol_estado_consol_bfa.asp?gru=2T&vigencia=30&vigatual=S&uf=PR&regional=4117&regiaosaude=00&cob=1&brsm=1>. Acesso em: 28 jan. 2016.

DIANI, M. Revisando el concepto de movimiento social. **ENCRUCIJADAS. Revista Crítica de Ciencias Sociales**, v. 9, 2015.

DIANI, M.; MCADAM, D. **Social Movements and Networks**. [S.l.]: Oxford University Press, 2003.

DOBBIN, F. Comparative and Historical Approaches to Economic Sociology. In: SMELSER, N. J.; SMELSER, N. J. **The Handbook of Economic Sociology**. [S.l.]: Princeton University Press, 2005. Cap. 2, p. 3-25.

EHRLICH, P. R. **The population Bomb (Revised)**. New York: New York Times, 1968.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M.Books, 2012.

ERDÖS, P.; RÉNYI, A. On random graphs I. **Publicationes Mathematicae**, v. 6, p. 290-297, Dez 1959.

FELÍCIO, J. A.; GONÇALVES, H. M.; DA CONCEIÇÃO GONÇALVES, V. Social value and organizational performance in non-profit social organizations: Social entrepreneurship, leadership, and socioeconomic context effects. **Journal of Business Resesearch**, v. 66, n. 10, p. 2139-2146, 2013.

FURHT, B. **Handbook of Social Network Technologies and Applications**. [S.l.]: Springer Science & Business Media, 2010.

G1. **'Fui otimista', diz autor do livro de 1968 que previa catástrofe global**, 2011. Disponivel em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/fui-otimista-diz-autor-do-livro-de-1968-que-previa-catastrofe-global.html>. Acesso em: 14 maio 2016.

_____. **Prefeitura aponta que 60% do lixo poderia ser reciclado em Londrina**, 2014. Disponivel em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/03/prefeitura-aponta-que-60-do-lixo-poderia-ser-reciclado-em-londrina.html>. Acesso em: 20 Abril 2015.

GIDDENS, A. Marx, Weber, and the development of capitalism. **Sociology**, v. 4, n. 3, p. 289-310, 1970.

GIGLIO, E. M.; HERNANDES, J. L. G. Discussões sobre a Metodologia de Pesquisa sobre Redes de Negócios Presentes numa Amostra de Produção Científica Brasileira e Proposta de um Modelo Orientador. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 14, n. 42, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e Técnica de Pesquisa Social**. 6a Edição. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOHN, M. D. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GONÇALVES, Dayanne Marciane. As relações sociais pela gênese de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos do norte paranaense sob a perspectiva de imersão social de Granovetter (2007, 1992, 1973). 2012. 171f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American journal of sociology**, p. 1360-1380, 1973.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American journal of sociology**, p. 481-510, 1985.

HAIR JR *et al*. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR JR, J. F. . E. A. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOBSBAWN, E. **A era do capital:** 1848-1875. [S.l.]: Paz e Terra, 2015.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.

IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil**, 2010. Disponivel em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default_entidades_ods_nova_2010.shtm>. Acesso em: 25 jul. 2016.

JICK, T. D. Mixing Qualitative and Quantitative Methods: Triangulation in Action. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, Qualitative Methodology , p. 602-611, Dez 1979.

Kates *et al.* Sustainability science. **Science 292**, n. 5517, p. 641–642, 2001.

KADUSHIN, C. **Understanding social networks:** theories, concepts and findings. [S.l.]: Oxford University Press, 2012.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

LÉVESQUE, B. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, 2007.

LEWICKI, R. J.; MCALLISTER, D. J.; BIES, R. J. Trust and distrust: New relationships and realities. **Academy of management Review**, v. 23, n. 3, p. 438-458, 1998.

LIN, N. Building a Network Theory of Social Capital. **Connections**, n. 22, p. 28-51, 1999.

MASSARO, Marcio Luis. **A inserção socioeconômica de catadores de recicláveis em Londrina, Paraná**: a influência de ações econômicas em imersão social de redes sociais. 2015. 127f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

MAYA-JARIEGO, I.; HOLGADO, D.; FLORIDO DEL CORRAL, D. Y. M. D. A. I. Redes entre dos mares: cofradías y armadores en los caladeros atlántico y

mediterráneo de Andalucía. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, v. 155, p. 113-132, 2016.

MCEVILY, B.; SODAB, G.; TORTORIELLOC, M. More Formally: Rediscovering the Missing Link between Formal Organization and Informal Social Structure. **The Academy of Management Annals**, v. 8:1, p. 299-345, 2014.

MILGRAM, S. The small world problem. **Psychology today**, v. 2, n. 1, p. 60-67, 1967.

MOL, A. P. J. Ecological modernization industrial transformations and environtemental reform. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (.). **The international handbook of environmental sociology**. London: Edward Elgar, 1997.

_____. A globalização e a mudança dos modelos de controle e poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In: HERCULANO, S. C.; SOUZA PORTO, M. F. D.; FREITAS, C. M. D. (.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.

MORENO, J. L. **Who shall survive?:** A new approach to the problem of human interrelations. Washington DC: Nervous and Mental Disease Publishing Co., 1934.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 58-71, 2005.

NAESS, A. The shallow and the deep, long-range ecology movement, v. 16, n. 1-4, p. 95-100, 1973.

NELSON, R. O uso da análise de redes sociais no estudo das estruturas organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 150-157, Oct./Dec 1984.

O GLOBO. **A concentração de terras no país**, 2015. Disponivel em: <http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/a-concentracao-de-terras-no-pais.html>. Acesso em: 09 jan. 2016.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? **Red Papeles de Población**, v. 6, n. 24, abril-junho 2000.

OLIVER, A. L.; EBERS, M. Networking network studies: an analysis of conceptual configurations in the study of inter-organizational relationships. **Organization studies**, v. 19, n. 4, p. 549-583, 1998.

OUR WORLD IN DATA. **Literacy**, 2016. Disponivel em: <https://ourworldindata.org/literacy/>. Acesso em: abril 30 2016.

PASSY, F. Social networks matter. But how? In: DIANI, M.; MCADAMS, D. **Social Movement Analysis:** the network perspective. [S.l.]: Oxford University Press, 2002. p. 21-48.

PERFIL DE LONDRINA. **Prefeitura de Londrina**, 2016. Disponivel em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=546&Itemid=560>. Acesso em: 07 Fevereiro 2017.

PIERRI, N.. El Proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo suntentable. In: PIERRI, N.; FOLADORI, G. (.). **Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. [S.l.]: Campus, 2000.

PORTER, C. M.; WOO, S. E.; CAMPION, M. A. Internal and external networking differentially predict turnover through job embeddedness and job offers. **Personnel Psychology**, v. 69, n. 3, p. 635-672, 2016.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Localização e extensão das TIs**, 2015. Disponivel em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/localizacao-e-extensao-das-tis>. Acesso em: 2016 jan. 09.

PREFEITURA DE LONDRINA. **Londrina em Dados**, 2015. Disponivel em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=543&Itemid=558>. Acesso em: Setembro 2016.

PUFFAL, D. D. P.; PUFFAL, C. W. A evolução do campo de estudos de redes interorganizacionais: uma análise de publicações internacionais das relações entre empresas. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 1, n. 3, p. 63-86, 2014.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais:** modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

ROMAGNOLO, Dayane Freire. **A Imersão de Redes Sociais em ações de participação cidadã no Movimento Social pela Paz em Londrina – Paraná**.117 fls. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 25-38, 2010.

SAMPIERI, Roberto H.; F. COLLADO, Carlos; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de la Investigación**. 4. ed. [S.l.]: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, B. D. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAXENIAN, A. Inside-out: regional networks and industrial adaptation in Silicon Valley and Route 128. **Cityscape**, v. 2, n. 2, p. 41-60, Maio 1996.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCHNAIBERG, A. Sustainable development and the treadmill of production. In: BAKER *et al.* **The Politics of Sustainable Development**: theory, and practice within the EU [S.l.]: Psychology Press, 1997. p. 72-88.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura, 1961.

SCOTT, R. **Social Network Analysis**. London: Sage, 2000.

SEGHEZZO, L. The five dimensions of sustainability, Environmental Politics, v. 18, n. 4, p. 539-556, 2009.

SERVA, M.; ANDION, C. Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 2, p. 10-21, 2006.

SHWOM, R. Strengthening sociological perspectives on organizations and the environment. **Organization & Environment**, v. 22, p. 271-292, 2009.

SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. Introducing Economic Sociology. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. **The handbook of economic sociology**. [S.l.]: [s.n.], 2005.

SMITH-DOERR, L.; POWELL, W. W. Networks and Economic Life. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. **The handbook of economic sociology**. [S.l.]: [s.n.], 2005.

SOUZA, J. O mundo desencantado. In: WEBER, M. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006.

SWEDBERG, R. **Max Weber e a idéia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TAKANO, Jessica; CONTE, P. P. S.; FERNANDES, Érik Álvaro. Redes e Sustentabilidade: Uma Análise Conjunta dos Últimos 28 Anos de Publicações Científicas. In: VII Colóquio de Redes, Estratégia e Inovação, 2016, São Paulo-

SP. **Anais do VII Colóquio de Redes, Estratégia e Inovação em parceria com a UNIP**, 2016.

TICHY, N. M.; TUSHMAN, M. L.; FOMBRUN, C. Social network analysis for organizations. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, p. 507-519, 1979.

TRIVEDI, C. Towards a Social Ecological Framework for Social Entrepreneurship. **The Journal of Entrepreneurship**, Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington DC, v. 19, n. 1, p. 63-80, 2010.

UN. **World Urbanization Prospects**. New York: [s.n.], 2014.

UN Data, 2016. Disponivel em: <http://data.un.org/>. Acesso em: 18 setembro 2016.

UNESCO. Relatório de Acompanhamento da Educação no Mundo, 2016. Disponivel em: <http://en.unesco.org/gem-report/allreports>. Acesso em: 29 abril 2016.

VERSCHOORE, J.; BALESTRIN, A.; REYES JUNIOR, E. O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E PESQUISA ENANPAD**, v. 34, 2010.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência**, 2015. Disponivel em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: 05 setembro 2015.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis:** Methods and applications. [S.l.]: Cambridge University Press, 1994.

WATTS, D. J.; STROGATZ, S. H. Collective dynamics of ‘small-world’ networks. **Nature**, v. 393, p. 440-442, Junho 1998. ISSN doi: 10.1038/30918.

WCED, U. N. **Our common future. World Commission on Environment and Development**. [S.l.]: Oxford University Press, 1987.

WEBER, M. **História geral da economia**. [S.l.]: Mestre Jou, 1968.

_____. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. **Sociologia da burocracia**, v. 4, p. 15-28, 1978.

WIEK, A.; WITHYCOMBE, L.; REDMAN, C. L. Key competencies in sustainability: a reference framework for academic program development. **Sustainability Science**, v. 6, n. 2, p. 203–218, 2011.

ZACCARELLI, S. B. . T. R. . S. J. P. L. . B. J. M. G. . &. D. D. **Clusters e Redes de Negócios:** uma nova visão para a gestão dos negócios. São Paulo: Atlas, 2008.

ZHANG, M. Social Network Analysis: History, Concepts and Research. In: (ED.), B. F. **Handbook of Social Network Technologies and Applications**. [S.l.]: Springer Science & Business Media, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário

Nome do respondente: _____
Organização: _____
Data: _____

1. Identificar a organização:
a. Ano de fundação da organização? *(Caso não haja uma data formal, estipule o ano da primeira reunião)*._____
Número de associados / participantes: _____

b. A sua organização recebe ajuda financeira de alguma organização privada?
☐ Sim ☐ Não

c. A sua organização recebe ajuda financeira de alguma entidade governamental?
☐ Sim ☐ Não

d. Sua organização distribui alguma forma de lucro ou dividendos aos participantes ou controladores?
☐ Sim ☐ Não

e. Com relação à gestão, sua organização é administrada:
☐ Pelos próprios beneficiários
☐ Por alguém contratado para realizar este papel

f. Com relação à área atuação, você classificaria a atuação da sua organização como:
☐ Bairro ☐ Município ☐ Região ☐ Estado ☐ País ☐ Internacional

2. Identificar objetivos:
a. Indique, por favor, qual é o principal objetivo da sua organização.

_____

_____

_____

_____

_____

b. Agora relacione o seu objetivo (indicado acima) com as dimensões abaixo. Você diria que o seu objetivo tem relação com as propostas de sustentabilidade abaixo? Se precisar de exemplos, siga até a última página.

Sustentabilidade	0 (nenhuma relação)	1 (pouca relação)	2 (média relação)	3 (muita relação)
Social				
Cultural				
Ecológica				
Ambiental				
Territorial				
Econômica				
Política				
Política Internacional				

3. Redes e relações:

a. Você já trocou informações com outra organização sem fins lucrativos? Se sim, por favor, indique as 5 primeiras que lhe vierem à mente.

Organização	Contato naquela organização

b. Trocas de Influência e/ou Poder - Você já trocou Poder ou Influência (ex. ajudas para implementar projetos, indicações de parceiros, etc.) com outra organização sem fins lucrativos? Se sim, por favor, indique as 5 primeiras que lhe vierem à mente.

Organização	Contato naquela organização

c. Recursos ou serviços - Você já trocou Recursos ou serviços (ex.: compartilhar recursos, empréstimo de materiais, atuação conjunta de profissionais, etc.) com outra organização sem fins lucrativos? Se sim, por favor, indique as 5 primeiras que lhe vierem à mente.

Organização	Contato naquela organização

Critérios de Sustentabilidade (guia para a Pergunta 2):

Social	• Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; • Distribuição de renda justa; • Emprego pleno e/ ou autônomo com qualidade de vida decente; • Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	• Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); • Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); • Autoconfiança combinada com abertura para o mundo
Ecológica	• Preservação do potencial do capital "natureza" na sua produção de recursos renováveis; • Limitar o uso dos recursos não-renováveis;
Ambiental	• Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
Territorial	• Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); • Melhoria do ambiente urbano; • Superação das disparidades inter-regionais; • Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade
Econômica	• Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; • Segurança alimentar; • Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; • Inserção soberana na economia internacional.
Política	• Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; • Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; • Um nível razoável de coesão social.
Política (internacional)	• Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; • Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); • Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; • Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; • Prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; • Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SACHS (2002)

APÊNDICE B

Lista de organizações respondentes e citadas

1 ABORDA	34 CEI Padre Domingues	68 JCI Londrina
2 Ação Social pela Música no Brasil	**35 Centro de Apoio Esperança**	69 Lar Anália Franco
3 ACIL	**36 CEPAS**	70 Museu Histórico de Londrina
4 Adefil	37 Cesomar	**71 Núcleo Londrinense de Redução de Danos**
5 Aeroclube de Londrina	38 Colégio Universitário	**72 Observatório de Gestão Pública**
6 Aeroclube de Maringá	**39 Comite de Solidariedade Func. Sercomtel**	**73 ONG Viver**
7 Aeroclube do Paraná	40 Conseg Sul	74 Pão da Vida
8 AFML	41 CPCE (Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial)	75 Patrulha das Águas
9 Aiscul Londrina	42 É de Lei	76 Pestalozzi
10 ALPEM	**43 E-Lixo**	77 Prefeitura de Andirá
11 Amigos do Museu	44 Embrapa Suínos e Aves45 Emprapa Soja	78 Prefeitura de Bandeirantes
12 Amisol	46 Epesmel	79 Prefeitura de Candido Abreu
13 AMPAS	47 Escola Criativa Olodum (BA)	80 Prefeitura de Londrina
14 Amusia	48 Escola de Circo de Londrina	81 Prefeitura de Nova Tebas
15 AREL	49 Escola de Samba Explode Coração	82 Prefeitura de Sapopema
16 Assoc. Amigos Jardim Aruba	50 Faculdade Arthur Thomas	83 Programa Mesa Brasil
17 Assoc. Banespiana de Assistência Social	**51 FAMEP**	84 Projeto Refugio
18 Assoc. Crista Evangelizadora Beneficente	**52 FAPEAGRO**	85 PUC
19 Assoc. Cultural Navio Negreiro (MG)	53 FIEP	86 Rede Observatório Social do Brasil
20 Assoc. Moradores Jd Leonor	54 FILO	87 REDE SOL
21 Assoc. Moradores Jd Paulista	**55 FML – Festival de Música de Londrina**	88 RELARD
22 Assoc. Solidariedade Sempre	56 Forum Entidades	89 REMAR
23 Associação da Comunidade do Sagrado Coração	57 Funcart	90 REPARE
24 Bom Samaritano	58 Grêmio	91 Sesc
25 Casa de Apoio Madre Leônida	59 Grpcom	92 SINCOLON
26 Casa do Caminho	**60 Guarda Mirim**	93 SINCOVAL
27 CEAL (Clube de Engenharia)	61 Hospital do Câncer	94 SINDIMETAL
28 CEI Debora Dias	62 Iapar	95 Soma
29 CEI Jose Richa	63 Iate Clube de Londrina	**96 SOS Vida Animal**
30 CEI Marabá	64 Igreja Católica	97 TCP Empresa Junior
31 CEI Maria Cecilia	65 Inst. Brasileiro de Museus	98 UEL
32 CEI Menino Jesus	**66 Instituto Cultural Arte Brasil**	99 Unifil
33 CEI Nova Vida	**67 Itedes**	100 Unopar

Os nomes marcados em negrito correspondem às organizações que responderam o questionário.

APÊNDICE C

Densidade da rede completa

```
DENSITY / AVERAGE MATRIX VALUE
-------------------------------------------------------------------------------

Input dataset:                          21junho-todos (C:\Users\User\Documents\UCINET data\dissertacao\21junho-todos)
Output dataset:                         21junho-todos-density (C:\Users\User\Documents\UCINET data\21junho-todos-density)


                         1       2       3       4       5
                   Density No. of  Std Dev Avg Deg   Alpha
                               Ties            ree
                   ------- ------- ------- ------- -------
    1 21junho-todos   0.018     182   0.133   1.802   0.650

1 rows, 5 columns, 1 levels.


---------------------------------------
Running time:  00:00:01
Output generated:  21 jun 17 09:47:02
UCINET 6.632 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies
```

APÊNDICE D

Distâncias geodésicas da rede completa

```
GEODESIC DISTANCES
------------------------------------------------------------------------------

Input dataset:                          21junho-todos (C:\Users\User\Documents\UCINET data\dissertacao\21junho-todos
Output dataset:                         21junho-todos-geodesic distances (C:\Users\User\Documents\UCINET data\21junho-todos-geodesic distances
Transformation:                         No transformation
Undefined distances:                    Largest distance + 1


Frequencies

               1        2
            Freq     Prop
         -------- --------
    1  1      182    0.018
    2  2      514    0.051
    3  3      390    0.039
    4  4      714    0.071
    5  5      490    0.049
    6  6      632    0.063
    7  7      426    0.042
    8  8      320    0.032
    9  9      130    0.013
   10 10     6302    0.624

10 rows, 2 columns, 1 levels.


Average: :8.0
Std Dev: :2.8
```

APÊNDICE E

Medidas de Centralidade

MULTIPLE CENTRALITY MEASURES

Input dataset: 21junho (C:\Users\User\Documents\UCINET data\dissertacao\21junho)
Output dataset: 21junho-centralidades (C:\Users\User\Documents\UCINET data\21junho-centralidades)
Treat data as: Undirected
Type of scores to output: Raw scores
Undefined dist in closeness: replace with max dist + 1

Value of Beta was: 0,277361094806972
Principal eigenvalue was: 3,58738132447064
Centrality Measures

		1 Degree	2 2local	3 BetaCent	4 2Step	5 ARD	6 Closenes	7 Eigenvec	8 Between	9 2StepBet
1	ABORDA	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
2	A◆◆o Social pela M◆sica no Brasil	1.000	5.000	49.982	5.000	12.114	764.000	0.011	0.000	0.000
3	ACIL	1.000	12.000	582.257	12.000	15.346	714.000	0.150	0.000	0.000
4	Aeroclube de Londrina	2.000	2.000	3.019	2.000	2.000	982.000	0.000	1.000	1.000
5	AFML	3.000	3.000	4.982	3.000	3.000	973.000	0.000	3.000	3.000
6	Aiscul Londrina	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
7	Amigos Museu	5.000	11.000	731.480	11.000	21.667	605.000	0.181	593.400	10.000
8	Amisol	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
9	AMPAS	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1000.000	0.000	0.000	0.000
10	Amusia	5.000	15.000	525.056	15.000	20.033	637.000	0.125	288.700	10.000
11	AREL	1.000	3.000	2.382	3.000	2.000	975.000	0.000	0.000	0.000
12	Assoc. Amigos Jardim Aruba	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
13	Assoc. Banespiana de AssistenciaSocial	1.000	4.000	72.755	4.000	12.842	739.000	0.017	0.000	0.000
14	Assoc. Crista Evangelizadora Beneficente	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1000.000	0.000	0.000	0.000
15	Assoc. Cultural Navio Negreiro (MG)	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
16	Assoc. Moradores Jd Leonor	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
17	Assoc. Moradores Jd Paulista	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
18	Assoc. Solidariedade Sempre	1.000	5.000	49.982	5.000	12.114	764.000	0.011	0.000	0.000
19	Bom Samaritano	1.000	8.000	327.293	8.000	16.617	651.000	0.079	0.000	0.000
20	Casa do Caminho	8.000	20.000	1176.419	17.000	24.183	592.000	0.283	955.433	26.500
21	CEAL (Clube de Engenharia)	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
22	CEI Debora Dias	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1000.000	0.000	0.000	0.000
23	CEI Jose Richa	3.000	15.000	695.053	12.000	19.933	615.000	0.167	219.000	1.500
24	CEI Marab◆	1.000	5.000	146.630	5.000	14.474	696.000	0.035	0.000	0.000
25	CEI Maria Cecilia	1.000	5.000	146.630	5.000	14.474	696.000	0.035	0.000	0.000
26	CEI Menino Jesus	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1000.000	0.000	0.000	0.000
27	Cei Nova Vida	4.000	9.000	258.706	9.000	17.124	680.000	0.061	130.367	6.000
28	CEI Padre Domingues	1.000	5.000	146.630	5.000	14.474	696.000	0.035	0.000	0.000
29	Centro de Apoio Esperan◆a	6.000	10.000	91.634	10.000	16.665	721.000	0.018	285.000	15.000
30	CEPAS	5.000	12.000	627.329	10.000	19.683	633.000	0.150	225.800	9.000
31	Cesomar	1.000	5.000	174.997	5.000	14.364	692.000	0.042	0.000	0.000
32	Colegio Universitario	1.000	8.000	231.103	8.000	15.386	679.000	0.057	0.000	0.000
33	Comite de Solidariedade Func. Sercomtel	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1000.000	0.000	0.000	0.000
34	Conseg Sul	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
35	CPCE (Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial)	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
36	◆ DE LEI	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
37	E-Lixo	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1000.000	0.000	0.000	0.000
38	Embrapa Suinos e Aves	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
39	Emprapa Soja	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
40	Epesmel	2.000	13.000	502.290	12.000	18.233	639.000	0.121	28.867	0.500
41	Escola Criativa Olodum (BA)	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
42	Escola de Circo de Londrina	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
43	Escola de Samba Explode Coracao	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
44	Faculdade Arthur Thomas	1.000	12.000	582.257	12.000	15.346	714.000	0.150	0.000	0.000
45	FAMEP	5.000	5.000	10.379	5.000	5.000	955.000	0.000	10.000	10.000

46	FAPEAGRO	5.000	5.000	10.379	5.000	5.000	955.000	0.000	10.000	10.000
47	FIEP	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1000.000	0.000	0.000	0.000
48	FILO	1.000	5.000	49.982	5.000	12.114	764.000	0.011	0.000	0.000
49	FML	5.000	7.000	176.600	7.000	16.188	705.000	0.040	230.000	10.000
50	Forum Entidades	1.000	8.000	231.103	8.000	15.386	679.000	0.057	0.000	0.000
51	Funcart	1.000	5.000	49.982	5.000	12.114	764.000	0.011	0.000	0.000
52	Gr�mio	1.000	3.000	2.382	3.000	2.000	975.000	0.000	0.000	0.000
53	GRPCOM	1.000	12.000	582.257	12.000	15.346	714.000	0.150	0.000	0.000
54	Guarda Mirim	3.000	13.000	418.759	12.000	17.983	654.000	0.100	276.500	2.500
55	Hospital do C�ncer	4.000	21.000	899.954	17.000	21.750	598.000	0.218	556.433	4.000
56	Iapar	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
57	Iate Clube de Londrina	1.000	3.000	2.382	3.000	2.000	975.000	0.000	0.000	0.000
58	Igreja Cat�lica	1.000	8.000	231.103	8.000	15.386	679.000	0.057	0.000	0.000
59	Inst. Brasileiro de Museus	1.000	5.000	203.884	5.000	15.581	664.000	0.051	0.000	0.000
60	Instituto Cultural Arte Brasil	5.000	5.000	10.379	5.000	5.000	955.000	0.000	10.000	10.000
61	Itedes	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1000.000	0.000	0.000	0.000
62	JCI Londrina	1.000	12.000	582.257	12.000	15.346	714.000	0.150	0.000	0.000
63	Lar An�lia Franco	2.000	13.000	377.293	13.000	18.950	631.000	0.090	500.000	1.000
64	Museu Hist�rico de Londrina	1.000	5.000	203.884	5.000	15.581	664.000	0.051	0.000	0.000
65	Nucleo Londrinense de Reducao de Danos	5.000	5.000	10.379	5.000	5.000	955.000	0.000	10.000	10.000
66	ONG Viver	5.000	11.000	176.667	11.000	18.190	672.000	0.039	480.000	10.000
67	P�o da Vida	1.000	8.000	327.293	8.000	16.617	651.000	0.079	0.000	0.000
68	Patrulha das �guas	1.000	12.000	582.257	12.000	15.346	714.000	0.150	0.000	0.000
69	Pestalozzi	2.000	16.000	558.396	16.000	20.000	613.000	0.136	344.433	1.000
70	Prefeitura de Andir	1.000	6.000	26.416	6.000	12.154	780.000	0.005	0.000	0.000
71	Prefeitura de Bandeirantes	1.000	6.000	26.416	6.000	12.154	780.000	0.005	0.000	0.000
72	Prefeitura de Candido Abreu	1.000	6.000	26.416	6.000	12.154	780.000	0.005	0.000	0.000
73	Prefeitura de Londrina	1.000	8.000	231.103	8.000	15.386	679.000	0.057	0.000	0.000
74	Prefeitura de Nova Tebas	1.000	6.000	26.416	6.000	12.154	780.000	0.005	0.000	0.000
75	Prefeitura de Sapopema	1.000	6.000	26.416	6.000	12.154	780.000	0.005	0.000	0.000
76	Programa Mesa Brasil	1.000	4.000	72.755	4.000	12.842	739.000	0.017	0.000	0.000
77	Projeto Refugio	2.000	9.000	247.752	9.000	16.181	678.000	0.059	53.667	1.000
78	PUC	2.000	20.000	813.360	20.000	19.186	647.000	0.208	212.833	1.000
79	Rede Observat�rio Social do Brasil	1.000	12.000	582.257	12.000	15.346	714.000	0.150	0.000	0.000
80	REDE SOL	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
81	RELARD	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
82	REMAR	1.000	5.000	50.000	5.000	13.332	731.000	0.011	0.000	0.000
83	REPARE	1.000	5.000	3.879	5.000	3.000	959.000	0.000	0.000	0.000
84	Sagrado Coracao	8.000	11.000	829.615	11.000	22.067	620.000	0.206	466.800	28.000
85	Sesc	2.000	13.000	434.987	13.000	17.998	648.000	0.108	47.200	1.000
86	SINCOLON	1.000	12.000	582.257	12.000	15.346	714.000	0.150	0.000	0.000
87	SINCOVAL	1.000	12.000	582.257	12.000	15.346	714.000	0.150	0.000	0.000
88	SINDIMETAL	1.000	12.000	582.257	12.000	15.346	714.000	0.150	0.000	0.000
89	Soma	1.000	8.000	231.103	8.000	15.386	679.000	0.057	0.000	0.000
90	SOS Vida Anumal	1.000	5.000	50.000	5.000	13.332	731.000	0.011	0.000	0.000
91	TCP Empresa Junior	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1000.000	0.000	0.000	0.000
92	UEL	3.000	21.000	876.547	21.000	20.414	632.000	0.223	514.367	3.000
93	Casa de Apoio Madre Le�nida	1.000	5.000	50.000	5.000	13.332	731.000	0.011	0.000	0.000
94	Aeroclube do Paran	1.000	2.000	1.837	2.000	1.500	983.000	0.000	0.000	0.000
95	Aeroclube de Maring	1.000	2.000	1.837	2.000	1.500	983.000	0.000	0.000	0.000
96	ALPEM	4.000	6.000	322.346	6.000	16.854	685.000	0.081	174.000	6.000
97	Unopar	1.000	4.000	90.406	4.000	12.713	744.000	0.023	0.000	0.000
98	Unifil	1.000	4.000	90.406	4.000	12.713	744.000	0.023	0.000	0.000
99	Adefil	1.000	4.000	90.406	4.000	12.713	744.000	0.023	0.000	0.000
100	Observat�rio de Gest�o P�blica	12.000	15.000	2095.670	15.000	23.237	655.000	0.539	569.200	66.000
101	FIEP	1.000	12.000	582.257	12.000	15.346	714.000	0.150	0.000	0.000

APÊNDICE F

Distâncias geodésicas do clique principal

```
GEODESIC DISTANCES
-------------------------------------------------------------------------------

Input dataset:                          21junho-mc (C:\Users\User\Documents\UCINET data\dissertacao\21junho-mc
Output dataset:                         21junho-mc-geo (C:\Users\User\Documents\UCINET data\21junho-mc-geo
Transformation:                         No transformation
Undefined distances:                    Largest distance + 1


Frequencies

             1       2
          Freq    Prop
       ------- -------
    1 1     132   0.036
    2 2     426   0.116
    3 3     390   0.107
    4 4     714   0.195
    5 5     490   0.134
    6 6     632   0.173
    7 7     426   0.116
    8 8     320   0.087
    9 9     130   0.036

9 rows, 2 columns, 1 levels.


Average: :4.9
Std Dev: :2.1
```